

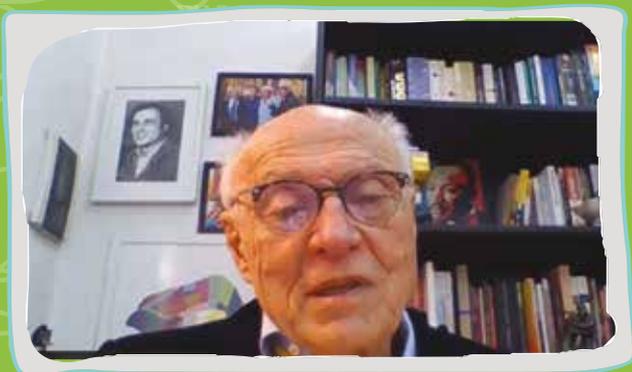


crescer e aprender
com comida de verdade

Um ano em defesa do direito à
alimentação adequada no Pnae



FIAN
BRASIL



**Nós defendemos
comida de verdade
na escola!**



Assista em: bit.ly/playlistPnae

“O Pnae é reconhecido mundialmente como política de combate à fome e à desnutrição”

Flavia Londres
ANA

“A escola é um espaço privilegiado para a promoção da alimentação adequada e saudável”

Inês Rugani
Abrasco

“A alimentação escolar é um instrumento fundamental de combate à fome, de apoio ao desenvolvimento infantil e de combate à obesidade”

Eduardo Suplicy
Vereador

“Desde a década de 50 essa política nacional mostra que alimentação e educação são atos políticos”

Bruna de Oliveira
Nutricionista

“Toda comida boa/Tem gosto, tem cheiro, tem/Toda comida boa/Comeu, faz bem...”

Paulo Tatit
Músico

“O Pnae assegura uma alimentação escolar mais saudável e fortalece a agricultura familiar e os municípios”

Antonia Ivoneide (Nenen)
MST

Crescer e Aprender com Comida de Verdade: um ano em defesa da alimentação adequada no Pnae é uma iniciativa da FIAN Brasil com apoio de Global Health Advocacy Incubator (GHA).

Texto: Pedro Biondi, com revisão e contribuições de Vanessa Manfre e Valéria Burity

Projeto gráfico: Mariana Henrique

Diagramação: Patrícia Nardini, Aline Francischini e Isabela Izidoro

Ilustrações: Aline Francischini e Isabela Izidoro

Artes originalmente publicadas nas redes: Mariana Henrique, sobre fotos de Andrés Pasquis, Sergio Amaral/MDS, Felipe Barros/ExLibris/Secom-PMI, Tamires Kopp/MDA, Emeb Pref. Vicente José Marchiori e Lydia Simmons/FreePNGimg.com

Capa: Mariana Henrique, sobre foto de Fabio Ulsenheimer/Prefeitura Municipal de Toledo

Fotos das entrevistadas e do entrevistado do Anexo 1: Luiz Silveira/Agência CNJ (p. 70), Divulgação/IFZ (p. 76), arquivo pessoal (p. 82), Divulgação/FIAN Internacional (p. 88) e Sergio Amaral/MDS (p. 91)

FIAN Brasil

Gestão 2021-2024

Conselho Diretor

Diretor presidente: Enéias da Rosa

Vice-presidente: Norma Alberto

Diretora financeira: Sonia Costa

Diretora de Articulação: Miriam Balestro

Diretor de Formação: Lucas Prates

Conselho Fiscal

Titulares: Delzi Castro e Suemelberne Alves de Lucena

Suplente: Célia Varela Bezerra

Secretária-geral

Valéria Torres Amaral Burity

Secretaria Executiva

Assessores de Direitos Humanos: Adelar Cupsinski,

Nayara Côrtes Rocha e Paulo Asafe Campos Spínola

Assessora de Políticas Públicas: Vanessa Manfre Garcia de Souza

Assessor de Comunicação: Pedro Biondi

Assessor de Gestão: Arlãn Monção

FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas

ENDEREÇO: SCLN 413, BLOCO A, SALAS 219/220, ASA NORTE, BRASÍLIA – DF.

TELEFONE: (61) 3224-0454

E-MAIL: FIAN@FIANBRASIL.ORG.BR

SITE: FIANBRASIL.ORG.BR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Biondi, Pedro

Crescer e aprender com comida de verdade [livro eletrônico] : um ano em defesa do direito à alimentação adequada no Pnae / Pedro Biondi ; com colaboração de Vanessa Manfre. -- 1. ed. -- Brasília, DF : FIAN Brasil, 2022.
PDF

ISBN 978-65-88708-17-0

1. Alimentação escolar 2. Direito à alimentação
3. Nutrição - Aspectos da saúde 4. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) 5. Promoção da saúde

22-99270

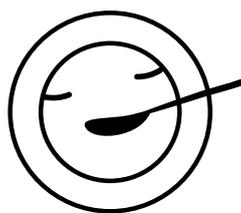
CDD-371.7160981

I. Manfre, Vanessa. II. Título.

Índices para catálogo sistemático:

1. Alimentação escolar : Orientação nutricional :
Educação 371.7160981

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



Crescer e aprender com comida de verdade:

um ano em defesa do direito à
alimentação adequada no Pnae



BRASÍLIA
JANEIRO 2022



SUMÁRIO

Apresentação. Um convite à leitura - e à adesão a uma luta fundamental	7
1. O conceito, os objetivos e a estratégia	9
Epidemia.....	11
Eixos e estratégias.....	12
Antigos e novos parceiros.....	12
2. Formação e escuta.....	17
Identificação de obstáculos e potencialidades	18
Falando com os beneficiários/as diretos e com as/os responsáveis	19
Foco nos estados, foco nos conselhos.....	20
Diversidade cultural no cardápio.....	21
Reunião com professores/as guarani e kaiowá	22
O Brasil e Alagoas, Alagoas e o Brasil.....	23
Para qualificar e multiplicar o interesse sobre a temática na imprensa	24
3. Articulação e incidência	29
Contra mais uma boiada no Congresso.....	30
Carta aberta, desvinculação barrada e propostas legislativas	30
Articulação com os estados.....	31
No Judiciário, por urgência no combate à fome	32
4. Contexto, análise e sensibilização	37
“Eu defendo comida de verdade na escola. Defenda você também!”	38
Na mídia	39
O “primeiro direito” servido no pratinho azul	40
Medindo os impactos da pandemia e da ação/omissão governamental	41
Orientações para pôr as diretrizes em prática.....	42
O beabá do programa e um mergulho maior na exigibilidade	43





5. Apoio à cobertura especializada	53
Afetos e números	54
Abandono e luta	54
No ar, pratos vazios e interesses gulosos.....	55
Uma viagem de 1945 a 2021.....	56
O que está por trás do leite	56
6. Aprendizados, confirmações e apontamentos.....	61
O que o contato com os Cecanes nos mostrou.....	62
O que o contato com os estados e municípios nos mostrou	63
O que o contato com os conselhos nos mostrou	63
O que o contato com representantes indígenas e de PCTs nos mostrou.....	64
O que o contato com os agricultores/as familiares nos mostrou	65
O que o contato com os/as parlamentares nos mostrou	65
O que o contato com as/os jornalistas nos mostrou	66
O que o contato com as organizações parceiras nos mostrou.....	67
Anexo 1. Do pratinho azul ao planeta azul	69
Deborah Duprat	70
José Graziano	76
Maria Emília Pacheco	82
Sofia Monsalve	88
Tereza Campello	91
Anexo 2. O Pnae e a história das políticas de segurança alimentar e nutricional	97
O primeiro direito e a alimentação escolar.....	99
Anexo 3. As idas e vindas no passado e a complexidade do presente	107
Da política ao prato: entenda a história da merenda escolar.....	109
Alimentação escolar em risco na caótica volta às aulas nas escolas públicas brasileiras.....	117
Entre abandono e alternativas: indígenas e quilombolas seguem enfrentando insegurança alimentar e bolsonarismo.....	125





APRESENTAÇÃO

Um convite à leitura – e à adesão a uma luta fundamental

Este livro reúne as atividades realizadas e materiais produzidos ao longo do projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade – pelo Direito à Alimentação e à Nutrição Adequadas na Escola, que teve como objetivo contribuir para a promoção desse direito humano, conhecido pela sigla Dhana, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). As ações do projeto, iniciadas em novembro de 2020 e finalizadas em dezembro de 2021, tiveram como foco a restrição aos produtos alimentícios ultraprocessados e o incentivo a uma maior participação da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para as escolas públicas.

Esse foi um dos projetos desenvolvidos pela FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas, que completou duas décadas e que tem como missão contribuir para um mundo livre da fome e da má nutrição, no qual cada pessoa possa desfrutar plenamente dos seus direitos humanos, em particular o Dhana, com dignidade e autodeterminação.

O Dhana é entendido como a garantia de que todos os seres humanos possam usufruir de sistemas alimentares soberanos e regenerativos em que prevaleçam a soberania e segurança alimentar e nutricional em todas as suas dimensões, a autonomia dos povos, os direitos das mulheres e o respeito às diferenças étnicas e raciais, bem como, em última análise, o usufruto de todas as potencialidades da vida humana. Para a FIAN, o Dhana só se realiza se houver respeito aos sujeitos de direito, aos demais seres vivos deste planeta, à democracia e à soberania dos povos. A ideia de *comida de verdade* é uma bandeira que se liga a toda essa compreensão.

Assim, todas as ações do projeto foram planejadas a fim de contribuir para a realização do Dhana dos e das estudantes da educação básica da rede pública no Brasil, bem como para a construção ou afirmação de uma cultura de direitos humanos no âmbito desse programa nacional. Trata-se de uma política de Estado que tem quase sete décadas de história, alimenta mais de 40 milhões de crianças e adolescentes (muitas vezes, garantindo sua única refeição no dia) e está presente em todos os municípios brasileiros – e que sofre com falta de vontade política apesar disso tudo, e enfrenta a gula de interesses particulares por causa disso tudo.

Na primeira etapa do projeto coletamos informações para compreender melhor os obstáculos para a realização do Dhana no ambiente escolar e, a partir disso, planejamos ações de incidência política, de *advocacy* com o poder público e a sociedade e de formação. Buscamos um aprofundamento conceitual e estratégico no diálogo com a FIAN Colômbia, que há mais de uma década desenvolve iniciativas inovadoras e com bons resultados em torno da política pública equivalente naquele país.

Com a Covid-19 perdurando para além de todos os prognósticos iniciais, toda a execução das atividades se deu no contexto da pandemia, que jogou as escolas e sua comunidade numa realidade absolutamente nova, agravando gargalos históricos e criando desafios adicionais. Do ponto de vista do Crescer e Aprender, isso não só determinou adaptações no nosso planejamento como exigiu ainda mais atenção ao debate e sensibilidade à realidade “na ponta”, dado que a alimentação escolar foi de vez para o centro do combate à fome e da segurança alimentar e nutricional.

As atividades formativas foram voltadas aos sujeitos de direito – estudantes e pessoas responsáveis por elas e eles (mães, pais, avós etc.) – e às instâncias envolvidas no controle social do Pnae, que são os conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) e os de Segurança Alimentar e Nutricional (Conseas). Falamos sobre as regras da oferta de alimentos no programa, o que se entende por comida de verdade, o porquê da restrição aos produtos ultraprocessados nas escolas, sobre o que é o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas e como exigí-lo, de modo geral e em cenários de calamidade como o atual.

Com suporte da Global Health Advocacy Incubator (Ghai), atuamos em articulação com organizações parceiras em ações de incidência política para defender o Pnae e recorremos a instâncias do poder público pelo cumprimento da Constituição. Convidamos a sociedade a defender o programa brasileiro e suas diretrizes junto com a gente por meio da campanha “Eu Defendo Comida de Verdade na Escola”, um coro que recebeu adesões de peso.

Publicamos cartilhas sobre a exigibilidade de direitos nesse universo e a importância de restringir os produtos ultraprocessados e ofertar mais alimentos frescos da agricultura familiar, assim como artigos e entrevistas. Nas nossas redes sociais, procuramos difundir e explicar os conceitos envolvidos de forma a sensibilizar públicos pouco alcançados por esse debate.

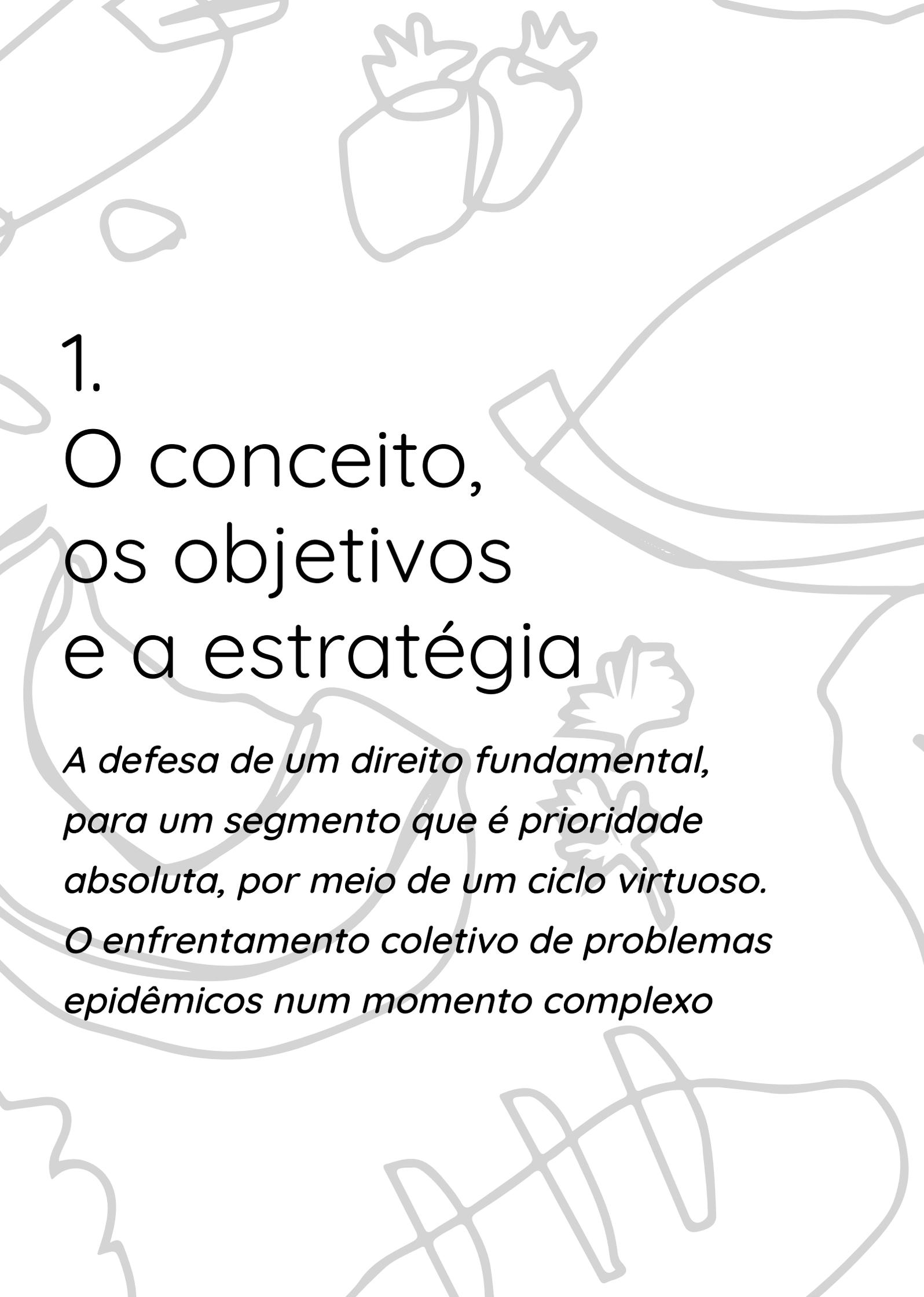
Para falar de questões importantes sobre o Pnae com a sociedade, também contamos com a parceria do portal *O Joio e o Trigo*, que buscou aprofundar e diversificar a produção jornalística sobre o tema.

As atividades reafirmaram a importância do Pnae. Sabemos que, mesmo diante de tantos obstáculos, essa é uma política central para a realização do Dhana dos estudantes brasileiros. Além de ser um programa relevante no combate à fome, ele contribui para a formação de hábitos alimentares saudáveis, para a promoção da saúde das crianças e adolescentes, para o desenvolvimento cognitivo e intelectual de cidadãos e cidadãs que poderão romper o ciclo da pobreza. Impulsiona, ainda, o desenvolvimento local e a geração de renda para pequenos agricultores/as e inclui no fornecimento mediado pela administração pública segmentos e grupos sociais normalmente barrados no mercado institucional. É, portanto, fundamental para a realização de outros direitos.

Entretanto, é muito comum que gestores/as, agentes públicos envolvidos na execução do Pnae e os próprios conselhos que atuam no controle social não reconheçam a alimentação e a nutrição adequadas como direitos dos estudantes. Para que esse direito seja realizado, é necessário sensibilizar esses agentes sobre suas obrigações e responsabilidades, investir em formação e, especialmente, é preciso informar os próprios alunos e seus responsáveis, para que possam exigir a realização plena dos seus direitos. A implementação dessas medidas poderá contribuir para a criação de uma cultura de direitos no âmbito do Pnae. E, como você vai ver, foi sob essa perspectiva que buscamos atuar ao longo de todo o projeto.

Todas as escutas, diagnósticos e interações ao longo da execução do Crescer e Aprender com Comida e Verdade trouxeram novos elementos para nossa atuação em 2022 e 2023. Esses subsídios nos ajudaram a delinear um projeto que buscará mapear a relação entre os sistemas alimentares e as desigualdades no Brasil para contribuir com seu enfrentamento por meio de incidência nas políticas de compras públicas e outras frentes coletivas.

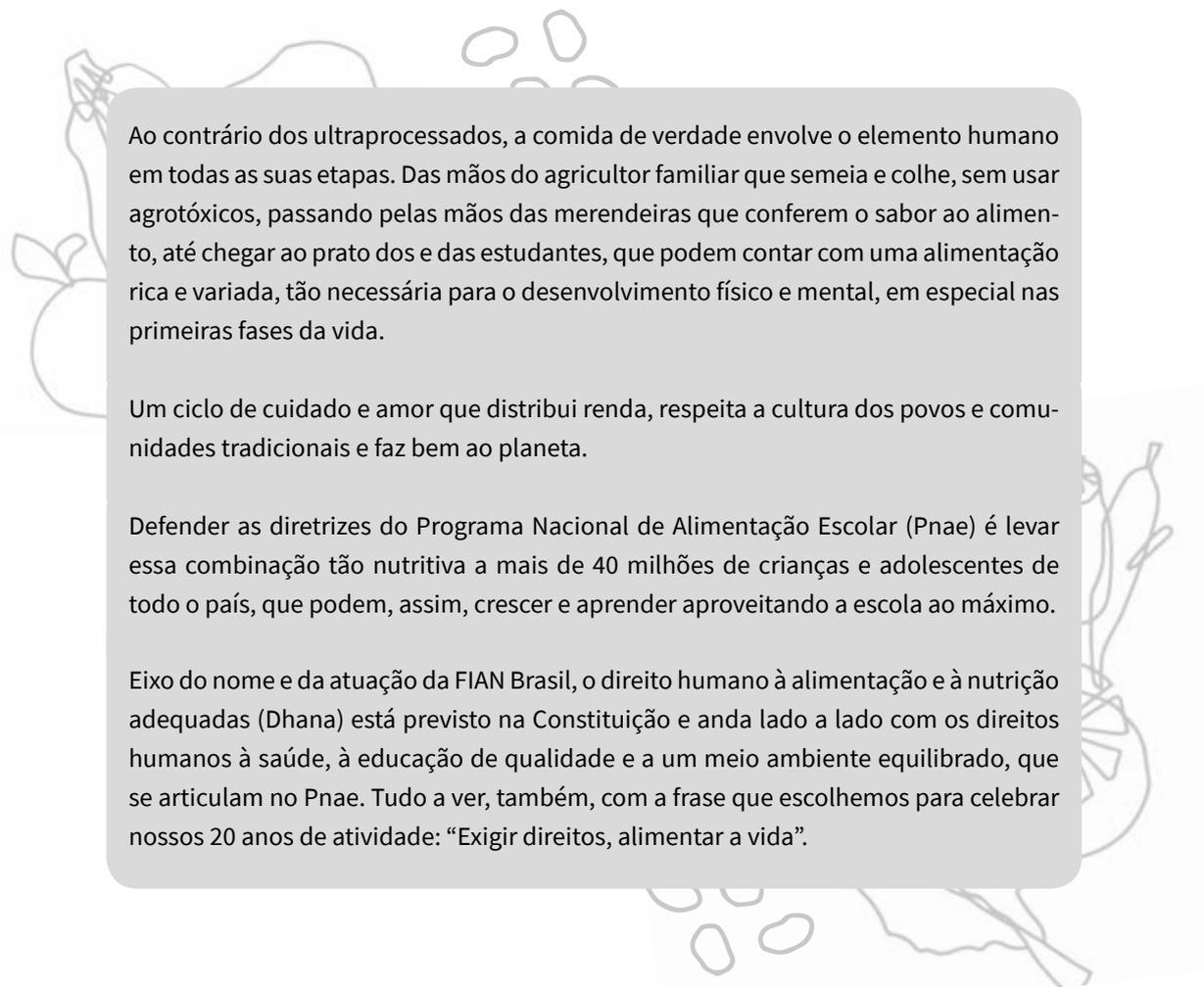
Boa leitura! E siga com a gente na luta por esse direito indispensável para a saúde, a dignidade humana e a própria vida.



1.

O conceito, os objetivos e a estratégia

*A defesa de um direito fundamental,
para um segmento que é prioridade
absoluta, por meio de um ciclo virtuoso.
O enfrentamento coletivo de problemas
epidêmicos num momento complexo*



Ao contrário dos ultraprocessados, a comida de verdade envolve o elemento humano em todas as suas etapas. Das mãos do agricultor familiar que semeia e colhe, sem usar agrotóxicos, passando pelas mãos das merendeiras que conferem o sabor ao alimento, até chegar ao prato dos e das estudantes, que podem contar com uma alimentação rica e variada, tão necessária para o desenvolvimento físico e mental, em especial nas primeiras fases da vida.

Um ciclo de cuidado e amor que distribui renda, respeita a cultura dos povos e comunidades tradicionais e faz bem ao planeta.

Defender as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) é levar essa combinação tão nutritiva a mais de 40 milhões de crianças e adolescentes de todo o país, que podem, assim, crescer e aprender aproveitando a escola ao máximo.

Eixo do nome e da atuação da FIAN Brasil, o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana) está previsto na Constituição e anda lado a lado com os direitos humanos à saúde, à educação de qualidade e a um meio ambiente equilibrado, que se articulam no Pnae. Tudo a ver, também, com a frase que escolhemos para celebrar nossos 20 anos de atividade: “Exigir direitos, alimentar a vida”.

O textinho acima foi elaborado como síntese conceitual do projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade – pelo Direito à Alimentação e à Nutrição Adequadas na Escola e norteou a marca e o manual de identidade visual da iniciativa, criados pela *designer* Mariana Henrique, de Brasília, em diálogo com nossa equipe.

A logo remete à satisfação que uma refeição gostosa e saudável gera e ao ambiente escolar, representado pelo tradicional pratinho de plástico azul da escola pública.

Com um ano de duração, o projeto da FIAN foi pensado de forma a contribuir para o combate à obesidade infantil e à carência de nutrientes – e, conseqüentemente, para um desenvolvimento pleno – por meio da restrição gradual aos produtos alimentícios ultraprocessados, da promoção de hábitos alimentares saudáveis e do incentivo a uma maior participação da agricultura familiar no fornecimento para a política pública.

A partir da aprovação da proposta, passamos contar com o apoio da Global Health Advocacy Incubator (Ghai – em tradução livre, “Incubadora de Advocacy de Saúde Global”). A palavra *advocacy* não tem uma tradução exata em português, mas costuma ser usada no sentido de defesa de determinadas pautas e agendas, tendo como caminhos a difusão de valores na sociedade e a influência sobre tomadores de decisões. 🙌



Epidemia

“O Brasil enfrenta uma epidemia de obesidade relacionada, dentre outros fatores, ao aumento no consumo de produtos ultraprocessados pela população, especialmente o público infantil”, explica a coordenadora do projeto, a nutricionista Vanessa Manfre. Ela lembra que, além alto teor de sódio e do excesso de gorduras, açúcar e outras substâncias, esses produtos alimentícios são pobres em nutrientes. “Nesse contexto, o ambiente escolar representa um espaço propício à formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância.”

A regulamentação do Pnae, publicada recentemente, proíbe a oferta de ultraprocessados para estudantes menores de 3 anos e limita-a para estudantes acima dessa idade, em consonância com o *Guia alimentar para a população brasileira*  e seu desdobramento que trata da alimentação para crianças de até 2 anos.

Partindo da identificação dos desafios para a boa execução do programa nacional, o projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade propôs o desenvolvimento de ações de sensibilização, formação e *advocacy* entre os atores sociais do programa e o poder público, a fim de fortalecer a estrutura normativa dessa política, para que as escolas possam, efetivamente, promover alimentação e nutrição adequadas aos e às estudantes.

“Especialmente se considerarmos o desmonte brutal da política de segurança alimentar e nutricional [SAN] e o aumento acelerado da extrema pobreza no país, o Pnae tem um importante papel nessa garantia”, ressalta a secretária-geral da FIAN Brasil, Valéria Burity. “O desenho desse programa, que chama a atenção de outros países do mundo, permite, de um lado, garantir esse acesso e, de outro, fortalecer a agricultura familiar, já que o marco legal determina que parte da alimentação escolar seja proveniente desse setor.” Ela destaca o potencial do conceito de direito humano à alimentação e à nutrição adequadas como base para a execução e o monitoramento do programa.

Desde sua concepção, o Pnae tem por princípio norteador melhorar as condições nutricionais das e dos estudantes e contribuir, assim, para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a redução dos índices de evasão e repetência, resultando numa melhora na aprendizagem e no rendimento escolar. Isso passa pelo entendimento de que a má nutrição, em suas diversas formas, compromete o desenvolvimento do cérebro e do corpo, temporária ou permanentemente. Já uma nutrição adequada contribui para o bom desenvolvimento fisiológico e cognitivo – e também imunológico, dimensão que ganha ainda mais relevância nestes tempos de pandemia. A desnutrição e a obesidade, portanto, são consequências da violação ao direito à alimentação e impedem o acesso a outros direitos, como a educação de qualidade.

A calamidade imposta pela Covid-19 agravou uma série de crises já existentes e sujeitou nova parcela da população à fome e a outros níveis de insegurança alimentar. Esse cenário aumentou a importância do Pnae, dado que as refeições escolares são as principais do dia para milhões de crianças e adolescentes. A execução da política ficou mais complexa com as aulas suspensas ou em regime intermitente, situação que se somou à quebra de vários circuitos de comercialização da produção dos agricultores e agricultoras familiares.



Eixos e estratégias

O projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade buscou gerar informação e conhecimento sobre os principais fatores que impedem a execução de uma alimentação escolar pautada pelo Dhana; difundir uma cultura de garantia de direitos, sobretudo esse, na sociedade como um todo; divulgar os riscos de uma alimentação baseada em produtos ultraprocessados; promover a exigibilidade de direitos no contexto do Pnae; incidir politicamente pela garantia das estruturas necessárias e pela institucionalização das práticas que atuam nesse sentido; e contribuir para a construção ou o aprimoramento dos marcos legais ligados a esses objetivos.

As atividades realizadas incluem pesquisas e entrevistas; oficinas; produção de publicações, reportagens e vídeos; e reuniões com gestores/as e funcionários/as de escolas da rede pública, representantes de administrações municipais e parlamentares. A estratégia passou por uma campanha sensibilizadora com a participação de figuras públicas.

Quase toda a execução aconteceu sob a pandemia. Assim, tivemos que adaptar oficinas e reuniões originalmente planejadas para realização presencial e pensar em alternativas àquelas inviáveis para o formato virtual.

Antigos e novos parceiros

Nossa atuação envolveu estreita colaboração com a ACT Promoção da Saúde, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens) da Universidade de São Paulo (USP), além do portal jornalístico *O Joio e o Trigo*, na produção de conteúdo. Um novo parceiro foi o Instituto Desiderata, que no período desenvolveu projeto focado na saúde de crianças e adolescentes, em âmbito municipal, no Rio de Janeiro.

Na iniciativa, a FIAN Brasil também contou com a parceria da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), do Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ) e do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (Opsan) da Universidade de Brasília (UnB), entre outras organizações. As conversas com a FIAN Colômbia trouxeram conceitos e uma forma de olhar para programas de alimentação escolar alinhada ao Dhana e à soberania alimentar.



MANUAL DE MARCA e identidade visual

FIAN Brasil - Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas



2

Sumário

Clique nos capítulos para o direcionamento para a página desejada.

- 3 Princípios orientadores
- 4 Processo de criação
- 5 Tipografia
- 6 Marca
- 10 Cores
- 11 Marca aplicada
- 13 Marca - usos proibidos
- 14 Padronagem de apoio
- 17 Aplicações

4

Processo de criação

A marca traz em seu cerne o fator humano da satisfação que a comida saudável gera e o elemento escolar, representado pelo tradicional prato de plástico azul da escola pública.



Fator humano
Satisfação

+



Elemento escolar

=



Logo

Marca

Versão Vertical

Versão Negativa



Esta versão pode ser usada em uma situação de espaço horizontal reduzido em que a legibilidade da versão seja prejudicada pela redução.

Nesse caso a margem de respiro também é três vezes o tamanho de "X". É importante também sempre manter a legibilidade da parte escrita. Por isso a redução máxima é de 2 cm de largura.



Redução Máxima



Exemplo:

Marca parceiro A



7

Marca

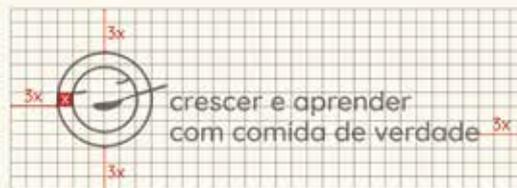
Versão Horizontal

Versão Negativa



A versão horizontal pode ser usada quando o espaço vertical for reduzido.

Nesse caso a margem de respiro também é três vezes o tamanho de "X". A redução máxima é de 3 cm de largura sem que haja perda de legibilidade.



Redução máxima



Exemplo:

Marca parceiro A



crescer e aprender com comida de verdade



8

Marca

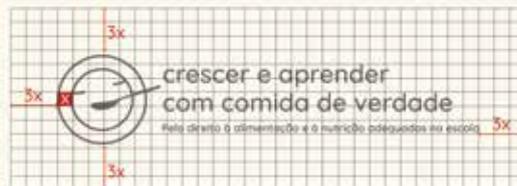
Versão Horizontal com Slogan

Versão Negativa



Esta versão - obrigatoriamente horizontal - com o subtítulo deve ser usada quando houver necessidade do explicativo do projeto, por exemplo em documentos oficiais ou em publicações.

Nesse caso a margem de respiro também é três vezes o tamanho de "X". A redução máxima de 6 cm de garante a leitura do slogan da marca.



Redução Máxima



Exemplo:

Marca parceiro A



crescer e aprender com comida de verdade



9



Cores

As cores escolhidas para a marca têm referência na cor azul do tradicional gratinho da escola pública e também na diversidade de cores e sabores dos alimentos.



RGB: 2, 146, 131
CMYK: 92, 30, 26, 8
02838d



RGB: 102, 192, 192
CMYK: 60, 0, 29, 0
66c6c6



RGB: 40, 45, 49
CMYK: 86, 48, 74, 57
284131



RGB: 33, 112, 83
CMYK: 88, 31, 73, 29
027053



RGB: 142, 199, 63
CMYK: 52, 0, 68, 0
8ac53f



RGB: 139, 23, 38
CMYK: 21, 99, 83, 22
91d216



RGB: 208, 47, 62
CMYK: 12, 92, 71, 2
d0273e



RGB: 273, 98, 93
CMYK: 0, 73, 57, 9
e6925e



RGB: 230, 155, 152
CMYK: 7, 48, 33, 0
e69688



RGB: 115, 65, 42
CMYK: 15, 69, 79, 48
73412a



RGB: 148, 129, 17
CMYK: 23, 48, 100, 33
b08012



RGB: 255, 174, 36
CMYK: 0, 38, 88, 0
ffac24



RGB: 251, 217, 22
CMYK: 4, 11, 91, 0
fdb916



RGB: 109, 108, 96
CMYK: 52, 43, 53, 23
6d6960



RGB: 202, 202, 173
CMYK: 14, 15, 36, 2
cbcac



RGB: 249, 238, 208
CMYK: 3, 6, 24, 0
f9eccc

Marca aplicada

A marca tem elasticidade suficiente para aparecer em qualquer uma das cores previstas neste manual sem perda de identidade, desde que a leitura seja garantida. Seguem exemplos.



crescer e aprender
com comida de verdade



crescer e aprender
com comida de verdade

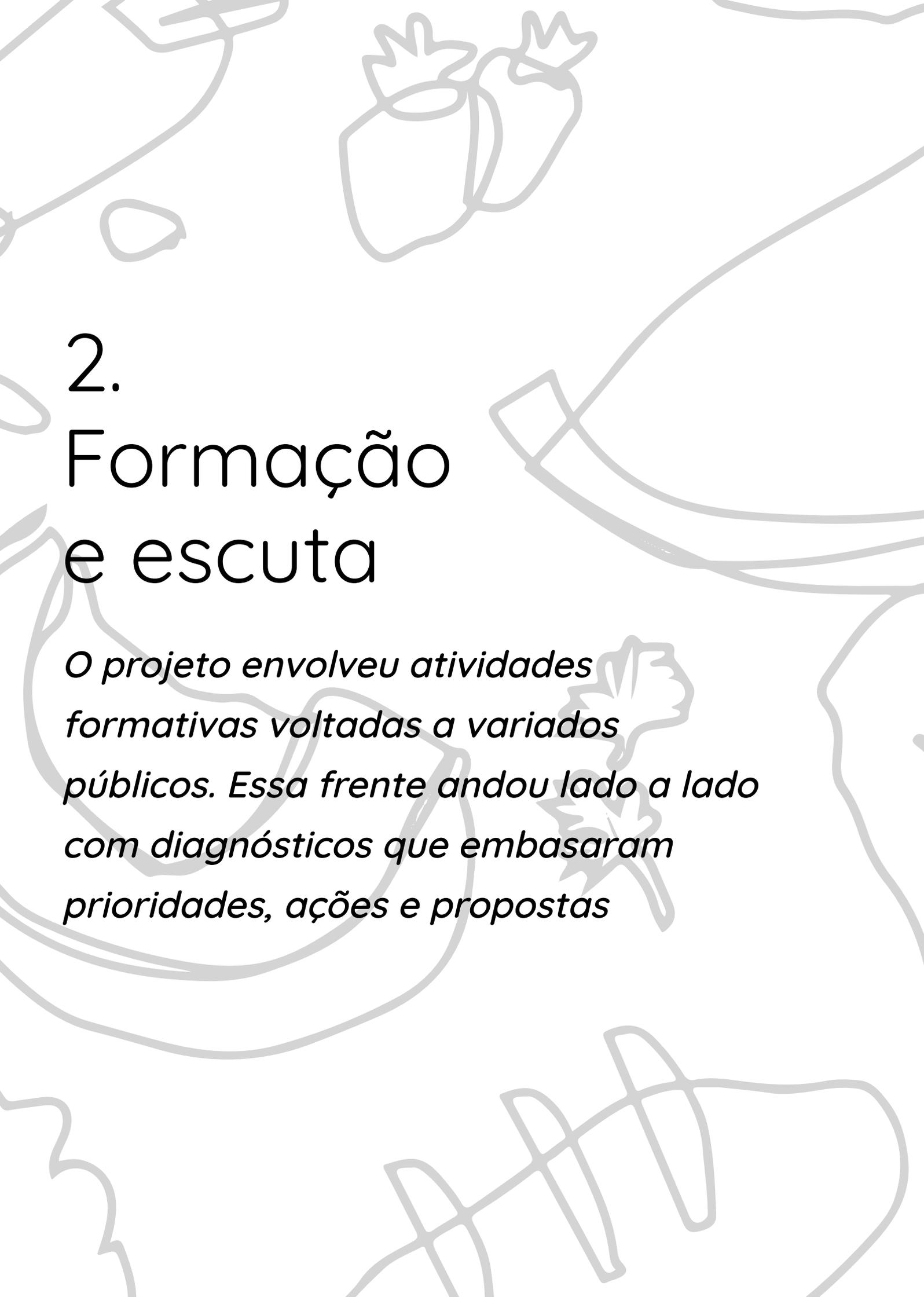


crescer e aprender
com comida de verdade

Padronagem de apoio

Para apoiar a presença da marca foi criada uma padronagem versátil cujos elementos podem ser reposicionados. Ela pode ser usada nas versões colorida ou em tons de acordo com a necessidade.





2. Formação e escuta

O projeto envolveu atividades formativas voltadas a variados públicos. Essa frente andou lado a lado com diagnósticos que embasaram prioridades, ações e propostas

Identificação de obstáculos e potencialidades

A equipe do Crescer e Aprender com Comida de Verdade realizou entrevistas com centros colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (Cecanes), com o objetivo de identificar os principais obstáculos e potencialidades para a promoção da alimentação e da nutrição adequadas nas escolas. Esses centros representam uma parceria entre instituições federais de ensino superior (Ifes) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e desenvolvem, dentre outras atividades, monitoramento e assessoria em estados e municípios para apoiar a execução do Pnae.

Participaram do levantamento, em fevereiro, 12 Cecanes distribuídos em dez estados de todas as regiões brasileiras. Foi utilizado um questionário semiestruturado para entrevistar um nutricionista de cada Cecane, com experiência em assessoria aos municípios para apoiar a execução do Pnae.

Os obstáculos e as proposições foram tratados por temas: 1) elaboração e execução do cardápio; 2) acesso a alimentos da agricultura familiar local; 3) alimentação escolar de indígenas e povos e comunidades tradicionais; 4) atuação de gestores do Pnae e do Conselho de Alimentação Escolar; 5) execução do programa durante a pandemia de Covid-19. O diagnóstico também se baseou em busca na literatura científica.

Para refletir e planejar as ações que tinham o objetivo de contribuir para a compra da agricultura familiar para o Pnae, fizemos reuniões com diversas entidades e movimentos ligados à agricultura familiar, como: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag).

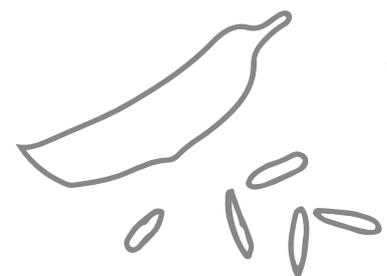


Falando com os beneficiários/as diretos e com as/os responsáveis

Em outubro, organizamos duas versões da oficina “Direito à alimentação e à nutrição adequadas na escola”. Ambas foram realizadas na Plataforma Zoom em dois dias, em clima de conversa, o que permitiu que todas/os participantes falassem bastante e vencessem a timidez, quando era o caso.

A primeira foi voltada a estudantes da educação básica a partir de 14 anos de idade. Os assuntos foram as regras da alimentação escolar o direito de todos os alunos/as da rede pública a receber uma alimentação adequada em sua jornada de estudo.

A segunda reuniu mães, pais e outras/os responsáveis pelas crianças e adolescentes. A roda inicial tratou do Pnae, suas regras sobre a oferta de alimentos, sobre os produtos ultraprocessados e por que devem ser restringidos na alimentação escolar. A seguinte, sobre o Dhana e como exigir esse direito.



Foco nos estados, foco nos conselhos

Em novembro, foi a vez de ter como público-alvo integrantes de conselhos estaduais de Alimentação Escolar (CAEs) e de Segurança Alimentar e Nutricional (Conseas).

A coordenadora do Crescer e Aprender, Vanessa Manfre, falou sobre “Direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Pnae”. A professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Vanessa Schottz, integrante do do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), destacou a importância da participação e do controle social no programa; Daniela Canella, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens) da Universidade de São Paulo (USP), explicou o que são produtos ultraprocessados e por que devem ser restringidos na escola; e o conflito de interesses nesse ambiente foi o tópico tratado por Camila Maranhã, professora adjunta na Faculdade de Nutrição da Universidade Federal Fluminense (UFF) e consultora da ACT Promoção da Saúde.

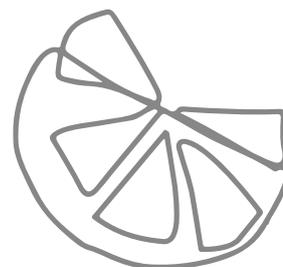


Diversidade cultural no cardápio

Com o Observatório da Alimentação Escolar (ÓAE), realizamos o webinar (seminário *online*) “Cultura afro-brasileira, indígena e de povos e comunidades tradicionais na alimentação escolar”.

A atividade, em abril, apresentou as experiências do Projeto CulinAfro, com a professora da UFRJ Rute Costa; e da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa), com Mariana Semeghini, da Rede Maniva de Agroecologia (Rema), e Florinda Lima Orjuela, da Associação Indígena da Etnia Tuyuka Moradores de São Gabriel da Cachoeira/AM (Aietum/SGC).

O debate ficou por conta de Anna Cláudia, da Rede de Mulheres Negras para Soberania Segurança Alimentar Nutricional (RedeSSAN) e do Coletivo Malês; e Célia Neves, da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem). 👁



Reunião com professores/as guarani e kaiowá

Em setembro, integrantes da FIAN Brasil reuniram-se com representantes dos povos indígenas Guarani e Kaiowá ligados à educação em municípios do Mato Grosso do Sul (MS).

Constataram-se os seguintes desafios:

- a alimentação não respeita a cultura e as tradições indígenas;
- houve irregularidade e baixa frequência na entrega de *kits* de alimentos durante a suspensão das aulas na pandemia;
- estudantes no ensino híbrido não estavam recebendo alimentos;
- estudantes chegam com muita fome na escola, em grave situação de insegurança alimentar.

A FIAN levou as demandas à Secretaria de Educação do estado e enviou materiais de apoio, com destaque para a experiência da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa) e o manual de comercialização de produtos indígenas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).



O Brasil e Alagoas, Alagoas e o Brasil

O encontro “Alimentos da agricultura familiar no Pnae”, em setembro, trouxe à tona desafios e experiências positivas no estado de Alagoas. Depois de rodada de relatos dos municípios de Pindoba e de Viçosa, uma oficina dividiu as e os participantes em três grupos para pensar soluções diante de desafios/obstáculos comuns no fornecimento ao programa. O diálogo foi estendido com envio de materiais sobre o tema.

A realização foi precedida por conversas com a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura, além de nutricionistas do Pnae de alguns municípios.

Essa parceria desdobrou-se numa *live*, em novembro, com a Secretaria da Educação do estado de Alagoas sobre produtos ultraprocessados e alimentação escolar para gestores/as do Pnae. Ao lado da coordenadora do projeto Crescer e Aprender, Vanessa Manfre, participaram a nutricionista do Pnae no estado, Raquel Vasconcelos e, como convidada, a professora e pesquisadora Daniela Canella. 👁

Chegaram a participar simultaneamente da atividade 120 pessoas, entre elas diversos profissionais de unidades educacionais do estado, de variadas atribuições na execução do programa: gestores/as escolares (incluindo diretoria), técnicas/os de acompanhamento de gestão, gerentes regionais, manipuladores/as de alimentos e cantineiros/as escolares. Perguntaram o porquê de alimentos *in natura* serem tão caros em relação aos ultraprocessados e quiseram saber estratégias de transição dos cardápios para opções menos processadas, entre muitos outros pontos.

As atividades estabeleceram uma via de mão dupla entre as especificidades estaduais e as questões nacionais.



Para qualificar e multiplicar o interesse sobre a temática na imprensa

Quarenta e dois jornalistas e estudantes de 11 estados participaram da oficina “Alimentação escolar não é barganha”, organizada pelo portal *O Joio e o Trigo*. Do total de participantes, 85% eram mulheres.

A atividade, parte da parceria com a FIAN neste projeto, foi pensada para fornecer subsídios para que cada vez mais profissionais da imprensa acompanhem sistematicamente o assunto com a percepção dos contextos e atores envolvidos. A ideia era ter diversidade regional e de perfil, incluindo veículos das periferias.

Moriti Neto, um dos fundadores e editores do *Joio*, contou sobre a elaboração do especial jornalístico *Merenda não é lucro*, produzido com nosso apoio (ver p. 54). As repórteres Mylena Melo e Carol Scorce comentaram a experiência de passar meses mergulhadas no assunto, os métodos os bastidores da investigação. A artista e *designer* Clara Borges abordou os vários formatos de criação visual para o projeto.

A coordenadora do Crescer e Aprender, Vanessa Manfre, falou sobre o papel das organizações da sociedade civil na construção e na manutenção de políticas públicas de alimentação escolar e os motivos de estabelecer relações com o jornalismo especializado no projeto. O assessor de Comunicação da FIAN, Pedro Biondi, defendeu a importância de ligar a cobertura do tema a quadros como as mudanças globais e a captura corporativa.

Traçando a linha do tempo da alimentação escolar no Brasil, Vanessa Schottz, professora da UFRJ e integrante do FBSSAN, ressaltou a relevância do Pnae e expôs obstáculos e tentativas de beneficiar interesses particulares. Mariana Santarelli, do ÓAÊ e da Cátedra Josué de Castro da USP, falou dessa política pública como uma das poucas de segurança alimentar e nutricional a seguir de pé em meio aos desmontes feitos pelos últimos governos.



OFICINA

Direito à alimentação e à nutrição adequadas na escola

Ei, estudante! Você conhece as regras da alimentação escolar?

Venha bater um papo sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e entender como exigir esse direito!



PÚBLICO Estudantes da educação básica da rede pública
Idade mínima: 14 anos

DATAS E HORÁRIOS 20/10 e 21/10
18h às 20h

ONDE Plataforma Zoom

Inscreva-se até 18 de outubro:
tinyurl.com/oficinaPNAEalunos



OFICINA

Direito à alimentação e à nutrição adequadas na escola

Você que é mãe, pai ou responsável de estudante, conhece as regras da alimentação escolar?

Participe da nossa conversa sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e entenda como exigir esse direito!



PÚBLICO Mães, pais e responsáveis de estudantes da educação básica da rede pública

DATAS E HORÁRIOS 22/10 - 17h30 às 19h30
23/10 - 9h às 11h

ONDE Plataforma Zoom

Inscreva-se até 20 de outubro:
tinyurl.com/oficinaPNAE



Oficina para conselhos estaduais de Alimentação Escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional

04/NOV

Direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana) no Pnae



Vanessa Manfre
FIAN Brasil

05/NOV

O que são produtos ultraprocessados e por que devem ser restringidos na escola?



Daniela Canella
Uerj e Nupens/USP

A importância da participação e do controle social no Pnae



Vanessa Scholtz
UFRJ-Macae e FBSSAN

Conflito de interesses na alimentação escolar e o papel do controle social



Camila Maranhão
UFF e ACT Promoção da Saúde

De 16h a 18h na plataforma Zoom
Inscreva-se até 2/11 em
bit.ly/OficinaConselhos
Vagas limitadas!





Seminário: Cultura afro-brasileira, indígena e de povos e comunidades tradicionais na Alimentação Escolar.



Oficina: Alimentação escolar não é barganha.

Reunião com professores indígenas dos povos Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul.



Encontro: Alimentos da agricultura familiar no Pnae: desafios e experiências positivas no estado de Alagoas.

ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE

Desafios e experiências positivas no estado de Alagoas

Venha conhecer e trocar experiências sobre o fornecimento para a alimentação escolar

📅 **17/9 (Sexta)** | 📍 **Plataforma Zoom**
🕒 **15h às 17h** | (envio do link de acesso no e-mail cadastrado na inscrição)

Inscrições no link - bit.ly/3mVVeFM
inscreva-se até 15/9, às 17h - Vagas limitadas!

crescer e aprender com comida de verdade

FIAN BRASIL

LIVE

O que são produtos ultraprocessados e por que devem ser restringidos na alimentação escolar

DATA: 09/11 | HORÁRIO: 15h

TRANSMISSÃO: YouTube da Seduc Alagoas

ORGANIZAÇÃO: FIAN Brasil e Secretaria de Estado da Educação de Alagoas

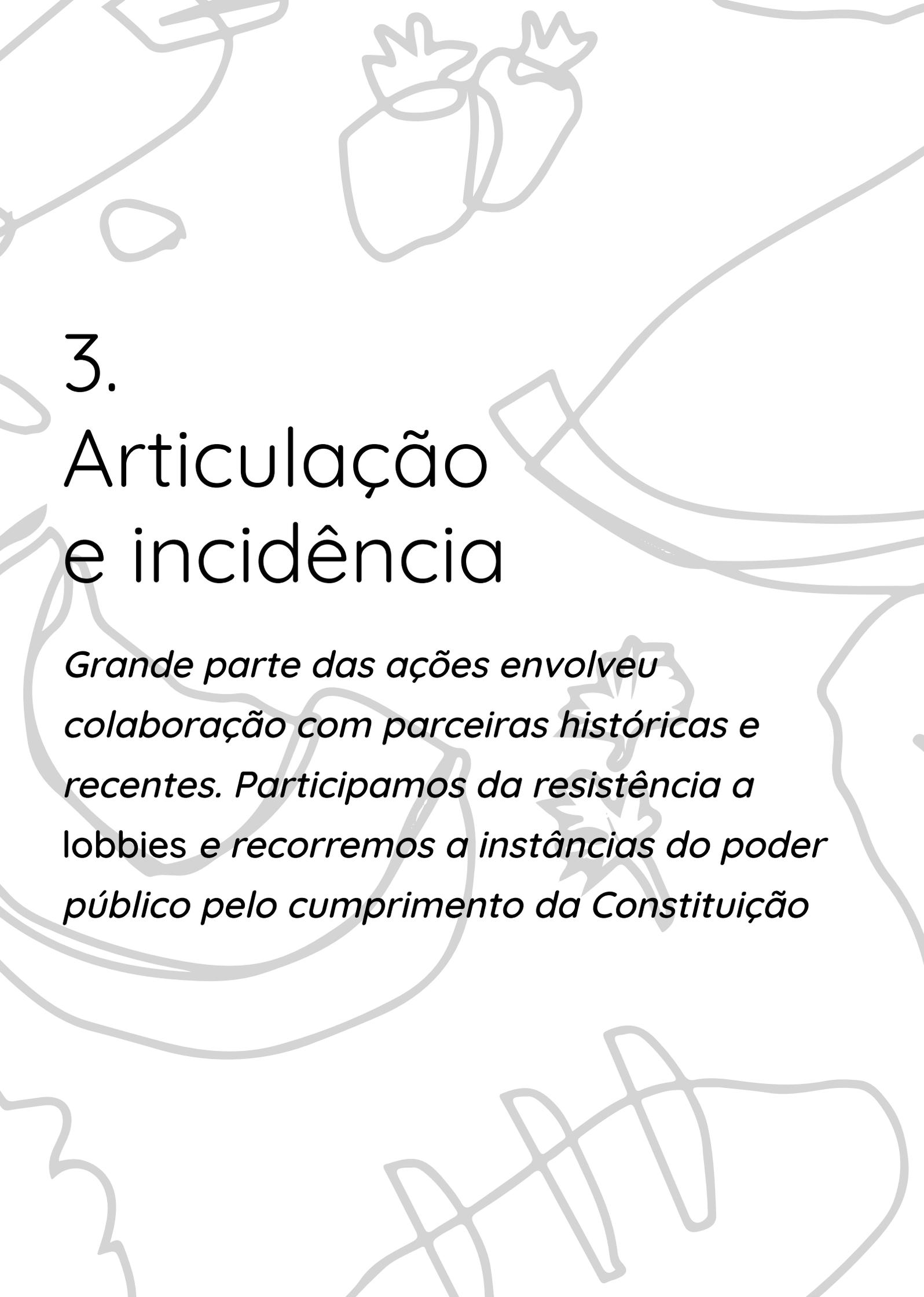
Logo: FIAN BRASIL ALAGOAS



Live: O que são produtos ultraprocessados e por que devem ser restringidos na alimentação escolar.

Grupos de alimentos

- Alimentos *in natura* ou Alimentos minimamente processados
- Ingredientes culinários processados
- Alimentos processados
- Alimentos ultraprocessados



3. Articulação e incidência

Grande parte das ações envolveu colaboração com parceiras históricas e recentes. Participamos da resistência a lobbies e recorreremos a instâncias do poder público pelo cumprimento da Constituição

Contra mais uma boiada no Congresso

Uma parte importante do empenho conjunto em defesa do Pnae, com ativa participação da FIAN Brasil, foi de resistência a iniciativas em trâmite no Congresso Nacional. O Projeto de Lei (PL) 3.292/2020, em especial, mereceu forte reação contrária, mobilizando as principais organizações que defendem a soberania e segurança alimentar, a educação de qualidade e os direitos das crianças. Foi contrarrecomendado pelo FNDE/MEC, principal responsável pelo acompanhamento da alimentação escolar, pelo Ministério Público e até pelo Ministério da Agricultura, totalmente ligado ao agro, e pela Casa Civil, braço da Presidência da República.

A proposta cria reserva de mercado para a compra de leite fluido na alimentação escolar e retira a prioridade da aquisição de alimentos de povos indígenas e comunidades quilombolas e assentados(as) da reforma agrária. Para piorar, levava a reboque, apensados, mais de dez similares, que propõem a obrigatoriedade de oferta de carne suína, fixam uma cota de feijão e arroz e assim vai.

A FIAN participou da elaboração de nota técnica e petição – que reuniu 30 mil assinaturas – dirigida ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e aos líderes partidários. 🗳️¹

A coordenadora do Crescer e Aprender com Comida de Verdade, Vanessa Manfre, gravou vídeo e deu entrevista ao *Brasil de Fato* explicando os problemas dessas iniciativas, que tiveram os tentáculos expostos em reportagem investigativa de *O Joio e o Trigo*. 🗳️²

Carta aberta, desvinculação barrada e propostas legislativas

Mesmo rejeitado por tantos e tão representativos segmentos, o PL 3.292 foi aprovado na Câmara dos Deputados e seguiu para o Senado. No dia 8 de junho, 40 movimentos sociais e organizações não governamentais, somadas a seis frentes parlamentares, realizaram um *ato virtual* 🗳️³ em defesa do Pnae que reuniu cerca de 800 participantes em uma sala de Zoom, e foi assistido por mais de 8.000 espectadores nas redes sociais.

O grupo endereçou carta aberta aos senadores e senadoras enfatizando que esse e outros projetos de lei ameaçam o Pnae, porque comprometem a autonomia dos estados e municípios e a atuação dos/as nutricionistas responsáveis técnicos/as no cardápio escolar, além de retirar de cena protagonistas como indígenas, quilombolas e assentados/as da reforma agrária no fornecimento de alimentos. “As mudanças propostas tornam o Pnae vulnerável aos múltiplos interesses de grandes produtores, da indústria de alimentos e das grandes redes de supermercados, ferindo frontalmente a garantia da alimentação adequada e saudável, que respeita a produção sustentável, a cultura e os hábitos alimentares saudáveis”, alertava a manifestação. 🗳️⁴

Outra articulação da qual participamos foi contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial 186/19, que previa a desvinculação das receitas previstas na Lei Orçamentária para saúde e educação, o que poderia inviabilizar o

1 - bit.ly/peticaoPnae
2 - Ver p. 33, 39 e 56
3 - bit.ly/AtoPnae
4 - bit.ly/CartaAbertaPnae



caráter universal da alimentação escolar, além de diversos outros direitos sociais. A PEC foi aprovada, com prejuízos para o funcionalismo público, mas pressão da sociedade civil e da oposição conseguiu derrubar aquela parte.

Com base nas escutas realizadas com diversos segmentos, além do diálogo com frentes parlamentares e mandatos, elaboramos proposições legislativas voltadas a aprimorar a regulamentação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

As propostas visam amparar legalmente a profissão de merendeira; propiciar a atualização periódica do valor *per capita* do recurso federal do Pnae, bem como a atualização do valor do limite de venda de agricultores familiares para o programa por entidade executora; e facilitar o acesso de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais a esse mercado institucional.

Articulação com os estados

No que diz respeito à colaboração com o Executivo, a FIAN reuniu-se em outubro e novembro com o Consórcio de Governadores do Nordeste, por meio da Câmara Temática da Agricultura Familiar. O diálogo girou em torno da *Resolução 6/2020* 🐾 e a FIAN abordou, em especial, a necessidade de investimento na estrutura das cozinhas escolares e aspectos logísticos da alimentação escolar.

Além da secretária executiva do consórcio, Maria Fernanda Coelho, participaram secretários e secretária de áreas ligadas à agricultura familiar dos nove estados nordestinos. A FIAN foi representada pelo consultor Luiz Bambini, que falou sobre o projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade.

Foram debatidas soluções para aspectos desafiadores da resolução, como a logística desde a entrega dos alimentos; exigências sanitárias que limitam a inclusão produtiva da agricultura familiar; e a dinamização da cozinha escolar para armazenamento e processamento dos alimentos advindos da agricultura familiar, em especial os *in natura*.

As conversas também destacaram a importância do mapeamento da produção desse segmento, a dificuldade em se cumprir a Resolução 6 sem um período de adaptação e avanços locais a replicar, como a inserção de diversos alimentos típicos da cultura local, a exemplo do arroz vermelho e de polpas de frutas.

No plano federal, a equipe reuniu-se com a Coordenação-Geral do Pnae. A divisão do Ministério da Educação (MEC) responsável pela execução do programa expressou a importância de dialogar com organizações da sociedade civil e a possibilidade de uma colaboração no contato com entidades e movimentos sociais ligados à agricultura familiar, e diretamente com agricultores familiares.

Mantivemos, ainda, colaboração com a Defensoria Pública da União (DPU), que propôs à FIAN um acordo de cooperação técnica para formações voltadas a defensores públicos e fortalecimento do monitoramento da execução do Pnae.



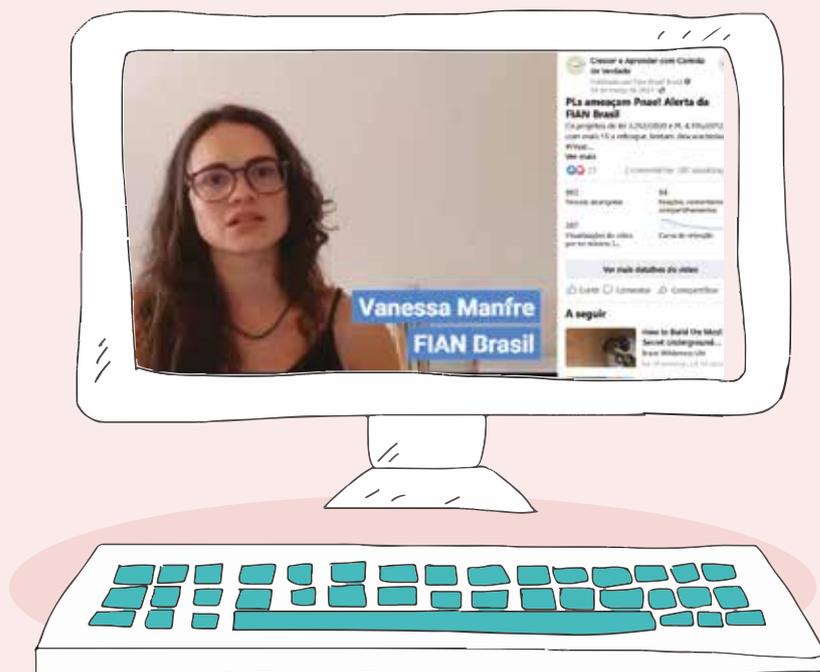
No Judiciário, por urgência no combate à fome

A FIAN Brasil pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para ingressar como *amicus curiae* na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 831, que visa obrigar o governo federal a investir em medidas de combate à fome no contexto da Covid-19.

Com pedido de medida liminar, a ADPF 831 busca o afastamento do limite de 20 anos imposto ao Orçamento pela Emenda Constitucional (EC) 95/2016, conhecida como Teto dos Gastos. A ação também pede que as esferas federal, estadual e municipal de governo garantam um *kit* alimentação aos e às estudantes sem aulas presenciais em decorrência da pandemia.

ADPF é um tipo de ação que visa evitar ou reparar lesão a um preceito fundamental causada por um ato ou uma omissão do poder público. Esses preceitos são os direitos e garantias que representam a base da Constituição, bem como os fundamentos e principais objetivos da República. *Amicus curiae* (“amigo da corte” ou “amigo do tribunal”, em latim) designa uma instituição ou pessoa que, por seus conhecimentos num assunto específico, é ouvida no intuito de embasar decisões justas em casos judiciais complexos e de repercussão social da controvérsia, ou seja, que tendem a extrapolar o processo e formar precedente para outros julgamentos. 👁





Vídeo:

youtu.be/OAUDxdYKF9o

Publicação: Proposições Legislativas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).





MOBILIZAÇÃO PNAE

Repetição das principais mensagens do chat

- Seade #DeOrioNoPNAE
- Marcelo Machado: Marcelo Machado Esteves, Coordenador Executivo do Coletivo Grupo Articulador Local/GAL União para o Futuro-Amigos de Uruçânia-Uruçânia-Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro/RJ. Na luta pelo PNAE.
- Patricia Samofal: CAE de Curitiba-PR presente na luta pelo PNAE
- Marian Farias: PNAE é super importante para Agricultura Familiar Camponesa e educand@.
- Salmuel de Albuquerque Carvalho: Tabata Amaral já não engana ninguém!
- Jane Dambelli: Sim
- Marilcia Mendes: Boa tarde!
- Vânia Maria: Boa tarde
- Francisca Miguel: VIDA É ESPERANÇA PRESENTE BOA TARDE
- José Barbosa: José Barbosa de Lima Santa Cruz RN
- Ana Regina da Silva Mello: Boa tarde!
- Jose Barbosa: Conselheiro do CAE
- Maria Luiza: Maria Luiza da Silva Df responsável pela implantação dessa política em 2009

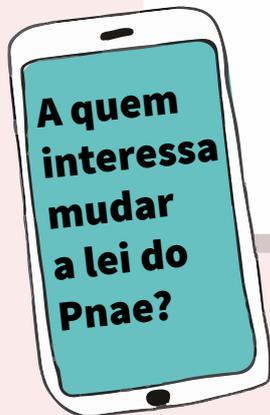


Participação em **mobilização nacional** em defesa do Pnae.





Participação em **petição** contra o PL 3.292/2020 e o PL 4.195/2012.

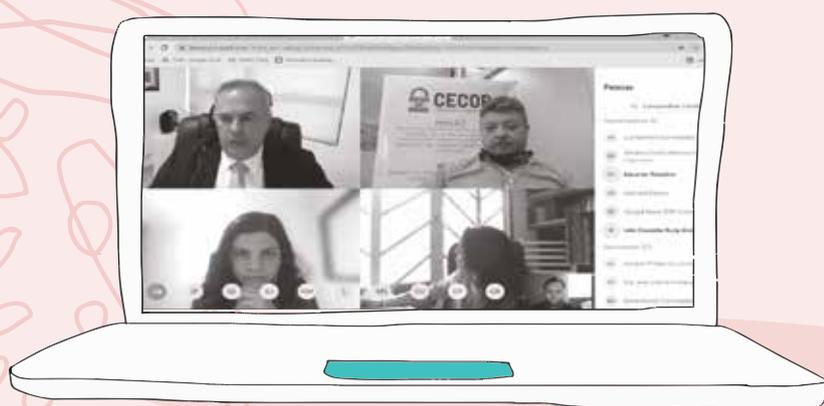




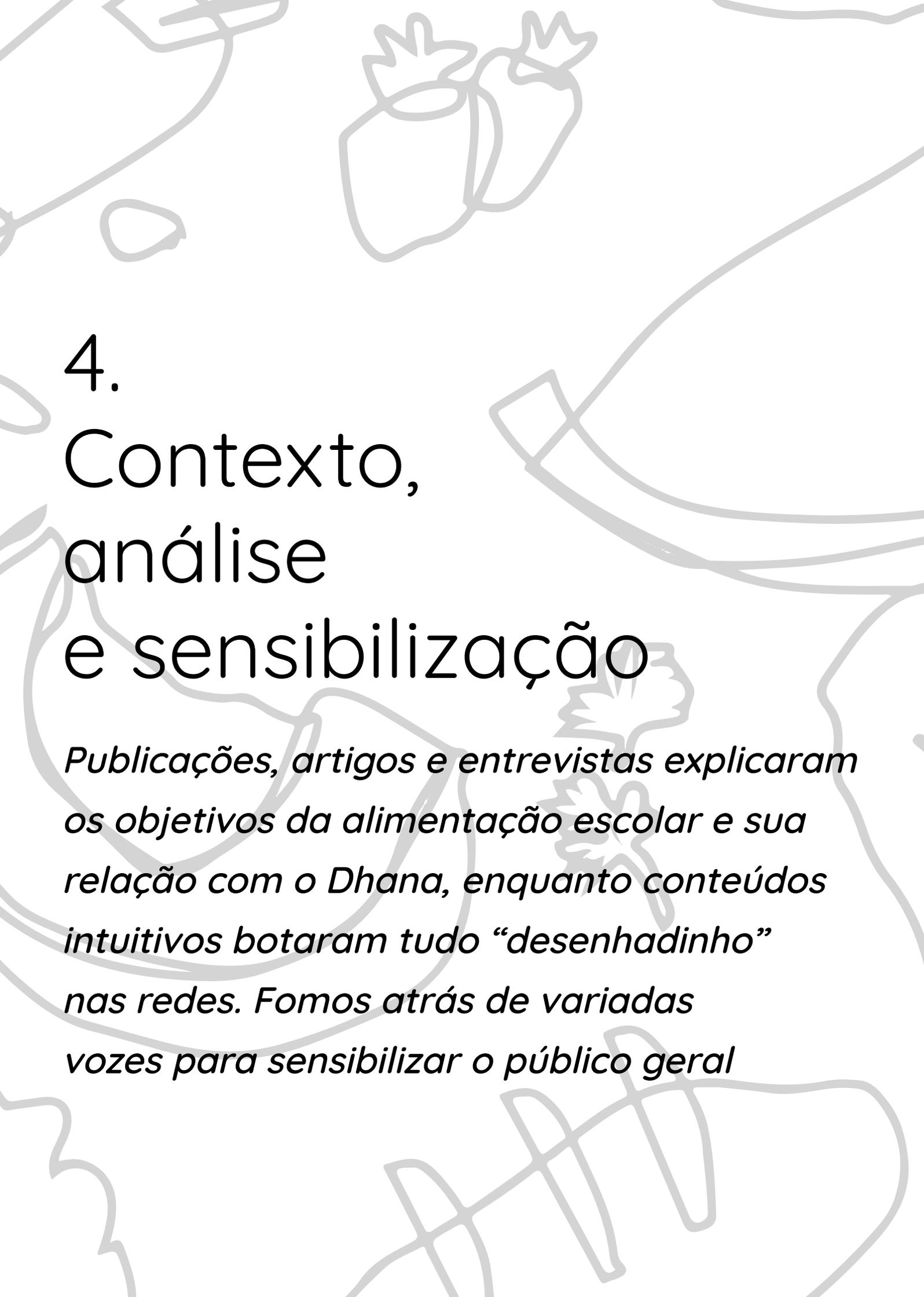
Reunião com a Defensoria Pública da União em 25/08.



Reunião com a Secretaria de Estado da Educação do MS em 04/10.



Participação no **seminário** “Phae: uma ferramenta para o desenvolvimento de sistemas alimentares agroecológicos em Santa Catarina” em 21/10.



4. Contexto, análise e sensibilização

Publicações, artigos e entrevistas explicaram os objetivos da alimentação escolar e sua relação com o Dhana, enquanto conteúdos intuitivos botaram tudo “desenhadinho” nas redes. Fomos atrás de variadas vozes para sensibilizar o público geral

“Eu defendo comida de verdade na escola. Defenda você também!”

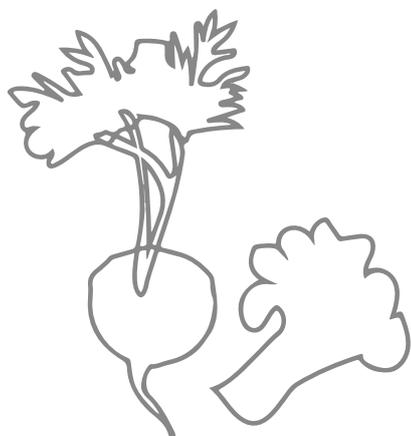
Em junho lançamos campanha em defesa do Pnae que seguiu nas redes da entidade e de parceiras até dezembro.

As principais peças são breves vídeos com depoimentos e comentários sobre a importância da alimentação escolar adequada e da política pública responsável por sua oferta.

A série reúne a apresentadora Bela Gil; o ex-senador Eduardo Suplicy; a deputada Vivi Reis; os músicos Ivan Vilela e Paulo Tatit; Paula Johns, da ACT; Flavia Londres, da ANA; Inês Rugani, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco); a nutricionista Bruna de Oliveira; Antonia Ivoneide (Nenen), do MST; Flavio Valente, da FIAN; e Luciana do Nascimento, do Movimento de Mães, Pais e Responsáveis pela Escola Pública Municipal Carioca (MovEM-Rio).

Criamos uma página para o Crescer e Aprender com Comida de Verdade no Facebook e um perfil no Instagram. Neles, compartilhamos artes e textos partindo de datas significativas para falar do Pnae, de agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento local, ultraprocessados e outros assuntos dentro do tema. “Traduzimos” as diretrizes do programa nacional em infografias.

Como parte da conclusão do projeto, entrevistamos cinco nomes de peso a respeito do assunto central, partindo para questões relacionadas como a escalada da fome, as mudanças climáticas, as disputas no plano internacional e a reconstrução da democracia. São eles/as: a ex-presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) Maria Emília Pacheco; o ex-ministro José Graziano; a ex-procuradora-geral da República Deborah Duprat; a secretária-geral da FIAN Internacional, Sofia Monsalve; e a ex-ministra Tereza Campello. 🙌



Na mídia

Entrevistas foram outro caminho para levar o assunto ao conhecimento de mais pessoas.

Em fevereiro, a coordenadora Vanessa Manfre falou ao programa *Bem viver*, da *Rádio Brasil de Fato*, sobre o objetivo de contribuir para o combate à obesidade infantil por meio da formação de hábitos alimentares saudáveis e da restrição gradual aos produtos alimentícios ultraprocessados.

O portal, que acompanha sistematicamente o tema, também produziu matéria escrita sobre a nossa iniciativa. 🌱¹

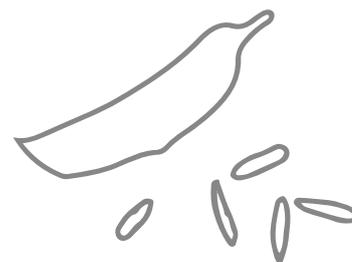
À ACT Promoção da Saúde, Manfre discorreu sobre esses pontos e sobre a maior sujeição de mulheres, população negra, indígenas, povos e comunidades tradicionais à insegurança alimentar. sobre os retrocessos causados pelo desmonte de políticas sociais e pela Emenda do Teto de Gastos, potencializados ainda mais pela pandemia. 🌱²

O “pingue-pongue” (como o formato é conhecido no jargão jornalístico) também foi reproduzido no portal da Aliança Pela Alimentação Adequada e Saudável, da qual a FIAN e a ACT fazem parte.

No mesmo mês, a coordenadora foi entrevistada pelo *Brasil de Fato* sobre a mobilização da sociedade civil em defesa do Pnae e contra o Projeto de Lei (PL) 3.292/2020 e outros ataques legislativos. 🌱³

A representante da FIAN avaliou que a alteração arbitrária da oferta alimentar nas escolas fere as diretrizes do programa nacional. “O cardápio da alimentação escolar deve ser planejado por nutricionista, responsável técnico do programa, que conhece a realidade local. O Estado não pode adotar qualquer medida que possa resultar na privação da alimentação adequada e saudável, e deve agir para impedir que pessoas, grupos ou empresas atuem para violar este direito”, pontuou. 🌱⁴

Ao lado de outras entidades da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, e do ÓAÊ, participamos da construção de uma parceria com a TVE Bahia e a Educadora FM para ampliar a presença da temática de SSAN na grade das duas emissoras públicas.



O “primeiro direito” servido no pratinho azul

As origens, os fundamentos e a importância dessa política pública foram abordadas no artigo de opinião “O primeiro direito e a alimentação escolar”, publicado em *Le Monde Diplomatique Brasil*.

Partindo da declaração de Josué de Castro de que “O primeiro direito é o de não passar fome”, o texto de Valéria Burity, Vanessa Manfre e Nayara Côrtes mergulha na história das políticas de segurança alimentar e nutricional (SAN) até chegar ao atual cenário do Pnae sob a pandemia, com a luta em defesa da comida de verdade nas escolas.

As integrantes da FIAN Brasil explicam o conceito de alimentação adequada e destrincham as diretrizes do programa nacional que abastece toda a rede pública de ensino. 👁



Medindo os impactos da pandemia e da ação/omissão governamental

O Pnae e a alimentação escolar são tratados em duas publicações lançadas pela FIAN Brasil no ano.

Em julho lançamos o informe *O Dhana e a Covid-19 – o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no contexto da pandemia*.

Com base em pesquisas, relatórios oficiais e da sociedade civil e reportagens recentes, o informe mostra como a crise sanitária e as decisões tomadas no seu enfrentamento ampliaram o desemprego, inflacionaram a comida, agravaram as vulnerabilidades históricas e impulsionaram a fome.

A publicação digital de 73 páginas aborda o contexto e os novos desafios dos pontos de vista da produção de alimentos, das políticas públicas e da promoção do Dhana pela sociedade civil e pelo poder público, analisando ainda as violações das obrigações do Estado.

São analisados os impactos sobre as populações indígena e quilombola, as mulheres e as pessoas em situação de rua; a falta de acesso regular à água; o inflacionamento dos alimentos, a concentração de mercado e a quebra na compra da agricultura familiar; o aumento do desemprego e dos trabalhos informais. 🌱¹

Em dezembro, foi a vez do *Informe Dhana 2021 – pandemia, desigualdade e fome*, parceria com o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN).

A publicação, de periodicidade bienal, aborda a situação do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no país. Esta edição – que compreende dois anos do governo Bolsonaro – analisa os impactos da Covid-19 e das ações e omissões do poder público diante da crise sanitária, econômica e social.

Em suas 120 páginas, a terceira edição do *Informe Dhana* esquadrinha este cenário em que insegurança alimentar e nutricional ameaça mais da metade das brasileiras e brasileiros, dos quais 20 milhões passam fome (o número é de 2020 e provavelmente já subiu).

Ao lado da memória de mudanças legais e atos administrativos, os dados estatísticos e orçamentários mostram a negação de tudo de que precisamos para atravessar o período de calamidade e construir sistemas alimentares soberanos e regenerativos – terra, água, proteção ambiental, política de estoques e preços, apoio à agricultura familiar. Os gráficos não deixam dúvida. 🌱²

1- bit.ly/InformeDhanaCovid
2- bit.ly/InformeDhana2021



Orientações para pôr as diretrizes em prática

Na perspectiva formativa, a FIAN produziu as cartilhas *Como exigir o direito à alimentação e à nutrição adequadas no Pnae?* e *Alimentação e nutrição adequadas no Pnae: mais alimentos frescos, menos ultraprocessados*. Ambas receberam contribuições de organizações parceiras e foram usadas nas oficinas do projeto. 🌱¹

A primeira trata do direito de toda e todo estudante da educação básica da rede pública a receber, durante o período letivo, uma alimentação adequada. Nesse sentido, explica as diretrizes do Pnae e os princípios e dimensões do Dhana.

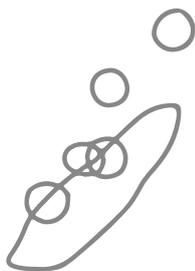
O conteúdo apresenta o conceito de *exigibilidade* – de forma bem simplificada, o exercício do direito de exigir a garantia de direitos –, detalhando as obrigações e responsabilidades das partes envolvidas com o Pnae. Um passo a passo mostra um dos caminhos possíveis para uma reclamação ou denúncia de violação do Dhana no contexto das escolas.

Há, ainda, um texto sobre a alimentação escolar em situações de calamidade pública. 🌱²

Na segunda cartilha são abordados, entre outros pontos, os motivos de veto ou limitação dos produtos alimentícios ultraprocessados no cardápio; a importância de comprar mais alimentos frescos, da agricultura familiar local; e os impactos dessas medidas para a saúde dos estudantes, para os pequenos agricultores e agricultoras, para a sociedade e para o meio ambiente.

Como ponto de partida, os objetivos, diretrizes, legislação e regulamentação da política pública. Também são apresentadas as recomendações do *Guia alimentar para a população brasileira* e do *Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos*.

Para este material, a equipe da ACT Promoção da Saúde elaborou texto sobre conflito de interesses na alimentação escolar e comércio de alimentos nas escolas. 🌱³



3- bit.ly/CartilhaPnae2

1 - Ver p. 19, 20 e 23
2- bit.ly/CartilhaPnae1

O beabá do programa e um mergulho maior na exigibilidade

Dois livretos nossos promovem diferentes níveis de imersão no tema do projeto.

O Pnae em fatos e números: a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar 🐼 foi produzido no intuito de propiciar um primeiro contato com essa política pública, apresentar fundamentos e particularidades da execução e oferecer informação confiável, em linguagem simples, para consulta constante.

Nossa avaliação era que o “espírito” do programa, e mesmo sua existência, passam despercebidos por boa parte da população, até mesmo entre seus beneficiários/as – talvez pela longevidade e pelo caráter próximo ao de uma política “de Estado” (não associada a uma gestão). Sem falar na ausência de uma cultura de direitos no país, que dificulta o entendimento de que as crianças e os adolescentes são prioridade absoluta e que cabe ao Estado lhes garantir saúde, um ambiente equilibrado e condições de aproveitar ao máximo a escola – e que a comida de verdade tem a ver com tudo isso.

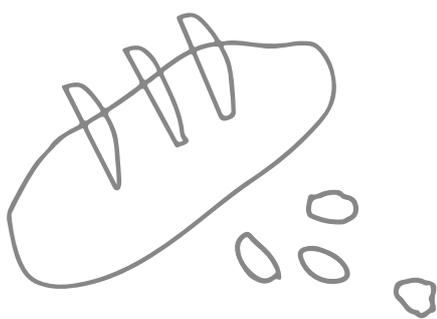
A publicação traz histórico e legislação, objetivos e diretrizes e a dimensão do programa. Também apresenta os avanços e desafios, passando por fatos relevantes como a nova realidade imposta pela pandemia. Foi elaborada pela nutricionista Daniela Bicalho Alvarez, doutoranda em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da USP, com a equipe do Crescer e Aprender.

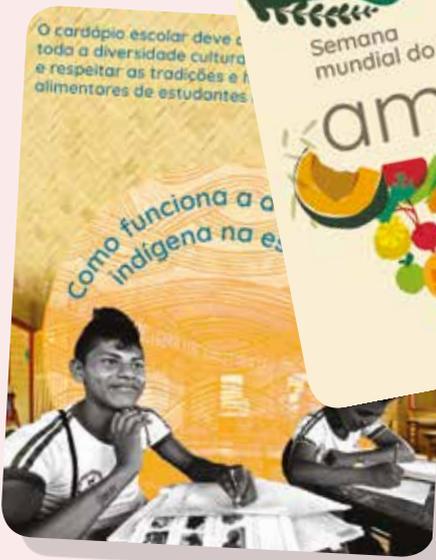
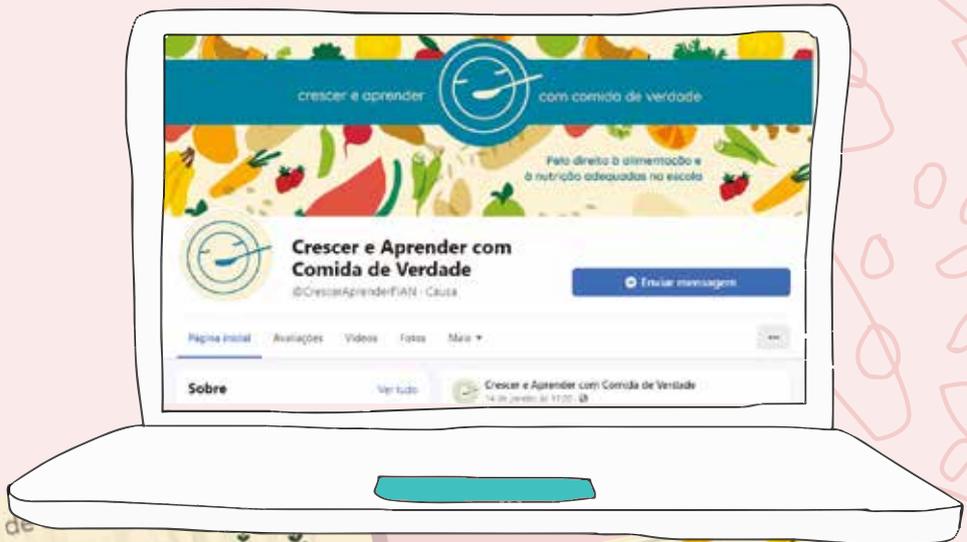


Já *Programa Nacional de Alimentação Escolar: diretrizes e exigibilidade em tempos de pandemia* 🦋, como o título indica, aprofunda-se nos pilares da política pública e nos impactos da Covid-19 em sua execução. A ideia é contribuir para que os sujeitos de direito possam exigir aquilo que a legislação consagra, e que os/as agentes públicos se engajem com propriedade nessa causa ou, no mínimo, façam sua parte.

Sob a ótica do Dhana, o material traz os marcos legais do Pnae e sua implementação no cenário atual, examinando as modalidades de gestão e a situação das compras públicas. São apresentadas as principais violações desse direito fundamental no período, argumentos para exigir sua garantia e experiências de exigibilidade em seus diferentes níveis (administrativo, político, quase-judicial e judicial). O texto explica, ainda, quem e como pode recorrer a cada caminho desses.

Mais uma parceria com o FBSSAN, o livreto foi elaborado por Mariana Santarelli e Vanessa Schottz, pelo fórum nacional, e Nayara Côrtes e Valéria Burity, pela FIAN, com contribuição de Vanessa Manfre. O texto foi originalmente escrito como material de apoio a módulo de curso de extensão sobre o tema.





A comida de verdade conta com o elemento humano em todas as suas etapas.



Um ciclo de cuidado e amor que nutre, distribui renda, respeita a cultura dos povos e comunidades tradicionais e faz bem ao planeta.



Das mãos de agricultores e agricultoras familiares que fornecem alimentos frescos e saudáveis



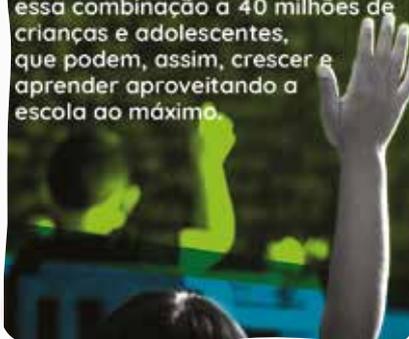
Passando pelas mãos das merendeiras



Até chegar ao prato de estudantes.



Defender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) é levar essa combinação a 40 milhões de crianças e adolescentes, que podem, assim, crescer e aprender aproveitando a escola ao máximo.



O que diz a regulamentação do Pnae sobre a oferta de produtos ultraprocessados?




Produtos ultraprocessados são aqueles fabricados a partir de diversas etapas e técnicas de processamento, com adição de ingredientes com o objetivo de estender a duração ou torná-los extremamente atraentes.



E sabia que existem regras sobre a oferta desses produtos nas escolas públicas?



A partir de 2021, alguns produtos que antes eram muito comuns nas escolas não podem mais ser comprados com o recurso que o governo federal repassa a estados, municípios e escolas federais para o fornecimento de alimentos aos/as estudantes.



Alguns produtos ainda podem ser adquiridos, mas passaram a ter a frequência limitada no cardápio escolar



Alguns produtos ainda podem ser adquiridos, mas passaram a ter a frequência limitada no cardápio escolar



Produtos cárneos Bebidas lácteas com aditivos ou adoçadas Margarina ou creme vegetal

Para as crianças menores de 3 anos, produtos ultraprocessados não podem ser ofertados!





Como fazer valerem as regras de oferta de comida de verdade na escola?



Investir na estrutura escolar para garantir condições adequadas de recebimento, armazenamento, preparo e distribuição desses alimentos.



Verificar se há profissionais em número suficiente para atender à demanda de produção de refeições na escola. A/o nutricionista do Pnae pode criar, junto com cozinheiras, receitas que substituam aqueles produtos ultraprocessados.



Desenvolver ações de educação alimentar e nutricional em torno das novas regras.



Reajustar os valores do recurso federal destinado à aquisição de alimentos para cada estudante (a última vez foi em 2017). E o governo local deve entrar com a contrapartida.

Adquirir mais alimentos da agricultura familiar local! É o mapeamento agrícola da região que permite incluir no cardápio os alimentos conforme a época e a safra.



Garantir o transporte adequado dos alimentos até as escolas, com veículos em condições para levar itens frescos ou armazenados em baixas temperaturas. Planejar bem a logística de entrega!





O que deve, então, ser ofertado para **substituir** os ultraprocessados?




Regra de ouro do Guia Alimentar para a População Brasileira

Prefira sempre alimentos *in natura* ou minimamente processados e preparações culinárias a produtos ultraprocessados.

Produtos ultraprocessados são aqueles fabricados a partir de diversas etapas e técnicas de processamento, com adição de ingredientes com o objetivo de estender a duração ou torná-los extremamente atraentes.



Você pode substituir...

- > Hambúrguer ou almôndega congelados
- > Mistura para bolo
- > Molhos prontos
- > Bebida láctea, pães, biscoitos e doces ultraprocessados

Por

Equivalentes preparados na escola ou em cozinha piloto, ou comprados de pequenos empreendimentos locais (produção caseira ou artesanal).



É importante dar prioridade aos alimentos sem veneno, orgânicos ou agroecológicos, produzidos em âmbito local. É uma produção que respeita a natureza e sua biodiversidade e quem produz o alimento.



É LEI



30% do recurso federal repassado pelo Pnae deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AGRICULTURA FAMILIAR, priorizando os assentamentos da reforma agrária e as comunidades indígenas e quilombolas.

A compra de alimentos da agricultura familiar representa uma excelente estratégia para aumentar a oferta de alimentos *in natura* e diminuir a de ultraprocessados nas escolas, como determina a regulamentação do programa.




A maior frequência para frutas e hortaliças gera um impacto positivo na qualidade da alimentação e, conseqüentemente, na saúde dos estudantes.



São muitos os benefícios de priorizar os alimentos ***in natura*** ou **minimamente processados na escola.**

(COMO A LEGISLAÇÃO DETERMINA!)



1



Diversidade no cardápio ao longo do ano, alimentos mais frescos, melhor preço e menor uso de insumos químicos.

2

Promoção da saúde entre estudantes, muitas vezes com impacto positivo nos hábitos alimentares da família.



3



Fortalecimento dos hábitos e culturas alimentares locais e regionais.

4



Contribuição para a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

5 Renda e segurança alimentar para agricultores/as familiares.



6 Dinamização da economia e desenvolvimento local.



7 Redução do custo e da poluição no transporte.

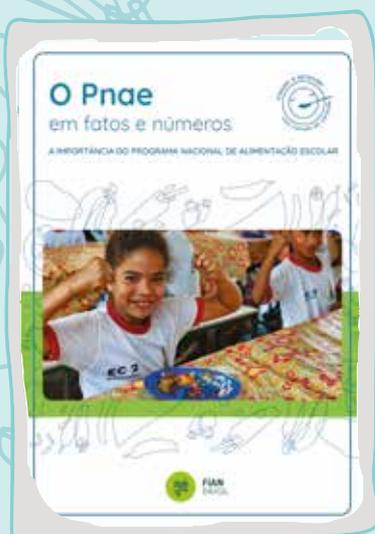
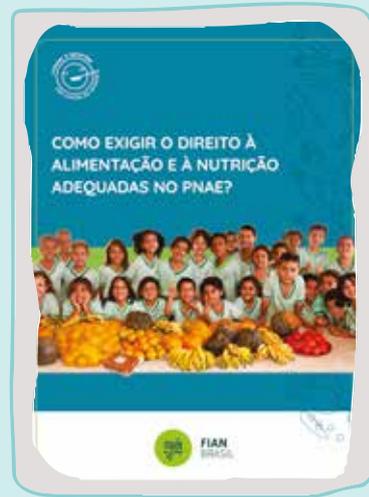
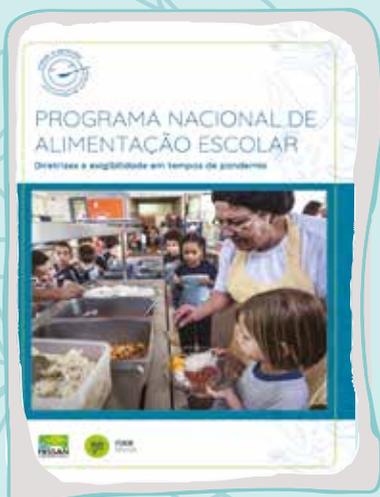
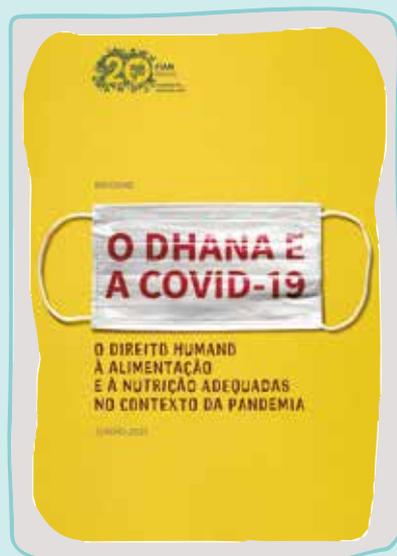
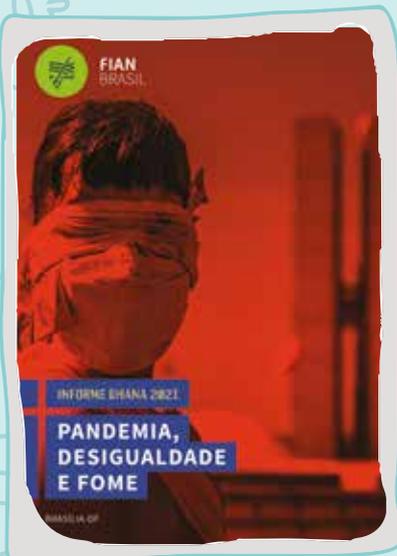


8 Promoção da soberania alimentar.

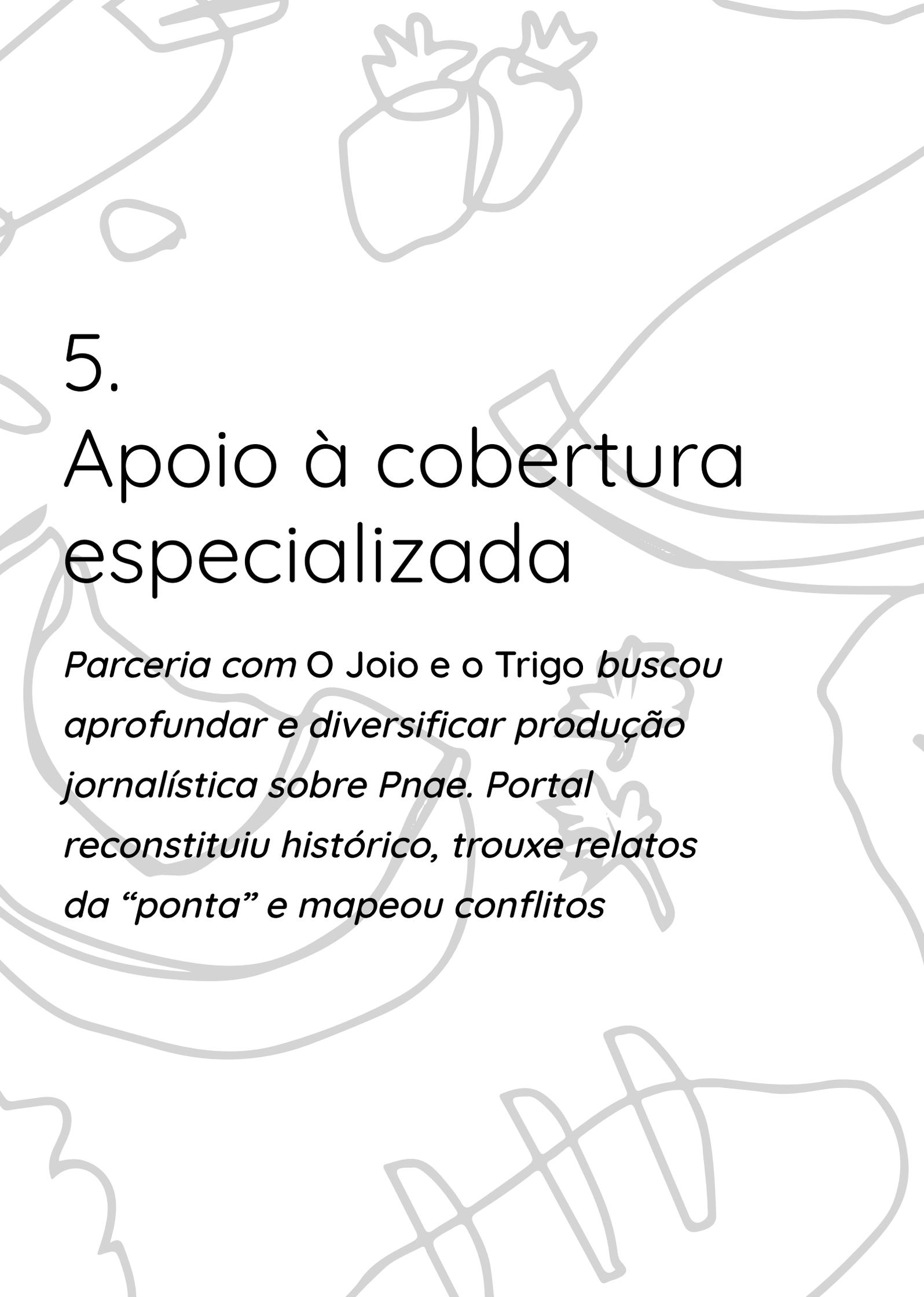


9 Fortalecimento de um modelo contrário à mercantilização do alimento.





Acesse os materiais em:
fianbrasil.org.br/publicacoes-da-fian



5. Apoio à cobertura especializada

Parceria com O Joio e o Trigo buscou aprofundar e diversificar produção jornalística sobre Pnae. Portal reconstituiu histórico, trouxe relatos da “ponta” e mapeou conflitos

Afetos e números

Com apoio da FIAN por meio do projeto, o portal *O Joio e o Trigo* produziu o especial jornalístico *Merenda não é lucro*. O material, lançado em outubro, mostra a importância histórica do Pnae, mas também os gargalos e as tentativas de esvaziamento para beneficiar interesses particulares. São matérias, entrevistas, episódios de *podcast* e uma reportagem investigativa sobre o *lobby* do leite ligado a grupos bolsonaristas. 🐾¹

A parceria com o veículo, que acompanha alimentação e saúde e suas relações com o poder, partiu da percepção de uma cobertura na imprensa – apesar das exceções – aquém da importância do Pnae e de seus desafios. A ideia consistia em compor uma contextualização do programa, com histórico e legislação, e mostrar a quantas anda a aplicação das diretrizes, captando realidades locais e comuns ao território nacional. Como nosso projeto e a produção de conteúdo pelo parceiro transcorreram quase integralmente no período pandêmico, grande parte dos desafios retratados reflete esse ponto da história.

O portal cita o Pnae como “a política pública com maior potencial de combate à fome e, ao mesmo tempo, de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável no Brasil”. Ao mesmo tempo, qualifica sua execução como preocupante desde 2016, no governo Temer.

“Não esqueçamos: a economia rural brasileira não começa e acaba no agronegócio”, enfatiza o texto que apresenta o conjunto. “A participação da agricultura familiar no PIB era estimada em aproximadamente 3,5% antes da pandemia. Além disso, ainda emprega 10,1 milhões (67%) de todo o pessoal ocupado no campo e 23% da produção agropecuária do país. É a base econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes.”

O Joio ouviu agricultores/as, líderes estudantis, gestores/as, parlamentares, quilombolas e indígenas. Matérias da série foram reproduzidas na *Carta Capital*, no *UOL* e em *The Intercept*, cumprindo o objetivo de ampliar o espaço da alimentação escolar na mídia, o que também buscamos com a proposição de pautas a outros veículos e a elaboração de artigos de opinião. 🐾²

Fez parte, ainda, da colaboração uma oficina para jornalistas e estudantes de Jornalismo. 🐾³

Abandono e luta

“Histórias de abandono, mas também de luta”. É como a abertura do especial descreve os casos, trajetórias e conjunturas captados na apuração jornalística.

Três matérias extensas trazem detalhes sobre a realidade “na ponta” da execução do programa nacional, mostrando os efeitos do abre e fecha de escolas, a falta de vontade política em alguns municípios e o agravamento da condição de populações historicamente sujeitas à vulnerabilidade.

“Quem mais sofre nesse cenário são os estudantes e familiares, muitos passando fome, e os pequenos agricultores que fornecem para o programa, que viram apodrecer alimentos cultivados em 2020 e hoje enfrentam o medo de



produzir”, descreve a apresentação. “Há, ainda, os que abandonaram o campo para sobreviver de ‘salários’ saídos de subempregos.”

A reconstituição dos fatos aponta estados e municípios com os caixas abastecidos por recursos do Pnae, enquanto os alunos/as permaneciam privados de alimentação escolar, do estouro da pandemia até a sanção da Lei 13.987/2020, que permite a entrega dos alimentos às famílias nas situações de emergência ou calamidade. O texto escapou de emendas parlamentares como a que jogava a distribuição dos alimentos no colo de entidades filantrópicas e religiosas.

A cobertura mostra que, mais adiante, gestões municipais buscaram usar a comida como instrumento de pressão para a volta à classe. Outro desdobramento retratado é a interrupção da compra dos pequenos produtores/as no Semiárido, onde a integração dessa com outras políticas havia mudado o patamar da segurança alimentar. O terceiro desses conteúdos mostra o empenho de indígenas e quilombolas para continuar fornecendo ao programa, a falta de interesse do poder público que leva à devolução de recursos carimbados em certas localidades e as barreiras a um cardápio escolar culturalmente adequado em comunidades de Norte a Sul.

No ar, pratos vazios e interesses gulosos

Foram produzidos dois episódios do *podcast Prato Cheio* como parte da colaboração.

“O vazio no prato das escolas” mostrou as duas pontas da quebra de circuito provocada pela Covid-19 e pela omissão de governantes: milhões de crianças e adolescentes sem alimentação escolar adequada e agricultores/as familiares sem fonte de renda.

A produção do *Joio* traz Garigham Amarante, do FNDE; Neneide Lima, da Rede Xique Xique; a pescadora Francisca Miguel; a apicultora Tarires Rodrigues; Mariana Santarelli, pela Plataforma Dhesca; e Emerson Cenzi, do governo do Rio Grande do Norte. 🗣️¹

“A gangorra da alimentação escolar”, por sua vez, retrata a cobiça de grandes empresários pelo orçamento bilionário do Pnae e disputas de poder que pouco favorecem a população.

“Essa é uma história quase centenária, que começa nos mangues de Recife e passa pela Casa Branca, nos Estados Unidos, pelo Palácio do Planalto, pelas terras indígenas e quilombolas”, adianta a equipe.

As vozes reunidas são de Sandro Pereira Silva, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Regina Miranda, da Emater/RS; e Vanessa Schottz, da ANA. 🗣️²

1- bit.ly/epJoio1
2- bit.ly/epJoio2



Uma viagem de 1945 a 2021

Uma linha do tempo abrangendo da criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA) para estudar o estado nutricional dos brasileiros no governo Getúlio Vargas até a guinada forçada pelo “ano da peste” (2020) foi o primeiro material a ir ao ar com apoio da FIAN.

A cronologia mostra décadas “de altos e baixos”, registrando porém, segundo seus editores/as, uma evolução importante até meados dos anos 2010. Passa pela Campanha da Merenda Escolar (CME), criada em 1955 a partir dos estudos de Josué de Castro, pela substituição por refeições completas, esvaziamentos e reconstruções, o faz e desfaz institucional, o reconhecimento constitucional, a criação do Consea (hoje extinto) e do FNDE e a lei de 2009 (11.947).

As pontes entre esse histórico e o momento enfrentado em 2021 são estabelecidas por entrevistas. Neneide Lima conta sobre o estabelecimento da Rede Xique-Xique com apoio da ONU Mulheres. Michela Calaça fala da dupla relevância do Pnae para a equidade de gênero e a economia doméstica. Regina Miranda lembra a formatação do programa nos moldes atuais. Denis Monteiro comenta as manobras que favorecem megaempresas. Ailton Amorim relata os problemas do modelo terceirizado para fornecimento às escolas. E Rozana Barroso alerta para a relação direta entre insegurança alimentar e evasão escolar.

O que está por trás do leite

Ao fim de meses de investigação, a repórter Mylena Melo trouxe à tona as articulações por trás do Projeto de Lei (PL) 3.292, o primeiro que o deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO) conseguiu aprovar como federal. Rejeitado por variadas forças da sociedade e da política partidária, o PL de 2020 estabelece uma cota de 40% para o leite fluido nas compras do item no Pnae, com aquisição em laticínios locais e sem licitação. Está em tramitação no Senado. ¹

Hugo é líder do PSL – partido pelo qual Bolsonaro se elegeu – na Câmara e apresentou propostas para facilitar o acesso a armas, combater o “terrorismo” no país, dar “poderes de guerra” ao presidente durante a pandemia e impedir a exigência do passaporte vacinal por estados e municípios.

Acompanhando sistematicamente as redes dos envolvidos no *lobby* leiteiro, que conta com uma frente parlamentar fundada e presidida pelo político no Congresso, a jornalista mostrou que não procede a justificativa de privilegiar os pequenos produtores. ²

De acordo com a reportagem – publicada também pelo *Intercept* –, a história passa pelos planos do deputado goiano de disputar o governo do seu estado este ano e envolve a promoção de reuniões dos grupos informais mobilizados pela proposição legislativa com a cúpula do governo. ³

3- bit.ly/LobbyLeiteIntercept

1- Ver p. 107

2- bit.ly/LobbyLeiteJoio





Submundo bolsonarista barganha alimentação escolar

03.12.21 | Mylena Melo

Deputado-maior, defensor do voto impresso e da liberação das armas, ameaça merenda nas escolas, para alimentar curral eleitoral





Alimentação escolar em risco na caótica volta às aulas nas escolas públicas brasileiras

28.10.21 | Por Carol Scorça, especial para O Jolo e O Trigo

Descaso com recursos do Pnae foram comuns durante meses de escolas fechadas; agora, alimento escolar serve até como chantagem para atrair estudantes



Alimentação escolar: olhares brasileiros



Michela Calaça: “O Pnae compra a comida da camponesa e dá de comer para família dela ao mesmo tempo”

28.10.21 | Carol Scorça, especial para O Jolo e O Trigo

Gestora e militante pela autonomia das mulheres do campo fala do “deserto” de políticas públicas e rejeição do governo federal à agricultura das camponesas; risco se estende à alimentação escolar



Entre abandono e alternativas: indígenas e quilombolas seguem enfrentando insegurança alimentar e bolsonarismo

01.12.21 | Por Leonardo Fuhrmann

Pandemia serviu de pretexto para governos aumentarem as compras de ultraprocessados e enfraquecer culturas alimentares tradicionais. A falta de resposta emergencial a uma pandemia, obviamente, é sinônimo de agravamento da insegurança alimentar. Especialmente no Brasil, país que historicamente flerta com...



Mapa do abandono da agricultura familiar

28.10.21 | Mylena Melo

Há mais de um ano, municípios não compram alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar no semiárido brasileiro; má gestão do governo Bolsonaro piora a situação





Alimentação escolar: esperança em meio à fome é alvo de disputas ontem e hoje

22.06.21 | Mylena Melo

Em entrevista ao Joio, nutricionista que foi peça-chave na criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar revela bastidores: disputas, resiliência e lobby

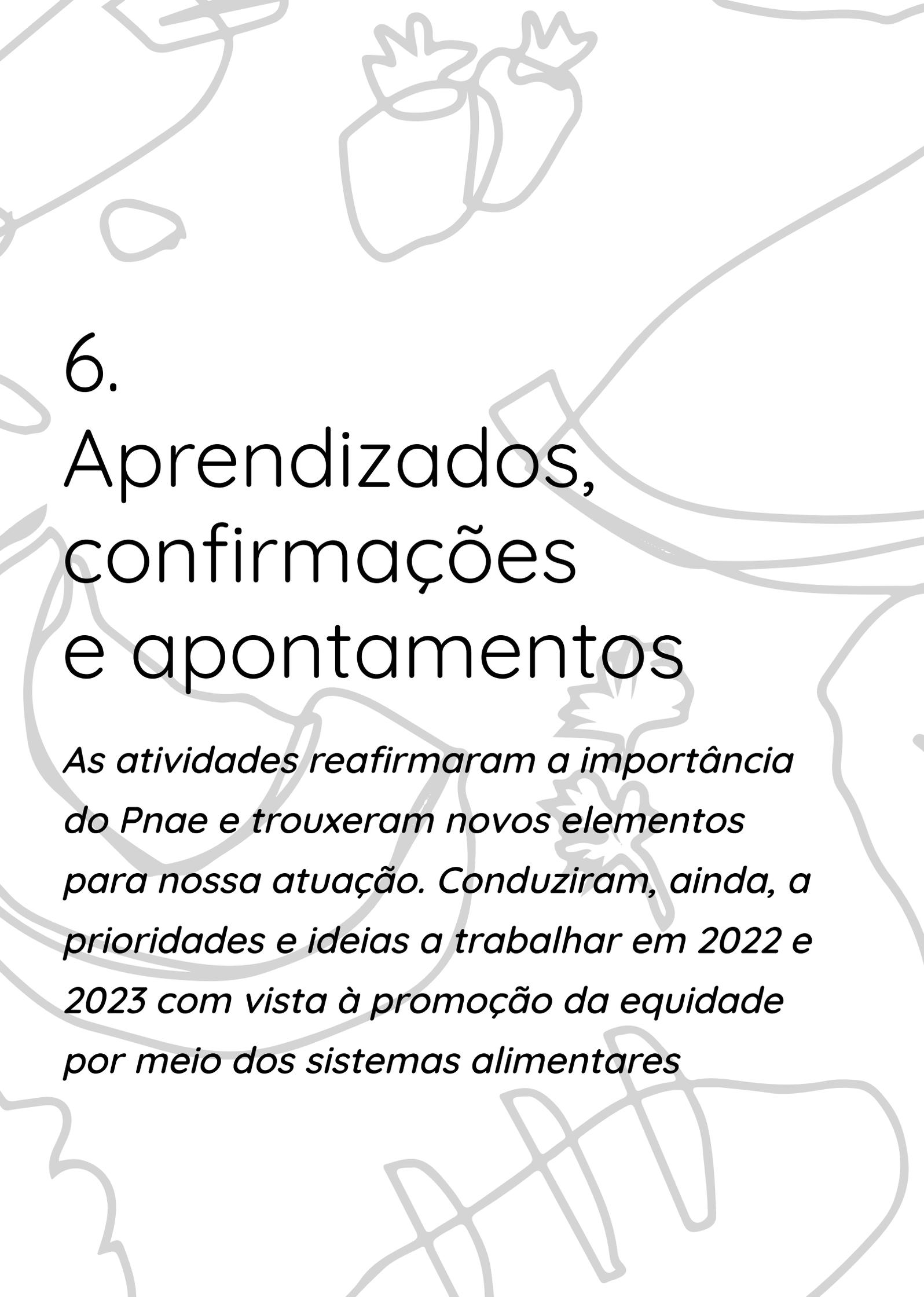


Da política ao prato: entenda a história da merenda escolar

25.02.21 | Mylena Melo

São décadas de altos e baixos que nos colocam onde estamos hoje, com um programa que atende milhões de estudantes e tem destino incerto na pandemia. Veja nesta linha do tempo.





6. Aprendizados, confirmações e apontamentos

As atividades reafirmaram a importância do Pnae e trouxeram novos elementos para nossa atuação. Conduziram, ainda, a prioridades e ideias a trabalhar em 2022 e 2023 com vista à promoção da equidade por meio dos sistemas alimentares

O que o contato com os Cecanes nos mostrou

As entrevistas que realizamos com 12 centros colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar, de todas as regiões brasileiras, mostraram que, apesar de todos os avanços do Pnae, ainda existem muitos desafios para a sua execução conforme a legislação/regulamentação.

Por exemplo: ausência de capacitação sobre as normativas do programa e da compreensão da alimentação escolar adequada como um direito; conselhos de Alimentação Escolar pouco atuantes e sem participação social; cardápio elaborado e executado fora do que determina a legislação (com motivos levantados como a estrutura inadequada das cozinhas escolares, recurso financeiro insuficiente, resistência em retirar ultraprocessados da oferta); ausência de articulação entre os atores do Pnae e da intersectorialidade; entraves e falta de vontade política para comprar alimentos da agricultura familiar; inadequação da alimentação escolar à cultura e às tradições de estudantes indígenas e de comunidades tradicionais e a dificuldade desses povos em vender alimentos para o Pnae.

Sobre a distribuição de alimentos durante a pandemia de Covid-19, foi verificado que muitos estudantes não receberam alimentos – ou porque o município não distribuiu *kits* ou porque a distribuição não foi universal –, houve interrupção da compra da agricultura familiar, baixa qualidade dos alimentos ofertados em alguns locais, frequência irregular e descontínua de distribuição dos *kits* e, muitas vezes, ausência do controle social e de transparência do poder público. Essa situação é quantificada e detalhada em dois levantamentos do ÓAÊ publicados no primeiro anuário do observatório.👁️

Por outro lado, foram relatadas potencialidades do programa: cursos para merendeiras em parceria com instituições de ensino e trabalho conjunto de nutricionistas com merendeiras para desenvolvimento de novas receitas, que possam, inclusive, substituir produtos ultraprocessados no cardápio; intersectorialidade, articulação entre gestores públicos, atores do Pnae, agricultores familiares e técnicos de assistência técnica e extensão rural, com apoio da gestão em todo o processo para que as escolas sejam abastecidas com alimentos da agricultura familiar; ação do poder público para promover o diálogo com povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, para que a alimentação respeite a cultura e as tradições e para que possam vender alimentos para o Pnae; conselhos de Alimentação Escolar que se apresentam à comunidade escolar, divulgam suas ações e são, de fato, atuantes no exercício do controle social; empenho de nutricionistas e CAEs para a distribuição dos *kits* de alimentos aos estudantes durante a suspensão das aulas presenciais.

Assim, quando existe vontade política e engajamento de gestores e atores envolvidos com a execução do Pnae, é possível promover uma alimentação adequada aos estudantes e garantir a realização do Dhana nas escolas públicas.



O que o contato com os estados e municípios nos mostrou

As ações em Alagoas e Mato Grosso do Sul mostraram que é necessário investir em atividades de formação sobre a regulamentação do Pnae para gestores/as tomadores de decisão, agentes públicos envolvidos/as com a execução da política pública – como aqueles responsáveis pela aquisição de alimentos no âmbito do programa –, e que é fundamental a gestão do Pnae promover o diálogo com agricultores e com representantes de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais.

Além disso, a *live* que realizamos em parceria com a Secretaria de Educação de Alagoas mostrou que existe grande interesse dos atores que atuam com o Pnae em se aprofundar mais em questões importantes da recente Resolução 6/2020, como o tema, que abordamos nessa ocasião, dos produtos ultraprocessados e a importância de restringi-los nas escolas.

Para além das ações de formação, são fundamentais medidas em nível local para sensibilizar e despertar gestores e agentes públicos sobre suas obrigações em relação ao direito à alimentação e à nutrição adequadas na escola.

O que o contato com os conselhos nos mostrou

Tivemos a oportunidade de dialogar com algumas conselheiras e conselheiros de Alimentação Escolar para planejar a oficina que fizemos para eles/elas, em termos de conteúdo e de formato.

Nesses encontros foi possível observar que existem muitas lacunas para uma adequada atuação dos conselhos no exercício do controle social do Pnae, dentre elas a falta de conhecimento sobre a legislação que rege o programa. Às vezes até conhecem, mas não sabem aplicar na prática – por exemplo, não sabem identificar quais itens no cardápio são produtos ultraprocessados para verificar se a oferta está de acordo com a legislação. Outro fator limitante na atuação dos conselhos é a falta de apoio da gestão do Pnae, que não fornece condições adequadas para o desenvolvimento de suas atribuições (por exemplo, transporte para visitar as escolas, equipamento de informática, sala para reuniões).

Ademais, os conselhos, em geral, não compreendem a alimentação escolar como um direito, menos ainda sob a perspectiva do Dhana. Assim, na oficina que realizamos, falamos sobre o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Pnae, abordando as formas de exigir esse direito, a importância da participação e do controle social, além de chamar a atenção para práticas que representam conflito de interesses na alimentação escolar e o papel dos conselhos.

O que o contato com representantes indígenas e de PCTs nos mostrou

Os diálogos com representantes dos povos indígenas Guarani e Kaiowá de municípios do Mato Grosso do Sul (MS) reforçaram o diagnóstico de que a alimentação escolar raramente respeita a cultura e tradições indígenas.

Nos relatos, o preconceito refletido no cardápio interliga-se com obstáculos para o acesso ao mercado das compras que abastecem as escolas – burocracia, ausência de apoio do poder público, entraves sanitários – e à falta de acesso à terra (ou sua regularização) e a condições para produzir.

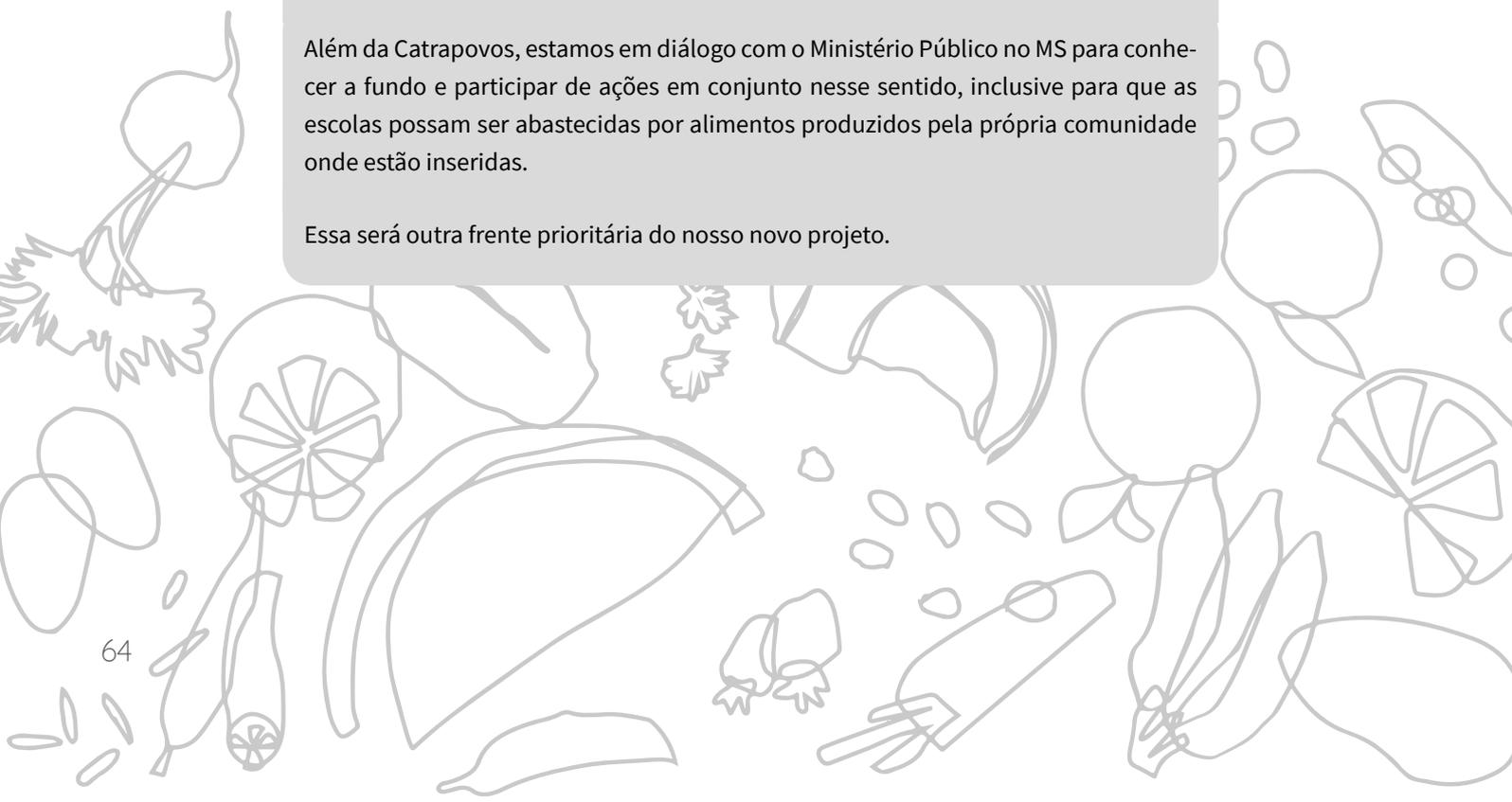
Durante a suspensão das aulas presenciais em função da pandemia o quadro é de irregularidade e baixa frequência na entrega de *kits* de alimentos e, durante o ensino híbrido, estudantes que estão em casa não estão recebendo alimentos. Há, ainda, registro de grave insegurança alimentar e nutricional entre alunas e alunos de um dos municípios acompanhados.

Situações que aparecem nos levantamentos de 2020 e 2021 do FBSSAN, do ÓAÊ, da ANA, da ASA, da Apib e da Conaq, e são narradas em reportagem de *O Joio e o Trigo*.

No seminário online que fizemos com o ÓAÊ sobre diversidade cultural no cardápio escolar foram compartilhados casos bem-sucedidos em diferentes estados e de diferentes matrizes. Os depoimentos evidenciaram tanto o ciclo virtuoso que políticas integradas podem criar quanto a necessidade de multiplicar e promover intercâmbio entre essas experiências, buscando também um enfrentamento sistemático das históricas barreiras, como faz a Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos Brasil.

Além da Catrapovos, estamos em diálogo com o Ministério Público no MS para conhecer a fundo e participar de ações em conjunto nesse sentido, inclusive para que as escolas possam ser abastecidas por alimentos produzidos pela própria comunidade onde estão inseridas.

Essa será outra frente prioritária do nosso novo projeto.



O que o contato com os agricultores/ as familiares nos mostrou

Cada cidade, cada estado tem uma realidade diferente na alimentação escolar, e promover encontros, diálogos como os que organizamos é muito rico para aprimorar as práticas realizadas em cada local. A compra de alimentos da agricultura familiar para o Pnae é um tema que precisa ser dialogado entre gestores/as e agricultores/as. É necessário fazer formações, oficinas, instrumentalizar essas pessoas para que essa diretriz se efetive.

Para além de formar ou capacitar, é preciso sensibilizar gestores sobre a importância disso para a realização do Dhana das e dos estudantes, bem como para os agricultores, para a economia local, para o meio ambiente.

Além do encontro promovido em Alagoas, elaboramos cartilhas que abordam os benefícios da compra da agricultura familiar para o Pnae e continuaremos atuando e desenvolvendo ações para promover o abastecimento das escolas com alimentos da agricultura familiar local, de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, assentamentos da reforma agrária e mulheres camponesas.

O que o contato com os/as parlamentares nos mostrou

Participamos de ações de mobilização em defesa do Pnae, contra a aprovação de projetos de lei que ameaçam as diretrizes do programa, junto a parlamentares, por exemplo, da Frente Parlamentar Mista da Agricultura Familiar, da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Quilombolas, da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica, da Frente Parlamentar em Defesa do Semiárido e da Frente Parlamentar em Defesa dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Essa colaboração confirmou que tem deputados/as e senadores/as alinhados a nossas pautas e que lutam pelo Dhana das e dos estudantes, com propostas legislativas em consonância com as questões que discutimos no documento sobre proposições legislativas relacionadas ao Pnae. Esses 12 meses de contato sistemático com o programa nos reafirmaram a adequação da Lei 11.947 e da Resolução 6, e indicaram pontos que merecem ser abordados em leis, atos normativos e medidas específicas de forma a garantir as condições para que as diretrizes sejam executadas.

E ficou evidente que precisamos atuar em rede com outras organizações e movimentos sociais para barrar retrocessos ao Pnae no Congresso Nacional e, também, para pressionar os e as parlamentares para que seja garantido um orçamento adequado ao programa, em vez de diminuir o recurso, como vem acontecendo.

O que o contato com as/os jornalistas nos mostrou

O acompanhamento sistemático do assunto na mídia referendou a percepção de uma cobertura – ao menos nos meios impressos e *online* – subdimensionada para uma política que abrange toda a rede pública e impacta fortemente a saúde, o rendimento escolar e a vida de mais de 40 milhões de indivíduos em desenvolvimento.

Pautas do *Joio* como a referente ao Pnae e sua intermitência pelo olhar de quilombolas e indígenas, e entrevistas que situam os gargalos do programa em conflitos de interesses camadas acima, destacaram-se no noticiário por trazer abordagens e contextualizações raras nos veículos hegemônicos. O interesse de um portal como o *UOL* em reproduzir alguns desses conteúdos sugere que há mais espaço para boa parte dessa temática mesmo na grande imprensa.

As chamadas de capa do segundo semestre de 2021 parecem corroborar a tese, com certa diversificação e um aumento na atenção a pautas de SSAN, incluindo a discussão sobre “comida de verdade”. Talvez em função do avanço da fome, talvez na esteira do trabalho de veículos como o *Joio*, a *Repórter Brasil*, o *De Olho nos Ruralistas* e a *Pública*.

Pistas de que foi acertada a ideia de uma oficina para qualificar profissionais e estudantes no conhecimento sobre o Pnae e o Dhana. Embora sem valor estatístico – era um universo de 40 pessoas –, a ampla maioria de mulheres entre os inscritos condiz com outras atividades formativas da organização parceira e sinaliza que a maior presença feminina em tudo que tem a ver com alimentação estende-se à produção jornalística.

A boa recepção da TVE Bahia à proposta coletiva de espaços permanentes para a SSAN na programação, com a escolha da alimentação escolar como foco num primeiro momento, é mais uma comprovação da centralidade do Pnae. Num momento em que mais de metade dos brasileiros e brasileiras não têm segurança sobre o que chegará à mesa num horizonte de semanas ou dias, seria de se esperar o assunto como preocupação n. 1 da comunicação pública, mas não se vê mais a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) encabeçando nacionalmente a cobertura desta problemática.

O que o contato com as organizações parceiras nos mostrou

O trabalho em parceria com outras organizações que lutam pelo Dhana nas escolas e a mobilização articulada com movimentos sociais, entidades ligadas à agricultura familiar e à soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) mostraram a força da atuação em rede e o papel fundamental das organizações da sociedade civil na construção e na manutenção da política nacional de alimentação escolar e também de políticas locais.

Tivemos resultados positivos no enfrentamento das ameaças ao Pnae no Congresso Nacional, que mostram a potência da atuação conjunta e articulada das organizações e movimentos sociais. Além disso, cada organização parceira, com sua expertise e experiência, contribuiu muito no sentido de “pensar junto” as ações desenvolvidas ao longo do projeto, trazendo elementos para a campanha que desenvolvemos, bem como na elaboração de documentos e materiais.

A colaboração com o Instituto Desiderata, a ACT, o Idec e o Nupens/USP reforçou que o problema dos ultraprocessados e os conflitos de interesses no ambiente escolar exigem uma estratégia com várias interseções entre o Pnae e a regulamentação das cantinas e do comércio no entorno das escolas, pensando as questões comuns e específicas das redes pública e privada.

Mais do que evidente, é assumido pelo nosso campo que, por sua dimensão e pelos elementos que conjuga, o Pnae continuará no centro das atenções da SSAN em 2022. Seguiremos nessa articulação com um projeto sobre a relação entre os sistemas e processos alimentares e as desigualdades no país, com escopo ampliado, mas tendo a alimentação escolar e as compras públicas como uma frente central para a promoção de equidade.

Anexo 1.

Do pratinho azul ao planeta azul

Em entrevistas, Deborah Duprat, José Graziano, Maria Emília Pacheco, Sofía Monsalve e Tereza Campello falam sobre o Pnae e sobre como a soberania e segurança alimentar e nutricional atravessa os desafios do Brasil e do mundo



DEBORAH DUPRAT

“Um governo que não provê direitos é inconstitucional”

O neoliberalismo não é uma possibilidade constitucional no Brasil, defende a ex-subprocuradora-geral da República Deborah Duprat. Ela ressalta que a Constituição Federal de 1988 traz a clara opção por um Estado forte, provedor de políticas públicas. Nesse sentido, aponta contribuições do Ministério Público à defesa da coletividade, mas também uma pendência exagerada da instituição para o lado penal. Com relação ao Judiciário, ela alerta para o distanciamento cada vez maior da vida real e, assim, das necessidades da população.

Homenageada por três ex-procuradores-gerais e mais de 300 procuradores e procuradoras ao se aposentar, ela voltou à advocacia, com o combate à fome como prioridade. É uma das autoras da *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 831* ¹, que pede ao Supremo Tribunal Federal (STF) a determinação de medidas urgentes para combater a insegurança alimentar e nutricional. A entrevistada ressalta a importância da agricultura familiar – e do Pnae – no enfrentamento desse cenário.

Para a ex-procuradora federal dos Direitos do Cidadão, o desmonte da estrutura de proteção social nos últimos anos foi de tal ordem que pedirá uma resposta similar a uma *justiça de transição*, estratégia excepcional para julgar e superar o legado de violência em massa de períodos de ditadura ou guerra.

Duprat enfatiza a necessidade de o país recompor seu funcionalismo e as agências governamentais responsáveis pelas políticas de direitos humanos, mas diz que precisamos examinar um certo esgotamento do espírito constitucional, que vai levando a competição a deslocar a solidariedade e constitui, a seu ver, um elemento-chave na ascensão de um governo como o de Jair Bolsonaro.

FIAN Brasil: A primeira pergunta passa pela atuação da senhora no Ministério Público, que contemplou muitas pautas que nós – entidades e movimentos progressistas – consideramos fundamentais. Com o Direito Achado na Rua e a participação de outras organizações, fizemos *aquele livro de enunciados jurídicos* ² em torno do Dhana, diante de uma percepção de que é como se uma parte da Constituição estivesse sempre sendo secundarizada ou ignorada. A senhora concorda com essa leitura sobre o funcionamento do nosso sistema de justiça?

Deborah Duprat: Eu concordo, sim. Acho que a ênfase, inclusive, deve ser no próprio Judiciário, porque é interessante a gente analisar a Constituição de 1988, a partir das lutas que foram travadas desde a década de 70, para, enfim, uma emancipação da sociedade ainda vítima do projeto colonial. Ela vai ser o primeiro documento constitucional, primeiro documento jurídico a reconhecer direitos para todas as pessoas. Então é interessante que uma Constituição com essa característica, que favorece muito o acesso à justiça, porque cria a

1 - fianbrasil.org.br/fian-pede-ao-stf-para-ser-ouvida-em-acao-contra-fome

2 - bit.ly/3LoLQ7H



Defensoria Pública, tanto da União, quanto dos estados, coloca no Ministério Público também a atribuição de zelar pelos direitos fundamentais, pelos direitos da cidadania, e pouca ou nenhuma preocupação teve com uma remodelagem, digamos assim, do Poder Judiciário. A potência daquele movimento ainda tornava o Judiciário mais atencioso aos direitos que se inauguravam. Com o passar do tempo, é um Judiciário cada vez mais pouco conhecedor, digamos, das normas da Constituição, mas não é porque não conhece o Direito. Ele não conhece o mundo, não conhece a vida real. Se é um Judiciário que não vai ao supermercado, que tem alguém abrindo a porta, tem um elevador exclusivo, tem motorista para transportá-lo, enfim, todas essas circunstâncias o tornam extremamente oligárquico, distante da sociedade, mais ainda em meio rural, em meio agrário.

FIAN: Certo. A gente vai voltar um pouco a esse ponto, mas, com relação ao Ministério Público, nós presenciamos a contribuição em algumas lutas e vitórias importantes na garantia da alimentação escolar. Na avaliação da senhora, a atuação, em um tema como esse, é exemplar em relação ao papel do MP? E esse tipo de atuação vem sendo a média da instituição? Como corpo, ela vem cumprindo satisfatoriamente esse papel?

Duprat: A gente tem que lembrar que esse desenho do Ministério Público, que acumula ação penal pública, a pauta de direitos humanos e o controle externo da atividade policial, é uma jabuticaba brasileira, não existe em nenhum outro lugar do mundo. Geralmente o Ministério Público só tem a função de acusador na ação penal. Esse desenho também é anterior à Constituição. Na década de 80, no período da redemocratização, o Ministério Público começou a assumir funções de defesa de direitos coletivos, como é o caso da questão ambiental, e logo depois na lei da ação civil pública, também em relação a consumidor – nós estamos falando de uma lei de 1985 –, a patrimônio cultural, a patrimônio paisagístico,

estético, histórico, enfim, é um Ministério Público que nasce com essa conformação de ter as três atribuições.

O que eu acho que é o problema? Nós temos Ministério Público que atua na defesa de direitos da cidadania, da coletividade? Temos. Isso aí é inegável, a maior parte das ações ao longo desse período pós-88 foi proposta pelo Ministério Público, tanto nos estados quanto o Ministério Público Federal. Mas também é uma instituição que, com o passar do tempo, ela tem um crescimento do direito penal, ela volta à sua atribuição típica e parece que essa atribuição engole os demais campos.

Isso é eterno? Não, eu acho que vive de ciclos, talvez a pior fase tenha passado e a gente esteja de volta ao Ministério Público atuante na área da cidadania, afinal, a pandemia veio para escancarar as nossas mazelas sociais, a mostrar que muito pouco foi feito, pós-88, para diminuir o fosso de desigualdade e injustiça social.

Então eu tenho esperança de que o Ministério Público possa, sim, desempenhar esse papel.

Eu fui examinadora, de Direito Constitucional e Filosofia do Direito, nos quatro últimos concursos do Ministério Público Federal, e eu acho que uma chave importante está exatamente no concurso para essas carreiras. Você tem capacidade de recrutar, de acordo com uma prova que leve para esses lugares, uma prova adequada, tem capacidade de recrutar

pessoas muito interessantes.

FIAN: Fazendo um paralelo, como, no Itamaraty [*Ministério das Relações Exteriores*], você ter também um concurso que não foque excessivamente em questões de etiqueta.

Duprat: É. Olha, as minhas provas envolviam violência doméstica, envolviam relações de gênero, de identidade sexual, reforma agrária, demarcação de terras indígenas, marco temporal, enfim, eram pessoas que tinham que estar atentas com discussões muito contemporâneas e muito pouco preocupadas com aquele

Direito que, enfim, é mais revestido de fórmulas e de protocolos do que de conteúdo.

FIAN: Então, para termos agentes públicos mais sensíveis às dificuldades e às vulnerabilidades da população, o processo seletivo puxaria um pouco a formação também?

Duprat: Olha, eu acho que não só, sabe? Primeiro, eu acho que o Ministério Público demorou muito para incorporar o sistema de cotas – cotas raciais, cotas étnico-raciais –, sempre teve dificuldade com as cotas desde a inclusão de pessoas com deficiência, que foi o primeiro regime de cotas para concurso público. É preciso você ter diversidade institucional se quer ter uma instituição atenta ao diverso, ao democrático. Eu acho também, era preciso ter espaços institucionais de participação social, então isso não dependeria da vontade do membro do Ministério Público, mas seria, enfim, um imperativo institucional.

Óbvio que isso demanda uma reforma constitucional, uma emenda constitucional, e nos tempos atuais não é algo fácil e nem é algo talvez interessante, mas em momentos mais oportunos convém pensar se não é preciso redesenhar uma instituição que trabalha tão fortemente com a população, que tem obrigação de defender a cidadania.

FIAN: Voltando à primeira resposta, para a divisão constitucional na defesa dos direitos da coletividade, na avaliação da senhora o ideal seria o MP assumir um caráter mais focado na parte penal, como na maioria dos países, e a Defensoria Pública ser fortalecida?

Duprat: Não, não. Eu acho que é muito interessante o desenho institucional. Acho que quanto mais força institucional a gente tiver nesse campo, melhor. Nós temos que lembrar que nós temos um fosso aí, de 500 anos, que precisa ser superado, eu acho que nós temos que somar forças e não ficar em um regime de exclusão. Não é o Ministério Público ou a Defensoria, é o Ministé-

rio Público e a Defensoria, enfim, a advocacia *pro bono* [voluntária], quem mais quiser.

FIAN: Está ótimo. Então, levando o foco um pouco ao governo federal, o presidente da República, em dois momentos, vetou apoios aprovados de uma forma praticamente consensual no Congresso Nacional. Projetos de lei que beneficiavam segmentos que estão ligados à segurança alimentar de todos, e que, por outro lado, muitas vezes vivem à beira da insegurança alimentar. Também em relação ao PAA [Programa de Aquisição de Alimentos]. Por exemplo, houve aquela carta, praticamente todos os movimentos mais ligados à segurança alimentar, dizendo: “Olha, o PAA, assim como o Pnae, está no centro da solução para tudo, amarra as duas pontas”.

E ainda com relação a uma renda mínima, uma renda básica – vários países adotaram soluções desse tipo nos últimos dois anos, com diferentes formas, diferentes volumes, lógicas, mas com uma base comum. Tudo isso o governo tratou como inviável, como uma ameaça à responsabilidade fiscal, enfim, o discurso de que a conta não fecha. E depois, agora toda essa ênfase no Auxílio Brasil e no Alimenta Brasil, procurando colocar dois novos programas no lugar do Bolsa Família e do PAA.

A omissão do governo é alvo de uma ação, a ADPF 831, da qual a senhora é uma das autoras, e também foi alvo de um tribunal popular, o *Tribunal Popular da Fome*  que considerou o governo culpado pelo avanço da insegurança alimentar grave. Com essas novas iniciativas o governo se redime disso, ele deixa de merecer ser alvo de uma contestação como essa ADPF, ou como a conclusão desse tribunal simbólico?

Duprat: Eu acho que não, mas eu tenho que admitir que para o Supremo Tribunal Federal vai ser muito difícil dizer que essas são medidas que não são suficientes. Mas eu quero lembrar que nós talvez devamos ter que fazer uma espécie de justiça de transição a respeito do retorno da fome ao Brasil, nos níveis em que ela se

“O Brasil tem essa experiência acumulada de muitos anos, de um programa que mereceu prêmios no mundo, que é o Bolsa Família. A substituição mais assustadora que tranquiliza”



encontra. Cinquenta e cinco por cento dos domicílios brasileiros em algum tipo de insegurança alimentar, 9% em situação de insegurança alimentar grave na cidade, 11% no campo.

Lembrando que logo na primeira medida do governo Bolsonaro, da MP 870, em que ele reorganiza a Presidência da República, ele extingue o Consea [Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional], e a gente tem que lembrar que o papel que o Consea teve no enfrentamento à fome, que é reconhecido pela própria ONU, vários relatores do direito à alimentação adequada, enfim, vários relatores apontaram esse dado. O Bolsonaro extingue o Consea e não põe nada no lugar, desorganizando, portanto, a lei do Sisan [Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional]. Então ele havia, de fato, deliberado que o Consea não ia existir e não haveria nenhuma política de eficaz combate à fome.

O PAA é um programa muito interessante, porque em 2020 foi lançada a declaração da ONU sobre o direito dos camponeses e das camponesas, e a Bachelet [alta comissária da ONU para os direitos humanos, Michelle Bachelet] disse que eles alimentam o mundo, reconhecendo que não é o agronegócio que produz alimento, é a agricultura familiar. Então, na ação é pedido que o PAA, que vem da agricultura familiar, assim como parte do Pnae também vem, eles sejam fortalecidos, porque são mecanismos importantes de geração de renda para esses segmentos, mas também, mais importante ainda, uma garantia de segurança alimentar para a população brasileira. Então esses vetos que o Bolsonaro... Esse veto mais recente, eu acho que teria que ser levado para ser noticiado no âmbito dessa ação.

Também quero lembrar que essa questão da renda básica é uma diretriz da FAO [Organização das Nações

Unidas para a Alimentação e a Agricultura] no contexto da pandemia. Houve uma pesquisa da FAO com uma outra instituição da América Latina e do Caribe, que agora eu não estou me lembrando, me fugiu completamente, mostrando os cenários...

FIAN: Cepal?

Duprat: Cepal [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe]. Fizeram um estudo mostrando os cenários possíveis da pandemia, então desabastecimento, fome estavam no radar. E esse diagnóstico recomenda exatamente o fortalecimento dos programas de agricultura familiar, alimentação escolar e mecanismos de geração de renda.

Lembrando que o Brasil tem essa experiência acumulada de muitos anos, de um programa que mereceu prêmios no mundo, que é o Bolsa Família. É óbvio que ele estava, sim, com os seus valores desatualizados, tanto em termos de benefício, como de faixa de renda para ingresso no programa, principalmente considerando a carestia dos alimentos, o aumento do valor da cesta básica. Mas a substituição, sem você incorporar essa experiência de muitos anos, sem incorporar a experiência do CadÚnico [Cadastro Único], enfim, ela mais assusta do que tranquiliza, principalmente porque nós não sabemos qual vai ser a fonte de renda permanente para o financiamento desse programa.

FIAN: Certo. Então, a gente – a FIAN e organizações próximas – trabalha muito com a ideia da *exigibilidade* , de haver condições para que os direitos possam ser reivindicados, um eixo também importante para setores do Ministério Público e para a Defensoria Pública. Isso está associado a uma cultura de direitos, de as pessoas



saberem que têm direitos, que a Constituição garante. Como trabalhar essa frente em um momento em que existem articulações muito fortes – em parte, visíveis em partes ocultas – de promoção de uma ideia de que o Estado existe só para atrapalhar?

Duprat: Olha, eu não sei se é uma articulação. O fato é que a chegada... Se é uma articulação internacional, ou de que maneira há uma percepção de um sentimento difuso na sociedade, um mal-estar em relação à Constituição de 1988 e às institucionalidades. Isso foi certamente o motor da campanha eleitoral que levou Bolsonaro ao poder.

A gente tem que entender que a sociedade brasileira de 2020 não é a sociedade de 1970, 1980, muita coisa mudou, uma é que, de fato, há de um lado essa cultura neoliberal, enfim, que leva a noção de empresa para toda a sociedade, cada indivíduo se realiza a partir de se configurar como uma empresa, e a relação entre empresas é de concorrência, de competição, então você acaba com aquela noção de igualdade, que é o motor da Constituição de 1988, em favor de uma noção de competição.

Com essa ideia neoliberal vem o máximo individualismo, sendo que a Constituição de 88 convoca para um exercício de solidariedade, é um projeto de sociedade em que todas as pessoas são mobilizadas para vencer essas desigualdades históricas, as discriminações de todos os tipos.

Há muita reflexão também psicanalítica, porque esses governos populistas surgem em um momento de, digamos, falência geral das instituições, um sentimento de que não funciona nada. E a busca também de porquês, por que o Estado deixou de funcionar.

Um discurso que é muito recorrente é que o Estado não funcionou porque ele deu muito para determinados grupos, e aí os cotistas negros vão culpar o movimento LGBT, que vai culpar o movimento de mulheres, enfim, é uma transferência de responsabilidades que faz com que o regime de direitos seja visto como formas parasitas e não como os sujeitos de direitos, como pessoas que dependem do Estado, dependem daquele – isso volta e meia é dito –, daquele “auxíliozinho”, e isso também é uma ideia neoliberal, que você tem que acabar com o Estado nesses espaços em que o indivíduo tem que se fazer por si próprio.

Então nós temos muito prejudicado o regime de direitos, não só por conspirações ou não só por alianças, e sim por esse sentimento que atravessou a sociedade e que chega até os nossos dias. Eu converso, enfim, fui recentemente à área indígena, converso com o movimento da reforma agrária, e sei que não está fácil. Sabe? Então se nós não entendemos isso, nós não entendemos também as lutas necessárias para vencer esse período.

FIAN: Certo. Sem dúvida, tem o esgotamento, os limites, aquilo que se alcançou e que não se alcançou, mas não houve, como em outros países, a captura desse momento propício?, enfim, mecanismos que também em outros lugares conseguiram aproveitar esses estágios, ou momentos como esse, para implementar experiências autoritárias ou levar ao extremo um projeto de espoliação, de retirada de direitos?

Duprat: Desculpa, eu não entendi. Porque o fenômeno Bolsonaro não é um fenômeno único no mundo, nós temos tido no mundo esse avanço autoritário, que se vale exatamente desses momentos de fragilidade do Estado, e o Estado se fragiliza quando ele entra na lógica neoliberal, isso vem assolando a Europa desde as décadas de 80 e 90.

No entanto, o neoliberalismo não é uma possibilidade constitucional, a gente tem que pensar que quando a Constituição foi discutida o neoliberalismo já era um modelo hegemônico no mundo, já tinha sido adotado pelas duas grandes maiores economias – na ocasião, Estados Unidos e Inglaterra –, já era fórmula do FMI [*Fundo Monetário Internacional*], do Banco Mundial, e no entanto, a gente tem muito clara, na Constituição, essa opção por um Estado forte, um Estado provedor de direitos, um Estado provedor de políticas públicas para implementação de direitos, então, o que nós temos de muito peculiar é que, além do autoritarismo, nós temos um modelo de funcionamento de governo absolutamente inconstitucional.

FIAN: E agora, enfim, se como esperado, as forças sociais e políticas conseguirem superar esse momento que nós vivemos, o que seriam prioridades? Seria uma retomada de determinados aspectos da Constituição? O que poderia ser o prioritário, para o que muita gente tem chamado de uma ideia de reconstrução nacional?

A senhora até usou, em outro momento, o termo “justiça de transição”, que normalmente tem a ver com contextos de restituição democrática, ou volta de uma situação de guerra, não é isso?

Duprat: Isso. Período de graves violações de direitos humanos. O que eu acho que é prioritário: recompor a burocracia [*o corpo do funcionalismo*] federal, que foi devastada por Bolsonaro. Bem ou mal, ela vinha crescendo desde o primeiro presidente democraticamente eleito, que foi o Collor. Há a partir de 1990 até a Emenda Constitucional 95 [*também chamada Teto dos Gastos*], em 2016, um crescimento na capacidade do Estado de formular políticas públicas.

E crescimento em que sentido? Primeiro, especializando o Estado, criando agências – isso vem de antes, mas depois isso é potencializado –, então você vai ter ministérios com temas específicos, vai ter agências, como Funai, Ibama, ICMBio, Fundação Palmares, todas criadas para agenciar políticas de direitos humanos. Você cria um aparato, um corpo funcional capacitado, que é recrutado mediante concurso público, a maneira como a Constituição determina que o servidor público seja recrutado, e ele é treinado para essas atribuições, porque a Constituição determina que a progressão na carreira dependa de cursos de especialização.

E um outro elemento é a participação social, foram, enfim, desde 93, na Conferência de Viena de Direitos Humanos, tem-se presente que não é possível construir políticas de direitos humanos sem a participação dos sujeitos afetados por essas políticas, dos sujeitos implicados nessas políticas. Então esse regime de participação social também foi construído ao longo do tempo.

Nada disso existe mais, não existe a capacidade administrativa, não existe a especialização, o Bolsonaro conseguiu colocar, nas pastas, pessoas contrárias aos objetivos daquelas pastas, veja o que se passa na Fundação Cultural Palmares, que é o caso, na atualidade, para mim mais paradigmático. Uma pessoa [*o presidente da fundação, Sérgio Camargo*] que nega o racismo,

quando o racismo tem estatuto constitucional, a Constituição determina que seja punido como crime...

Enfim, isso tudo precisa ser recomposto. Eu não sei que tempo vai levar isso, a gente avalia que o tamanho do estrago do Estado seja enorme, porque a pandemia veio evidenciar isso: o quanto o SUS [*Sistema Único de Saúde*], enfim, que é essa nossa maravilha, mas o quanto ele estava precarizado, o quanto o Programa Nacional de Imunizações estava precarizado, tanto que se o programa estivesse operando como operou no enfrentamento da H1N1, nós já teríamos um contingente [*vacinado*].

Vai ser preciso um investimento, uma engenharia absurda. Tem servidores que procuraram se afastar dos órgãos onde estavam, porque eram perseguidos exatamente pelo conhecimento que detinham, os que puderam se aposentaram, então isso já não se recupera mais, enfim, os que ficaram vão ter que recuperar a capacidade de acreditar no Estado, de que estão, de fato, em uma função pública, guiada

pelo interesse público, e que o trabalho que produzem é independente, é baseado em conhecimento científico. Enfim, é um trabalho de reconstrução enorme.

FIAN: E mesmo sendo um governo eleito, então seria comparável a situações muito fora de qualquer normalidade democrática, não é?

Duprat: Completamente. Não é casualidade que haja 150 pedidos de *impeachment*, não é só uma insurreição da sociedade, é um descalabro. O que mostra como as instituições são capturadas é exatamente a gente viver com um fenômeno como o Bolsonaro sem uma resposta institucional adequada.

“Não é casualidade que haja 150 pedidos de *impeachment*. É um descalabro sem resposta institucional adequada, que mostra como as instituições são capturadas”

Na íntegra em:

fianbrasil.org.br/entrevistas-pnae



JOSÉ GRAZIANO

“O Pnae com compras da agricultura familiar junta tudo de bom”

Como ministro extraordinário de Combate à Fome, José Graziano foi responsável, em 2003, pela implementação do Programa Fome Zero, depois englobado no Bolsa Família. Os resultados das políticas de segurança alimentar e nutricional e de cooperação internacional do Brasil o levaram ao comando da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que levou essa experiência a vários países. O entrevistado conta que o Pnae, em sua versão com compra das/os agricultores familiares, foi a iniciativa mais requisitada.

“Essa modalidade combina criança na escola, comida saudável, desenvolvimento local, participação social e programas de vizinhança”, elogia o hoje diretor-geral do Instituto Fome Zero (IFZ), uma organização civil.

Para o agrônomo, com a volta ao Mapa da Fome nosso país demonstra que se, por um lado, é possível romper esse ciclo com vontade política, por outro é fácil recair nele abandonando as medidas que funcionaram. O entrevistado também alerta para a piora no padrão alimentar brasileiro e latino-americano e para a dificuldade de mostrar às pessoas que a obesidade é um problema de saúde pública.

Graziano ressalta a importância que a política de valorização do salário mínimo teve na garantia da alimentação adequada e diz que o problema hoje não está na competição da exportação de *commodities* agrícolas com a produção de alimentos, e sim na falta de poder aquisitivo de grande parte da população. Ele defende que nenhum governante poderia substituir o modelo agroexportador num horizonte próximo e precisaremos dos dólares do saldo comercial do próprio setor para financiar uma transição nesse sentido.

FIAN Brasil: Por que, dentre programas brasileiros tão replicados mundo afora, o Pnae foi aquele que mais encontrou interesse dos países?

José Graziano: Na verdade, é a versão do Pnae com compras da agricultura familiar, que garante produtos frescos e saudáveis para as crianças, além de reduzir muito o custo de transporte dos alimentos. Esse é um item muito importante em alguns países que têm um custo alto de transporte. Tem aquilo que eu chamo tudo de bom junto: criança na escola; comida saudável; cir-

cuitos curtos de produção e consumo, o que favorece o desenvolvimento local; uma participação social dos pais, envolvidos na alimentação dos seus filhos; programas de vizinhança, já que parte da comida é comprada de pais dos alunos ou pequenos produtores no entorno da escola, como ovos, leite, frutas e verduras. Então isso que tornou muito atraente, mas devo dizer que não é um programa fácil de implementar, porque passamos de uma situação praticamente onde temos produtores de subsistência ou com pouca presença no mercado para produtores de agricultura familiar que

têm de ter uma oferta regular, e isso implica políticas públicas, a prefeitura tem de estar envolvida. Não é só dizer que vai comprar, precisa ter uma oferta e uma oferta de qualidade desses produtos para garantir esse mercado do Pnae.

FIAN: No último *Sofi* da sua gestão, a obesidade apareceu pela primeira vez como um problema mundial da envergadura da fome [*Sofi é a sigla pela qual ficou conhecido o relatório anual O Estado da Insegurança Alimentar e da Nutrição no Mundo*]. Para muitas pessoas, é uma ideia estranha, embora, estatisticamente, provavelmente tenham hoje um dos problemas ou ambos em casa ou na porta ao lado. Pode comentar esse quadro, com destaque para a situação das crianças? 🙄¹

Graziano: É verdade, o problema é que as pessoas ainda acreditam que a obesidade é sinônimo de comer bem, de comer muito. Não é. A obesidade é sinônimo de comer mal, de comer produtos de qualidade inferior, como, por exemplo, os ultraprocessados – você troca o consumo de carne e passa a consumir salsicha. Isso faz uma enorme diferença porque, como já dizia o [*Otto von*] Bismarck, chanceler da Alemanha, “se as pessoas soubessem o que tem dentro de uma salsicha, haveria uma revolução”. Nós não sabemos os aditivos e toda forma de processamento da maioria dos produtos processados e principalmente dos ultraprocessados, que são os fatores fundamentais de aumento da obesidade.

Vou contar uma história: quando eu fui ajudar a implantar o programa de combate à fome na Argentina no ano anterior à pandemia, 2019, o ministro encarregado me contava a dificuldade que ele tinha na região noroeste da Argentina, que é uma região açucareira onde se ingere muito açúcar e derivados de farinha de trigo – pão branco, mingaus, tortas, pizzas etc. As mães se orgulhavam dos *pibes* [crianças] gordinhos, com claros sintomas já de obesidade e uma situação de saúde muito precária, porque você sabe que a obesidade abre a porta de uma série de comorbidades, como nós vimos agora durante a pandemia – os quadros mais graves de infecção da Covid são nas pessoas com sobrepeso ou obesas.

Os últimos dados para a América Latina são aterradoros. Uma publicação que saiu semana passada da FAO regional da América Latina, com sede em San-

tiago, mostra que o sobrepeso em menores de 5 anos aumentou muito nos últimos anos. A média da América Latina é de 7,5% de crianças com menos de 5 anos com sobrepeso e obesidade. E isso está muito longe da meta do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável, que é

“As pessoas ainda acreditam que a obesidade é sinônimo de comer bem, de comer muito. Não é. É sinônimo de comer produtos de qualidade inferior, como os ultraprocessados – você troca carne por salsicha. Como já dizia o chanceler Bismarck, ‘se as pessoas soubessem o que tem dentro de uma salsicha, haveria uma revolução’”

reduzir o sobrepeso das crianças para 3%. A América Latina está mais de 2 pontos percentuais acima da média mundial e devo dizer que a pandemia agravou muito esse quadro. Um indicador preciso disso são os dados da pesquisa *VigiSAN* 🙄² e os dados do Unicef [*Fundo das Nações Unidas para a Infância*] que mostram que em quase 50% dos domicílios com crianças houve uma redução significativa do consumo de frutas, verduras e legumes, portanto, dos produtos frescos e saudáveis. Isso leva a um aumento do que se chama insegurança alimentar leve, aquela em que as pessoas, para poderem continuar comendo com o dinheiro que têm, têm de sacrificar qualidade – como eu disse, troca carne por salsicha, deixa de comer frutas, verduras e legumes.

Para ter uma ideia, quando a gente compara a segurança alimentar no Brasil entre 2004 e 2020 – por-

1- bit.ly/3gHxroY
2 - olheparaafome.com.br



tanto, um período longo –, vamos ver que em 2004 nós tínhamos 65% da população em situação de segurança alimentar, e essa proporção cai para 45% em 2020. Pela primeira vez, o Brasil passa a ter mais da metade da sua população em situação de insegurança alimentar, e dessa segurança alimentar, a proporção dela de insegurança alimentar grave, 10%, permanece mais ou menos estável entre 2004 e 2020, da mesma forma a insegurança alimentar moderada, em 12% em 2004, também 12% em 2020. Ou seja, há uma volta daqueles números que nós tínhamos em 2004 de insegurança alimentar grave e moderada, que são as formas mais preocupantes e é o indicador de fome usado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 2. Mas quando a gente olha o indicador de insegurança alimentar leve, vai ver que ele saltou de 14% em 2004 para 35% em 2020, ou seja, em 2020, mais de um terço da população brasileira estava comendo mal, comendo de uma forma que substituíam os produtos de maior qualidade por produtos de menor qualidade – como diz o outro, comendo miojo e Coca-Cola, refrigerantes açucarados. Esse é o caminho para a obesidade, então não será de se estranhar que nós tenhamos um aumento muito forte da obesidade durante a pandemia assim que os dados de 2021 tornarem-se disponíveis.

FIAN: O que seus interlocutores de fora do país comentam sobre os rumos da segurança alimentar e nutricional do Brasil nos últimos dois governos, em especial neste?

Graziano: Bem, é difícil explicar para eles, a maioria pergunta o que está acontecendo, meio incrédulos com as estatísticas que divulgam. Outro dia, um dos coordenadores da Cúpula Mundial da Alimentação me ligou de Bruxelas para saber se era verdade os números que estavam sendo divulgados, que apontavam que apenas 45% da população brasileira tinha segurança alimentar, ou seja, mais da metade não tinha. As pessoas costumam acreditar em tamanho retrocesso de um país que saiu do Mapa da Fome tão recentemente, em 2014. Nós estamos falando de cinco anos passados.

Na verdade, o Brasil passou a ser um exemplo didático de duas coisas. Primeiro, como é possível acabar com a fome quando se dá prioridade política a isso, o que significa ter recursos orçamentários e uma ação

coordenada do governo, sociedade civil, setor privado, foi o que o Brasil fez entre 2003 e 2013 para sair do Mapa da Fome em 2014. A segunda coisa do exemplo didático do Brasil é como se pode voltar rapidamente ao Mapa da Fome se a gente desmontar o sistema de proteção social e as políticas de segurança alimentar em momentos de crise econômica. É esse o exemplo que o Brasil está mostrando para o mundo.

“Há uma volta dos números de 2004 de insegurança alimentar grave e moderada. E a leve saltou para 35%, ou seja, em 2020 mais de um terço da população brasileira estava comendo mal – como diz o outro, comendo miojo e Coca-Cola. Não será de se estranhar um aumento muito forte da obesidade durante a pandemia”

Queria destacar aqui um ponto importante: o que acaba com a fome não são as políticas sociais e a política de segurança alimentar, essas políticas ajudam principalmente aquela parte da população mais pobre a sair da situação de insegurança alimentar, mas o que realmente acaba com a fome é o modelo econômico de crescimento do país: inclusivo, de crescimento rápido, que faz gerar empregos de qualidade e salários razoáveis. E nesse sentido queria destacar que, na minha opinião, a política mais importante que levou o Brasil a sair do Mapa da Fome, política implementada pelos governos Lula e Dilma, foi a valorização do salário mínimo. O aumento do salário mínimo, que é um dos componentes do programa Fome Zero.

O salário mínimo serve de farol para todo o setor informal, então, por exemplo, a faxineira, aquele cara que faz bico de encanador, de pedreiro. Ele, quando vai calcular o valor do seu trabalho prestado, ele tem por referência o salário mínimo vigente. Então o salário mínimo, a valorização do salário mínimo, puxa para cima os salários pagos, mesmo nos setores informais, que é um dos grandes problemas do aumento, agravamento da concentração da renda na América Latina, em particular no Brasil. Brasil teve uma subida fortíssima do Índice de Gini [*que mede a desigualdade*] nos últimos anos em função da redução dos salários pagos e aumento do desemprego.

“O que acaba com a fome não são as políticas sociais e a política de segurança alimentar. Elas ajudam principalmente aquela parte da população mais pobre a sair da situação de insegurança alimentar. O que realmente acaba com a fome é o modelo econômico de crescimento do país: inclusivo, de crescimento rápido, que faz gerar empregos de qualidade e salários razoáveis”

FIAN: Precisaremos novamente de um ministério extraordinário de combate à fome?

Graziano: Eu diria que, infelizmente, nós vamos precisar começar tudo de novo, porque o governo atual, além de cortar os recursos do Orçamento, os parcos

recursos que ainda resistiram ao governo Temer, o governo Bolsonaro está desmontando as políticas existentes. E tem se dedicado nos últimos meses – antes, digamos, de entrar em modo eleitoral *full [total]*, se já não está – a maquiar alguns programas, tirar a paternidade deles. É o caso do Bolsa Família, transformado em Auxílio Brasil, mas mantido basicamente com a mesma estrutura; o PAA, Programa de Aquisição de Alimentos, que também mudou de nome, o Comida no Prato, que é um programa dos bancos de alimentos, estatizou o programa Comida no Prato: agora as doações feitas por você, por qualquer pessoa, vão aparecer contabilizadas como do governo.

Então essas maquiagens que têm sido feitas não só eliminam o controle social dos programas, tiram a participação social, como abrem espaço para manipulações eleitoreiras. O que o governo Bolsonaro está fazendo é adaptar o que sobrou dos programas existentes porque cortar, acabar não pode, porque são programas previstos em lei ou causariam uma reação popular ainda maior contra o governo. O governo está transformando os programas de segurança alimentar e nutricional em um festival de cesta básica. Isso que eu vejo que vai acontecer em 2022.

FIAN: Em falas recentes, o senhor apontou o agronegócio como *agravador das desigualdades* ¹. Porém, em entrevista de 2020, defendeu a *inviabilidade de rever o peso* ² dos canais exportadores do setor – o que me pareceu ser uma proposição conjuntural, algo para o momento. Em que medida um modelo agroecológico e redistributivo pode conviver com a monocultura e seu entrelaçamento com a grande indústria de produtos alimentícios, e com o capital financeiro e seu apetite por terras?

Graziano: Bem, essa é uma pergunta complicada, não dá para responder isso rapidamente. Eu vou dar algumas indicações e me colocar à disposição para discutir um dia. Eu acho um erro muito grande a gente pensar, qualquer governo que entre em 2023, que vai poder mudar esse modelo baseado no agronegócio exportador do dia para a noite. Não dá para fazer isso.

Você tem de, para começar, por exemplo, investir muito em pesquisa agroecológica na Embrapa [*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária*], que não vai ser

1 - bit.ly/34vDg6u
2 - bit.ly/GrazianoJoio



fácil convencer a Embrapa a mudar da sua prioridade de pesquisa em técnicas da revolução verde [*conjunto de inovações tecnológicas que aumentou substancialmente a produção agrícola*], mudar isso da noite para o dia. Nós vamos precisar mudar a cabeça de pesquisadores que acham que estão fazendo o melhor de si desenvolvendo o uso das tecnologias da revolução verde, principalmente o uso de químicos e maquinário.

Também tem de se levar em consideração que o novo governo vai precisar de muitos dólares para financiar essa mudança de modelo. Nós vamos ter de usar os recursos internalizados pelo agronegócio, de exportações do agronegócio, para ir financiando gradativamente os programas sociais, os programas de segurança alimentar, a própria agricultura familiar etc. Então eu já acho que vamos fazer muito se conseguirmos fazer com que, em 2023, o agronegócio comece a pagar impostos. Por exemplo, hoje eles estão isentos dos impostos de exportações pela Lei Kandir; também são isentos os principais insumos que o agronegócio usa, como máquinas e equipamentos, como os defensivos químicos etc. Se nós botarmos esses setores a pagarem o imposto devido, já vai ser uma fonte de recurso importante para poder apoiar a produção de produtos saudáveis da agricultura familiar.

O que eu quero dizer com isso é que o problema não é exportação de *commodities* agrícolas no Brasil. A gente tende a ficar sob a aparência dos fatos. Nós não temos falta de produto, nós temos falta de dinheiro para comprar os produtos. Os pobres não comem bem no Brasil – ou não comem, passam fome – não é porque não tem produto para comprar. Eles não têm dinheiro para pagar os produtos. Não vamos nos iludir aí... o problema verdadeiro é baixo nível dos salários. Não é o preço dos alimentos que é caro, são salários que são muito baixos. Por que a gente não pensa em aumentar os salários? Por que pensa sempre em reduzir o valor dos produtos agrícolas?

A ideia do [Henry] Ford quando ele desenvolveu o modelo fordista de produção era que seus próprios trabalhadores pudessem comprar o carro Ford T que eles iriam produzir, senão não haveria demanda suficiente para comprar os carros. Então essa ideia de pagar salários melhores é uma ideia que faz parte do sistema capitalista. Não é nenhuma ideia socialista, nenhuma ideia comunista, ter salários dignos para os trabalhado-

res poderem comprar os produtos que produzem. Isso deveria valer para os nossos trabalhadores rurais, trabalhadores do agronegócio, aumentar os seus salários, aumentar o nível de salários em geral do Brasil. Volto a insistir: nós estamos confundindo o verdadeiro problema. O verdadeiro problema não é falta de alimentos. O verdadeiro problema é a falta de poder aquisitivo da população brasileira.

“Não dá para mudar esse modelo do dia para a noite. Você tem de investir muito em pesquisa agroecológica na Embrapa, mudar a cabeça de pesquisadores que estão desenvolvendo o uso de químicos e maquinário.

O novo governo vai precisar dos recursos internalizados pelo agronegócio para ir financiando gradativamente os programas.

Então já vamos fazer muito se conseguirmos que, em 2023, o setor comece a pagar impostos”

FIAN: Como o enfrentamento à pandemia poderia ter sido diferente no que refere à segurança alimentar e nutricional?

Graziano: Bom, eu diria que em tudo o enfrentamento da pandemia poderia ter sido diferente se nós não tivéssemos um governo que desde o início negou a existência do processo, não reconheceu a pandemia como um problema grave, eu diria um dos mais graves que o



mundo já enfrentou na sua história. Podia ser diferente na política de saúde, por exemplo: nós podíamos ter começado a vacinação muito antes, já que tínhamos disponibilidade aqui de vacinas do Butantan. Podíamos ter fortalecido o Consea [Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional]. Em vez de extinguir o Consea, fortalecer, revitalizá-lo para que ele fosse o articulador de uma verdadeira campanha brasileira como houve na época do programa Fome Zero, de arrecadação de alimentos, de distribuição às entidades sociais.

Podíamos ter apoiado a agricultura familiar, aumentado os recursos do PAA, por exemplo, em vez de reduzir os recursos do PAA, aumentado os recursos para o programa de cisterna no Semiárido em plena seca e crise econômica – nós cortamos praticamente a zero o programa de cisternas e passamos a distribuir cisterna de plástico que só beneficia, na verdade, os produtores de plástico no Brasil. Podíamos dar mais recursos ao Pnae para evitar o que houve: o corte da merenda escolar com compra da agricultura familiar em boa parte das escolas que tiveram de fechar pela pandemia. Então, em resumo, podia ter sido tudo diferente. Há alternativas de políticas, sim, que não foram seguidas. Se há uma riqueza que o Brasil tem, é essa expertise em políticas de segurança alimentar e nutricional e em políticas sociais. Podia ter sido tudo diferente.

FIAN: No plano mundial, como está a sua esperança em relação ao que chamou de um “great reset” 🙌, uma retomada em bases substancialmente novas? O que seria necessário por parte dos países dos organismos da ONU?

Graziano: Eu diria que a ONU perdeu duas grandes oportunidades este ano para começar a mudar o problema e produzir alimentos saudáveis de forma sustentável. Primeira oportunidade perdida foi na Cúpula dos Sistemas Alimentares, que terminou em Nova York no dia 23 de setembro. Embora houvesse uma grande presença e um grande número de promessas, de concreto não se exibiu nada. Nenhum acordo efetivo, nem mesmo um fundo mundial de combate à fome, que era o que estava desenhado desde o início, conseguiu-se. Então, de concreto não se avançou nada, mais promessa, mais blablablá.

Alguma coisa similar aconteceu na COP26 [Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2021], que foi a segunda oportunidade perdida. Infelizmente, nós vimos na COP26 mais do mesmo, nenhum apetite para mudar de fato a ideia de que nós estamos a caminho da extinção. Nem mesmo aquele anúncio do tiranossauro lá [que a ONU usou para alertar sobre o risco de extinção] surtiu efeito, e a perda da liderança do presidente [Joe] Biden nos últimos meses, os americanos estão cada vez mais preocupados com os chineses, e muito menos com o futuro do mundo. Os americanos não apoiaram, por exemplo, banir o uso do carvão entre os combustíveis fósseis. Continuamos subsidiando aqueles produtos que nos levam ao caminho da extinção.

Os dois produtos que mais recebem subsídios no mundo hoje continuam sendo os combustíveis fósseis, entre eles o petróleo e o carvão, e no campo dos alimentos o trigo, que também é um produto hoje claramente na lista dos produtos que ajudam a obesidade, essa epidemia de obesidade.

Agora, eu ainda tenho esperanças porque, como todos dizemos, a esperança é a última que morre. Nós vimos na COP26 e na Cúpula dos Sistemas Alimentares uma grande participação da sociedade civil, uma grande mobilização social de setores organizados da sociedade civil. Na COP26 nós vimos também a presença de vários governadores do Brasil para contra-arrastar a ausência do governo federal, e isso abre caminho para pensar, primeiro, na descentralização das políticas públicas, que é um passo importante, e no fortalecimento da participação social nessas políticas, tanto na sua elaboração, concepção, como também na implementação.

O problema é que, infelizmente, esse caminho é longo e demorado, e se nós continuarmos só pensando nas coisas a longo prazo, podemos estar acelerando para concretizar aquela preocupação do Lord Keynes [o economista John Maynard Keynes], quando disse que a longo prazo estaremos todos mortos. Espero que a gente consiga, a tempo, evitar o caminho da extinção.

Disponível também em:

fianbrasil.org.br/entrevistas-pnae



MARIA EMÍLIA PACHECO

“Precisamos pensar as políticas a partir do princípio da emancipação”

Primeira mulher a presidir o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Maria Emília Pacheco conta sobre as mediações para aprimorar o Pnae – que ela aponta como estratégico – e .para garantir aquilo que as diretrizes do programa determinam, reduzindo, por exemplo, a burocracia para o fornecimento por agricultores e agricultoras familiares e impondo limites ao “deixa fazer” das terceirizações.

Ela lembra também as mobilizações ligadas ao Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN) e à conferência popular (CPSSAN) desse campo pelo enfrentamento da fome e do desmonte das políticas da área.

Na entrevista, a antropóloga explica ainda a ideia do *direito ao gosto*, em oposição à comida de laboratório, e defende o modelo agroecológico, a importância dos bens comuns e a conexão com outras lutas sociais.

Para Maria Emília, os desafios desta curva da história passam por desvendar e traduzir os mecanismos de dominação e opressão e controlar o poder das empresas transnacionais. Confira os principais trechos das quase duas horas da conversa com a assessora da Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (Fase) e integrante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

FIAN Brasil: Pode comentar como apareceram e quais foram as principais disputas em torno da alimentação escolar que a senhora presenciou cinco anos em que presidiu o Consea?

Maria Emília Pacheco: Naquele tempo estava em debate lá no FNDE [*Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*] uma resolução de número 26. Em dezembro de 2014, nós estávamos no Consea, a partir de um grupo de trabalho, debatendo o significado dessas iniciativas que iriam conter essa resolução 26. E foi bem interessante, porque se manteve um período de duração da chamada pública, que é esse mecanismo importantíssimo e inovador, que dispensa aquela providência licitatória. E nós insistimos para que a chamada fosse anunciada das formas mais diversas.

A meu ver, tem um significado prático do que é a participação social, o controle social no escopo democrático, que é exatamente o que não temos hoje. Mas queria dar um exemplo do que foram necessidades de mediação. O estado de Santa Catarina chegou a precisar de de um termo de compromisso e ajustamento de conduta, um TAC. Havia uma dificuldade muito grande por parte do governo de aplicar os recursos alocados pelo FNDE. Então, veja que nós estávamos no tempo histórico curto ainda, a Lei 11.947, que aperfeiçoou esse programa, é de 2009, e eu estou falando de algo entre 2014 e 2015.

Eu até acompanhei representantes do Consea e também do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar, o Cecane, do estado, no diálogo com o FNDE para ver como mediar essa situação lá com o governo



estadual. Em muitos lugares no Brasil e lá mesmo, havia a terceirização da alimentação escolar. Éramos contra a terceirização quando se decidiu sobre essa lei 11.947, mas não fomos vitoriosos. Eu digo “nós” me referindo ao FBSSAN e a outras organizações.

O debate em Santa Catarina chamava a atenção para a necessidade de um processo de desterceirização, entendendo que, mesmo que ela não seja proibida na lei, a lei chama a atenção para, pelo menos os 30% de compra da agricultura familiar, [a prioridade para] povos indígenas, comunidades tradicionais. Foi um exemplo acompanhado de outros.

Em 2015 fizemos uma recomendação ao Ministério da Educação de insistir naquilo que a própria lei estabelecia. Falávamos de ampliação de medidas que estimulasse tanto a compra da agricultura familiar como o controle social para que este programa tivesse a sua plena execução. Também a necessidade de colocar barreiras a esse domínio das empresas, inclusive nas cantinas.

E ainda chamávamos a atenção para esse risco muito claro com a mudança da transição nutricional, com o aumento da obesidade, e a importância de valorizar os alimentos *in natura*. Fazendo, portanto, um chamamento para o impacto que têm os ultraprocessados sobre as doenças crônicas não transmissíveis. E também incluímos a necessidade de fazer um reajuste do valor *per capita* [por aluno/a] atribuído para alimentação escolar.

Na conferência nacional – que foi a última que se realizou –, em 2015 [5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional], houve proeminência também de propostas em relação ao Pnae, nessa linha.

FIAN: Por que evitar que esse modelo terceirizado se espraiasse era uma prioridade?

Maria Emília: Então, porque historicamente... O Pnae é bem antigo, é da década de 50. e passou por muitas transformações, mas teve um caráter muito assistencialista, inclusive da ajuda alimentar, que chegava aqui. E as empresas sempre estiveram com total liberdade para participar dos editais. Que alimentos são oferecidos? Alimento propriamente dito, ou são fórmulas, formulações dos produtos alimentícios? Há depoimentos de quilombolas e indígenas sobre o tipo de alimentação que chegava ou chega nas escolas. Por que oferecem

um biscoito recheado e não oferecem um alimento tradicional daquelas culturas alimentares? “É tudo enlatado”, questionam.

E isto é muito comum ainda pelo país.

Então, quando a proposta estava sendo discutida no Congresso Nacional, nós dizíamos “Vamos proibir terceirização, vamos colocar: *O alimento tem que ser o alimento saudável e tem que vir da agricultura familiar, o Estado precisa se comprometer com esta proposta*”.

Chegamos a dizer: se não vai ser proibido, tem que ter um controle.

FIAN: No encerramento do mandato no Consea, a senhora listava avanços que foram possíveis, alguns desafios ainda e ameaças iminentes. Eu queria saber em que pé nós estamos em relação àquele momento.

Maria Emília: Naquele momento eu destacava a saída do Brasil do Mapa da Fome, falava da importância da conjugação de iniciativas, como valorização do salário mínimo, aquele quadro de empregabilidade no Brasil muito mais favorável, dava o exemplo, também, dessa geração de programas que representou uma inovação na nossa história, como a alimentação escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos [PAA], que vinculam política social com segurança alimentar e nutricional, instrumentos da política agrícola. Mas, ao mesmo tempo, eu já mostrava os riscos.

Este é o quadro que se aprofundou como destruição de políticas que estavam sendo construídas para dar um sentido ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional [Sisan] e à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Eu também falava como risco da volta do país ao Mapa da Fome quando se completavam 70 anos da *Geografia da fome*, do grande Josué de Castro. Agora, *cerca de 10% da população brasileira em uma situação de fome, e a metade da população com algum grau de insegurança alimentar e nutricional* 🙄.

Já chamava a atenção também para a proposta que estava sendo debatida, que era a emenda constitucional do teto de gastos públicos, a PEC 55. Naquele momento, eu estou falando de 2016, já havia sido extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA], secretarias voltadas para os direitos humanos, igualdade racial, políticas para as mulheres. Já estávamos aí pós-golpe no governo Temer. E também a situação dos povos in-

dígenas. Nós havíamos feito uma comitiva para a região das etnias Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, constatando um quadro de violência. E hoje, vemos a expansão do garimpo, da mineração, esse debate sobre o marco temporal, que é uma afronta.

Também chamava a atenção para a realização do encontro da Articulação Semiárido. Vinha sendo construída aquela conquista: a convivência com o Semiárido se baseia na noção de estoque. Estoque de terra, estoque de alimentos, estoque de sementes. Uma mudança de paradigma, porque veio para combater aquela visão de seca e também do clientelismo. Agora, praticamente inexistem no orçamento recursos para a continuidade do programa Um Milhão de Cisternas e do P1+2, que é o Uma Terra, Duas Águas, que garante água para produção.

Então, é uma situação de um retrocesso inominável, o descompromisso do Estado, embora nossa Constituição tenha lá escrito o artigo 6º, que o responsabiliza pelo direito humano à alimentação adequada. Nós vemos tempos de permanente violação desses direitos.

FIAN: E bem no primeiro ato, formado o governo Bolsonaro, teve aquela medida provisória, a MP 870, que extinguiu os colegiados. Então, no campo de SSAN, soberania e segurança alimentar e nutricional, que reorganização foi possível e foi necessária?

Maria Emília: Nós estávamos constituindo uma interação cada vez maior com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica [Cnapo], com o Conselho Nacional de Saúde [CNS], o de Assistência Social [Cnass], que é aquele princípio da intersetorialidade que regeu a criação do Sisan. E nós vínhamos, já naquele período pré-golpe, fazendo ações com a Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional. Pouco tempo depois o próprio Consea é extinto. Bom, nós tivemos muitas manifestações, como o Banquetão, que se irradiou pelo país. E me lembro de uma ação de denúncia que tivemos aqui no Rio, com a Ação da Cidadania, um quilômetro de mesas com pratos vazios.

Ao realizar, em 2018, o oitavo encontro nacional dos fóruns, nós, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, perguntamos: “Como (não) falar de comida de verdade se a fome está de volta?”. Já havia ficado no limbo a realização da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Concluimos que era importante convocar por nós mesmos, por nossas forças, como sociedade civil, a Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Nós o fizemos num contexto de muitas manifestações. Já tinham ocorrido a 6ª Marcha das Margaridas, a Marcha das Mulheres Indígenas, o Acampamento Terra Livre. Nelas se incorporou

a luta pela continuidade desses programas e pelo direito humano à alimentação. Buscamos conectar os dois processos, porque as conferências estaduais e municipais já haviam sido realizadas e os Conseas estaduais estavam ativos. E também conselhos municipais.

Construímos uma comissão organizadora, com mais de 20 organizações, entre elas a FIAN, o fórum, evidentemente, a Fase. E nós seguimos então neste período com debates e articulações. Mais recentemente, tomamos a iniciativa de fazer o Tribunal Popular sobre a Fome e concluimos já o nosso ano agora com essa jornada de debate, e uma agenda de mobilização que vai permanecer. Então, veja que, nesse contexto de retrocesso e de medidas autoritárias, antidemocráticas, nós conseguimos manter acesa esta causa.

FIAN: E o tribunal concluiu que...

Maria Emília: Nós buscamos a colaboração na expertise dos profissionais na área, e ele se realizou mesmo simbolicamente como um tribunal e com uma sentença, que acusa o Estado brasileiro de violador dos direitos. E a nossa perspectiva é fazer chegar essa sentença no Supremo Tribunal Federal, porque lá tem uma *ADPF [arguição de descumprimento de preceito fundamental]*, que é a 871, e tem agora a 883.

Nossa mobilização ecoou também em um debate sobre a Cúpula dos Sistemas Alimentares [da ONU],

que na verdade foi uma cúpula de captura corporativa no sistema alimentar, e fizemos parte aqui de uma articulação latino-americana. Temos a perspectiva de relacionar esse debate com os impactos agora da COP 26 [conferência das Nações Unidas] sobre o clima. E analisar o que será a COP sobre biodiversidade.

Para nós, no centro está a questão dos direitos humanos, a soberania alimentar, e articular com a agroecologia, não como alternativa, mas como um imperativo para enfrentar a crise alimentar nos seus vários sentidos.

FIAN: Pode explicar o que significa o *direito ao gosto*?

Maria Emília: Bom, é que nós vemos crescer o debate dos sistemas alimentares e sua relação com a saúde, com meio ambiente. Fala-se também da necessidade de dietas sustentáveis, saudáveis. E eu costumo acrescentar que é preciso incluir o direito ao gosto. Por que eu digo isso? Primeiro porque significa a gente se remeter aos hábitos alimentares, que são tão distintos no país. Eu me lembro, lá em São Paulo, que queriam defender a proposta da farinata, que nós acabamos chamando de ração humana para os pobres. O direito ao gosto se relaciona com a visão que nós temos da comida de verdade como um patrimônio e não uma mercadoria.

Quando a gente fala da crise alimentar, essa crise combina o aumento da fome com o processo de financeirização, de artificialização da natureza, porque nós temos uma erosão da nossa biodiversidade, contaminação de alimentos, dos solos, ao mesmo tempo que cresce essa indústria e consumo de ultraprocessados e tecnologias que vão nos afastando da variedade de alimentos e dos seus gostos. Então, a ideia da saúde tem que vir combinada também com a ideia do prazer.

Em alguns lugares no Brasil se inicia o debate da relação de sistemas alimentares e racismo. A nossa história contém, muitas vezes, uma classificação de alimen-

tos que está relacionada com a dominação colonial. Os ultraprocessados têm formulações que tentam imitar, baseadas em alguns alimentos *in natura*, mas com muitos aditivos. Uma nutricionista, Regina Miranda, cunhou a expressão “incógnitas alimentares”, é isso mesmo, não sabemos como decifrar esses aditivos todos, que enganam o gosto. É preciosa a classificação pioneira feita pelo *Guia alimentar para a população brasileira [chamada Nova, baseia-se no grau de processamento dos alimentos e produtos alimentícios]*.

É um chamamento para esses debates políticos profundos e para reconhecer o que é o nosso país. Costuma-se dissociar muitas vezes a rica biodiversidade do Brasil com quem a protege, com os seus frutos nativos, que são um legado da domesticação de plantas e do manejo delas, e também do cultivo diverso.

Imagine que agora já falam nos alimentos produzidos em laboratório como se fosse uma proteção para natureza. É um equívoco, a pandemia nos ensina o quanto nós precisamos retomar o debate da relação cultura e natureza, sociedade e natureza. Não é ela con-

tinuar sendo subjugada, como é pelo agronegócio, mas também não é o caminho manter a natureza intocada.

FIAN: Bom, voltando ao Pnae, por que ele é considerado tão importante no combate à fome? E em que medida se liga às diferentes dimensões da sustentabilidade?

Maria Emília: Então, na sua concepção, essa lei aí de 2009 avançou significativamente. É um programa de fato es-

tratégico, nas avaliações do por que o Brasil saiu do Mapa da Fome se inclui este programa, que é um dos maiores do mundo.

Interessante que ele atravessa a nossa história, chegando a milhões de escolares hoje, e passou a integrar uma diretriz da promoção de acesso à alimentação adequada e saudável na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Um reconhecimento, inclusive pelos legisladores, pelo qual o Estado passou a valorizar

“Quando o Consea foi extinto, nós estávamos intensificando a interação com as áreas da Saúde e da Assistência, naquele princípio da intersectorialidade que regeu a criação do Sisan. E com o Congresso Nacional”

outros valores nas aquisições públicas, como o aspecto social, o aspecto ambiental, a saúde, e não ficar reduzido à Lei Geral de Licitações. Tem uma inovação que nos remete a pensar, vamos dizer, nas dimensões de sustentabilidade. Assegurando a compra de 30% da agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais, a valorização do alimento local, de acordo com a época dos alimentos e da sua variedade. Várias dimensões se cruzam aí.

FIAN: E que as propostas de mudança ameaçam...

Maria Emília: O que está acontecendo hoje com esses projetos de lei é grave, porque tem uma tendência de descaracterizar. Os legisladores querem agora estabelecer cardápios, cotas de leite, leite fluido, leite em pó, da carne de porco, enfim, é absolutamente contra os princípios contidos na lei, em nome de reserva de mercado.

E a redução do orçamento também é gravíssima. A gente defende uma atualização do *per capita*, que aliás o Observatório da Alimentação Escolar está propondo. Mas lá no Projeto de Lei Orçamentária, que é o Ploa, [*o recurso total*] cai de R\$ 4,6 bilhões em 2021 para R\$ 3,96 bilhões em 2022.

Alguém vai nos perguntar: sim, mas o governo acaba de aumentar o limite de venda dos agricultores, de R\$ 20.000 para 40.000. Para atender a quem? Nós já vínhamos percebendo uma certa concentração de compra através de cooperativas maiores. Aumentar o limite não significa democratizar.

FIAN: Mesmo os beneficiários e beneficiárias diretos nem sempre conseguem ver a política pública por trás dos pratos, por exemplo, os gargalos e os interesses – às vezes bilionários – envolvidos, né?

Maria Emília: A meu ver, não é amplamente expandida na sociedade essa concepção mais abrangente, que ar-

ticula várias dimensões da SSAN. Nas escolas, você veja, uma das conquistas importantes dessa lei de 2009 foi falar da importância da educação alimentar e nutricional. A entidade em que eu trabalho mesmo está com uma experiência lá na Bahia, que é de envolver o ambiente escolar, porque esse é um lugar muito importante para formar hábitos. E conversar sobre o cardápio, sobre a origem do alimento, o papel do agricultor familiar e até ter experiências de horta, e pode trabalhar com isso do

ponto de vista da Geografia, da História, da Matemática.

Nós, da ANA, junto com o FBSSAN, estamos fazendo uma pesquisa sobre alimentação escolar e estudos de caso em várias regiões do país.

FIAN: Bom, se as forças minimamente comprometidas com a ideia de um país mais justo conseguirem virar esta página que nós estamos vivendo, que prioridades despontam no campo de SSAN?

Maria Emília: Nós fizemos, no âmbito lá da conferência popular [*CPSSAN*], uma agenda de mobilização. Há

uma proposta de que a gente consiga uma verdadeira frente nacional em defesa desses programas, como PAA, Pnae, mas também na defesa da agricultura camponesa, dos povos indígenas, comunidades tradicionais.

Nós estamos atravessando uma reestruturação do mercado de terras, com essa flexibilização de legislação. Então, o cerco sobre essas populações cresce de uma forma absurda. Mas também queremos reforçar essa perspectiva política, do que representa a cultura alimentar. A gente precisa fortalecer as políticas de acesso à água, saneamento básico. E priorizar a agroecologia.

Temos que fortalecer o diálogo com articulações e frentes de combate ao racismo e com a luta das mulheres. Ver nelas sujeitos que precisam ser fortalecidos nas iniciativas que representem sua emancipação política e econômica.

Só haverá Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com a reconstituição das bases de poder, de participação da sociedade, de controle social. O Consea foi, por excelência, um lugar de aperfeiçoamento de políticas. E a relação com outras políticas. O papel das frentes parlamentares também entra nos exemplos dessa reconstrução.

Mas tem uma questão fundamental: que programas e políticas sejam pensados a partir do princípio da emancipação. Nós estamos sob a égide neoliberal, em que o indivíduo passa a ser responsabilizado quicá até pela situação de insegurança alimentar que vive. Isso nós temos que questionar em permanência. É preciso sedimentar propostas baseadas em princípios e valores, que tenham o sentido redistributivo. Nós precisamos fazer a defesa de bens comuns, como as sementes na sua diversidade. A variedade que tem no Brasil das formas de apropriação e uso das terras.

Então, esses princípios... Lá se foi o princípio da precaução, gravíssima a liberação desses agentes químicos [*agrotóxicos*] suspensos e proibidos nos países de origem. Temos que debater profundamente o que representa o impacto das novas tecnologias. A defesa das corporações é da biofortificação, como os se os alimentos fossem fracos, e nós precisamos é assegurar a comida com variedade e em quantidade suficiente, e não de uma nova revolução verde, como querem trazer com essas biotecnologias e a chamada bioeconomia.

Não podemos sair deste lugar que coloca no centro os direitos e a responsabilização do Estado com políticas estruturantes, não uma soma de auxílios. Precisamos ser bem enfáticos em questionar que o mercado, as corporações não podem comandar as nossas vidas.

FIAN: Essa lógica toda tem muita eficiência e a radicalização dela veio pela tecnologia e veio como estratégia de guerra cultural. Como sensibilizar quem recebe sistematicamente, há anos, mensagens que, de certa maneira,

blindaram esse tipo de entendimento entre pessoas que estão sendo exploradas?

Maria Emília: Esse é um desafio que cada vez vai exigir mais imaginação e criatividade, porque, para lidar com essas expressões dessa cultura política, temos uma tarefa de desvendar o que são esses mecanismos de dominação e opressão. Mas é um contexto que tem um bocado de cansaço. A pandemia talvez tenha contribuído com isso, uma certa desesperança, ou como se a humanidade não tivesse outro caminho para trilhar, porque tem uma força muito grande contra, uma guerra cultural mesmo. E também tem uma crença impressionante nas tecnologias. Há a necessidade de clarear o que eles chamam de soluções baseadas na natureza e que nós chamamos de falsa soluções.

Também procurar nos articular mais do ponto de vista internacional. Começa-se a discutir uma conferência multilateral sobre alimentação – *conferência* mesmo, porque o que a cúpula também trouxe à tona é uma reversão das práticas de governança, e com um risco muito grande de incidir sobre o Comitê de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas. Precisamos dar a conhecer mais o que representa aquela *declaração* ¹ que foi reconhecida na Assembleia da ONU, sobre os direitos dos camponeses.

Está voltando a ganhar força um debate sobre a regulação das empresas transnacionais. Esses dias nós tivemos uma reunião com a *Sofía [Monsalve]* ², da FIAN, sobre a ideia de um tratado internacional dos povos para o controle das transnacionais.

A questão é a gente conseguir articular aquilo que tem um caráter emergencial, de reagir ao que é destruído no dia a dia, com propostas que precisam ser reconstruídas, novas propostas. Enfim, é um desafio hercúleo.

“Precisamos questionar a égide neoliberal, que responsabiliza o indivíduo quicá até por sua situação de insegurança alimentar, e sedimentar propostas redistributivas, baseadas em princípios e valores”





SOFÍA MONSALVE

“A alimentação escolar pode contribuir para o enfrentamento ou o agravamento das crises sistêmicas do nosso tempo”

A secretária-geral da FIAN Internacional, Sofia Monsalve, resalta que o colapso ecológico e climático, as pandemias e a ascensão de forças antidemocráticas se se cruzam e afetam a todas e todos – de diferentes maneiras, mas em todos os espaços sociais. No que diz respeito ao alimento das e dos estudantes, ela lembra que muitas cantinas e refeitórios têm seu cardápio ditado por corporações globais que acostumam as crianças com doces, refrigerantes e produtos alimentícios ultraprocessados em geral, criando ou reforçando hábitos alimentares responsáveis pelo aumento das taxas de obesidade.

Uma produção, acrescenta, ligada ao desmatamento e à expansão das monoculturas de cana e palma com uso intensivo de agrotóxicos (o dendê ou óleo de palma é usado em inúmeros ultraprocessados, como biscoitos, margarina e pasta de avelã com chocolate; o plantio da palmeira ocupou enormes extensões de florestas no Sudeste Asiático e agora avança na Amazônia).

“Reconectar comunidades humanas com a natureza através da comida é uma questão essencial para nossa sobrevivência”, defende Monsalve, responsável por mais de 15 anos pelo programa de terra e recursos naturais da FIAN. A seu ver, um programa como o Pnae aborda causas estruturais de fome e desnutrição, por prover alimentos frescos e saudáveis a crianças e jovens fortalecendo a agricultura familiar camponesa e indígena, assim como a agroecologia. Ela coloca políticas nessa linha como verdadeiras soluções, em oposição à dita “agricultura de precisão”, altamente mecanizada e baseada em pulverizações aéreas.

Integrante do *Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis (Ipes-Food, na sigla em inglês)* , a entrevistada critica a abordagem da cúpula da ONU sobre o tema no ano passado e diz que o Brasil abandonou a política de segurança alimentar e nutricional baseada em direitos humanos que impactou as relações internacionais nesse campo.



FIAN Brasil: O que a alimentação escolar tem a ver com as grandes crises da nossa época e com a responsabilidade das grandes corporações nela?

Sofia Monsalve: Vivemos num tempo marcado por crises simultâneas, que se cruzam: colapso ecológico e climático; pandemias, tanto Covid-19 quanto obesidade; bem como crises políticas causadas por forças autoritárias, racistas, misóginas e antidemocráticas. Essas crises são sistêmicas e não estão localizadas em uma determinada região ou país, ou em um determinado setor social ou população. Eles afetam a todos nós, de diferentes maneiras, mas afetam a todos nós em todos os espaços de interação social. Nesse sentido, essas múltiplas crises também afetam a alimentação escolar.

Lembremos que, durante as medidas de confinamento para conter o coronavírus, as escolas foram fechadas e milhões de crianças no mundo perderam o acesso à comida escolar. Para as mais pobres entre elas, esse alimento é vital para o seu bem-estar. Lembremos também que em muitos países as cantinas e refeitórios escolares ainda são dominados por *junk food*: doces, refrigerantes açucarados, batatas fritas e outros lanches são oferecidos às alunas e alunos em abundância. Essas cantinas e refeitórios são o ponto de contato diário entre corporações globais como Coca-Cola, Unilever ou PepsiCo e milhões de crianças. É ali que maus hábitos alimentares responsáveis pelo aumento das taxas de obesidade em menores são formados ou reforçados.

Indiretamente, esse tipo de cantinas e refeitórios escolares também contribui para a destruição ecológica e a emissão de gases de efeito estufa. Como? Apoiando o modelo de produção agrícola industrial favorecido por essas transnacionais e que é responsável pelo desmatamento e pela expansão das monoculturas de cana-de-açúcar e palma com uso intensivo de agrotóxicos. Estas são algumas das conexões que vejo entre a alimentação escolar e as crises que estamos passando.

FIAN: Que novos elementos as discussões no Ipes-Food trazem para sua visão sobre o tema e sobre o multilateralismo, e como o acompanhamento da Cúpula de Sistemas Alimentares a impactou?

Monsalve: As discussões no Ipes-Food têm sido muito estimulantes. É um espaço de aprendizado incrível por

causa da diversidade de seus membros. Particpei do desenvolvimento de uma nota informativa que discute o papel da ciência e do conhecimento na governança dos sistemas alimentares.

Foi um tema controverso no contexto da Cúpula de Sistemas Alimentares, uma vez que o grupo científico da cúpula tinha uma abordagem muito tendenciosa da ciência: privilegiava a participação de economistas e representantes das ciências naturais, marginalizava especialistas em direitos humanos, não reconhecia o conhecimento ancestral dos povos indígenas e de outras comunidades rurais, e não tinha uma atitude crítica e pensativa que fosse capaz de questionar os limites e a legitimidade da pesquisa e da ciência financiadas por corporações e empresas.

A acumulação capitalista contemporânea depende cada vez mais da capacidade das corporações de monopolizar o acesso ao conhecimento. Nesse sentido, a defesa da pluralidade do conhecimento no campo alimentar, o diálogo de saberes e a governança popular e democrática dos alimentos tornam-se questões essenciais em nossa agenda. Essas são as novas perspectivas que a participação no Ipes-Food me traz.

FIAN: Como a experiência brasileira das últimas décadas em soberania e segurança alimentar e nutricional era enxergada no plano internacional e como a situação atual é vista?

Monsalve: O programa brasileiro Fome Zero foi um programa que tinha um componente de política externa e política internacional. Foi assim que o Brasil, em meio à crise alimentar de 2007-2008, assumiu um claro papel de liderança em nível internacional, defendendo políticas públicas baseadas em direitos humanos para combater a fome.

Não é exagero dizer que o Brasil foi fundamental para a reforma do Comitê de Segurança Alimentar [CFS, na sigla em inglês] das Nações Unidas em 2009: essa reforma abriu um comitê da ONU para a participação real e efetiva dos setores sociais mais afetados pela fome e pela desnutrição. Em outras palavras, ela o democratizou. Foi assim que esse comitê se tornou o epicentro dos debates para o avanço de políticas públicas baseadas em direitos humanos e no âmbito da soberania alimentar: fortaleceu o direito à terra, à água,

à pesca e às florestas, bem como à agricultura familiar camponesa e à pesca artesanal e de pequena escala, desenvolveu o conceito de mercados territoriais e sua importância para o fornecimento de alimentos.

Infelizmente, o atual governo do Brasil desmontou grande parte da política alimentar baseada em direitos humanos, com sérias consequências para a população brasileira. Os números dizem isso: houve um aumento dramático de pessoas que sofrem de insegurança alimentar. As consequências dessa política também são percebidas em nível internacional porque não temos mais governos que defendam a democratização da ONU, nem os direitos humanos como a bússola fundamental que norteia as políticas públicas. Assim, também enfrentamos um desmonte do CFS e uma privatização da governança alimentar internacional no sentido de que agora as corporações e suas iniciativas desempenham um papel de liderança na definição de políticas públicas.

FIAN: O que são as “falsas soluções” que as organizações do nosso campo têm denunciado sistematicamente?

Monsalve: Deixe-me dar um exemplo de soluções falsas: todos sabemos que o uso intensivo de agrotóxicos na agricultura causa sérios danos à saúde dos trabalhadores agrícolas e comunidades rurais expostas à pulverização aérea; assim como os danos ao meio ambiente, por exemplo, pela água poluidora. Qual é a falsa solução que as corporações propõem a esses problemas? Em vez de abandonar o uso de agrotóxicos, as corporações do setor vendem a solução chamada “agricultura de precisão”, ou seja, a ideia de que robôs ou drones aplicarão as quantidades exatas de agrotóxicos que são necessários sem causar danos.

É uma manobra de distração. Brinque com a ilusão de que a tecnologia é limpa, precisa e resolve todos os problemas. Os agrotóxicos não desaparecerão do ambiente porque são aplicadas em doses precisas. Somados, milhões de doses precisas continuam sendo um problema. A agricultura industrial é baseada na produção em larga escala. Uma grande plantação continuará

a precisar de uma quantidade de agrotóxicos prejudicial à saúde humana e planetária. Sem mencionar que, para proteger a saúde dos trabalhadores agrícolas, a solução não pode ser substituí-los por robôs e deixá-los sem emprego.

FIAN: Um programa como o Pnae, que atende crianças e adolescentes, prioriza a agroecologia, fortalece a agricultura familiar, reconhece a diversidade cultural,

respeita a regionalidade e a temporalidade da produção, apoia indígenas e povos e comunidades tradicionais, valoriza o conhecimento técnico e tradicional, respalda a autonomia local... não estaria bem no cruzamento daquilo de que realmente se precisa?

“A defesa da pluralidade do conhecimento, o diálogo de saberes e a governança popular e democrática são hoje essenciais”

Monsalve: Sem dúvida, um programa como o Pnae é uma solução real no sentido de que aborda causas estruturais de fome e desnutrição. O fortalecimento da agricultura familiar camponesa e indígena, bem como da agroecologia, é essencial para garantir o acesso das crianças e jovens a alimentos frescos, saudáveis, sazonais e minimamente processados. Apoiar essa forma de produzir alimentos é fundamental tanto para resfriar o planeta e recuperar a biodiversidade quanto para fortalecer a saúde das comunidades.

Reconectar comunidades humanas com a natureza através da comida é uma questão essencial para nossa sobrevivência. O Pnae desempenha um papel muito importante nesse sentido. A FIAN Colômbia vem desenvolvendo iniciativas muito interessantes com crianças, adolescentes e jovens para revalorizar seus territórios/ecossistemas, bem como seus laços com seus ancestrais e sua cultura. Esse exercício de aplicabilidade do direito à alimentação e à nutrição adequadas fortaleceu a capacidade dos jovens de exigir das autoridades municipais programas de escolas de alimentação firmemente ancorados em uma abordagem de direitos e soberania alimentar.

Disponível também em:

fianbrasil.org.br/entrevistas-pnae



TEREZA CAMPELLO

“O desmonte das políticas é difícil de medir, mas parte da resistência virá das pessoas que elas envolveram”

Para a economista Tereza Campello, a perda com a quebra nos circuitos curtos (locais ou microrregionais) de fornecimento e com a interrupção de diálogos setoriais e federativos em políticas como o Pnae é intangível, ou seja, não dá sequer para estimar. No entanto, ela usa o mesmo adjetivo para descrever a transformação das pessoas envolvidas pela construção conjunta – e diz que o enraizamento dessas experiências pode vir do agricultor, da merendeira, da diretora escolar que participaram de tais processos.

Campello afirma que a integração exige caminhos mais longos, mas traz resultados melhores e mais duradouros. Como ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no governo Dilma, ela esteve à frente do Plano Brasil Sem Miséria, que reuniu programas voltados a famílias com renda *per capita* de até R\$ 70, de documentação a cozinhas comunitárias e bancos de alimentos.

Ela aponta a alimentação escolar com prioridade para a agricultura familiar como exemplo perfeito da transversalidade, com potencial para contribuir no enfrentamento tanto da escalada da insegurança alimentar e da obesidade quanto das mudanças climáticas.

Escolhida a professora titular da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis da Universidade de São Paulo (USP) em seu ano de lançamento, Campello cita a volta ao Mapa da Fome e as pessoas em postos de saúde por falta de comida como um retorno à realidade decifrada e denunciada pelo brasileiro, três vezes indicado ao Prêmio Nobel.

FIAN Brasil: Nas últimas décadas, as políticas de combate à fome e à miséria foram sendo integradas a outras políticas de desenvolvimento social, não é? Queria que a senhora explicasse como essas políticas interagem, dependem umas das outras, e como está essa engrenagem hoje.

Tereza Campello: Esse debate da integração virou uma onda, em tudo quanto é lugar. Parece óbvio,

“Vamos integrar políticas”. É óbvio mesmo porque na verdade o ser humano é integrado, quem é encaixotado ou quem é fragmentado é o Estado, não é? O cidadão tem necessidades múltiplas e é um ser uno. O Estado que diz: “Tem aqui a caixinha da Saúde, a caixinha da Educação”.

Integrar é um desafio gigantesco, eu diria que está na fronteira do conhecimento e das políticas públicas no mundo, e o Brasil de fato se diferenciou conseguindo

avançar bastante nesse sentido. Agora, não se faz nem por lei nem por decreto, não tem como fazer isso se não for um processo de construção coletiva. Você decide integrar hoje e a integração só vai se fazer efetiva daqui a dez, 15 ou 20 anos.

Quem é pobre de renda provavelmente é pobre de água, é pobre de saneamento, de educação, de saúde. Então você tem que garantir as proteções múltiplas. O segundo grande princípio: diferentes olhares na mesa constroem políticas melhores, não é? Mas vai sentar todo mundo na mesa e vai ser superbacana? Não vai, vai ser superdifícil. As pessoas têm formações diferentes, têm metas a cumprir diferenciadas como servidores públicos.

Então tem toda a aprendizagem, o caminho é mais demorado, mais difícil você ofertar o Pnae por exemplo, você organizar a escola, a escola ir atrás do agricultor

familiar, pensar os alimentos adequados, isso é muito mais difícil do que fazer uma licitação e comprar e distribuir um monte de merenda já industrializada, já pronta. Não precisa de merendeira, não precisa de cozinha. O caminho tem que ser adubado permanentemente. Essa é uma política muito mais efetiva, com resultados muito mais estruturais e de longo prazo.

Vou pegar o Pnae, é um exemplo talvez o melhor de todos. Você está chegando no público mais vulnerável que é a criança, chegando no público que mais teria capacidade de transformar a família e o cidadão, você consegue efeitos muito duradouros na sociedade. Se você ganha a criança para essa ideia da comida de verdade é um feito, e a melhor forma de fazer isso é ela comendo a coisa certa no ambiente certo, que é o ambiente escolar. A educação e a escola é regulada pelo Estado, esse ambiente é um ambiente de concessão pública, mesmo quando a escola é privada. O Estado tem uma capacidade de intervir como em poucos outros lugares.

“Você organizar a escola, a escola ir atrás do agricultor familiar, pensar os alimentos adequados, isso é muito mais difícil do que fazer uma licitação e comprar e distribuir um monte de merenda já industrializada, já pronta. Não precisa de merendeira, não precisa de cozinha. O caminho tem que ser adubado permanentemente”

Você está chegando no público mais estratégico, no momento mais estratégico da vida, em que você garante que essa criança vai carregar por toda vida a memória de ter comido direito, e garante também um aprendizado melhor, que é o segundo direito dela. Porque as crianças chegavam na escola um tempo atrás e não conseguiam, o que voltou a acontecer, a menina desmaiar em sala de aula...

Para ter comida de verdade na escola um conjunto de coisas tem que acontecer, a escola tem que ter dinheiro, a escola tem que ter uma merendeira, a escola tem que ter comprado comida não industrializada ou não ultraprocessada, ela tem que ter uma cozinha, ela tem que ter uma orientação nutricional.

Para ter comida de verdade na escola um conjunto de coisas tem que acontecer, a escola tem que ter dinheiro, a escola tem que ter uma merendeira, a escola tem que ter comprado comida não industrializada ou não ultraprocessada, ela tem que ter uma cozinha, ela tem que ter uma orientação nutricional.

FIAN: O atual governo tinha aquele discurso de “menos Brasília e mais Brasil”. Em relação ao enfrentamento da pandemia deixou os estados e

municípios à própria sorte e muitas vezes sabotando aquilo que as soluções mais coletivas...

Campello: No território mesmo, não é?

FIAN: No território. O Congresso chegou a algumas soluções, a sociedade civil. Há coisa de uma ou duas semanas o governo celebrou o aumento do valor permitido para a venda ao Pnae individual ou por cooperativas, só que não aumentou o orçamento do programa.

Campello: Deixa eu só retomar uma coisa para chegar nesse ponto. Por que são anos? O Pnae, que existe desde a década de 50, ganhou essa dimensão de comprar da agricultura familiar só em 2009. Trinta por cento dos recursos federais Pnae têm que ser compras locais, de preferência da agricultura familiar, de preferência produtos frescos ou pouco processados, seguindo aí o *Guia alimentar para a população brasileira*. Agora não basta

você fazer essa lei ou esse decreto, por quê? Porque a escola não está preparada para fazer isso, então você tinha uma parte da escola do Brasil que tinha cozinha, mas não compravam na agricultura familiar, você tem que ter todo um processo de construção e de montagem dos circuitos, os circuitos curtos, não é?

Comprando da agricultura familiar você tem muitas vantagens, a chance de esse produto chegar fresco na cozinha da sua escola é muito maior, você reduz emissões de carbono, você reduz desperdícios no transporte, isso tudo é ganho para a sociedade. Mas ela tem que escolher esses agricultores, criar regularidade, o agricultor se comprometer, ter contratos que deem essa regularidade. Num pequeno município, tem toda uma dificuldade da regularidade, mas tem mais a facilidade territorial, agora imagina isso em uma cidade média, uma escola ter que ir atrás do agricultor familiar, se é orgânico ou se não é.

Essa montagem de circuitos foi muito demorada e é um montagem também cultural. É diferente você fazer uma comida em casa de você fazer uma comida para 300 crianças. Eu comecei a fazer peixe quando eu adquirei o refrigerador, eu demorei cinco anos para comprar um refrigerador, então tudo isso veio se transformando para dar conta não só da comida de verdade, mas de respeitar a cultura, por exemplo, a criança e o jovem comer na escola no Norte açaí, castanha-do-brasil, peixe. Do mesmo jeito que no Rio Grande do Sul poder comer morango na época do morango. Isso começou a acontecer, aprender a comer coisa que ela nunca teria comido e continuar comendo coisas que ela sempre comeu em casa.

Quando veio a pandemia o governo federal deixou ao deus-dará, não cumpriu o seu papel de orquestrar essas milhares e milhares de escolas no Brasil, não dando ordem, mas chamando os municípios para tentar

entender essas diferentes realidades. Porque tem muita gente que dizia assim, logo que começou dizia assim, “Tem que obrigar a comprar da agricultura familiar e distribuir na escola”. Tem lugar onde não é a melhor opção. Por exemplo, pegar as escolas ali no Plano Piloto de Brasília, a mãe mora em Taguatinga, a criança vai para a escola junto com a mãe quando ela vai trabalhar, e ela não estava mais indo.

Tem toda uma equação que tinha que ser olhada. O governo federal foi fazer isso três meses depois, mais uma vez sem ouvir os municípios, baixou uma regra e as coisas já estavam feitas. E na minha avaliação e está tirando vantagem disso. Por quê? Como esses circuitos foram interrompidos e como não existe ninguém mais cuidando, fiscalizando, vai ser muito fácil ele impor um

outro modelo daqui a um tempo, um modelo que favorece única e exclusivamente os grandes.

Aí eu chamo atenção que não é o agronegócio que é beneficiado. Quem opera diretamente no Parlamento, inclusive atuando de forma subterrânea para destruir o Pnae de certa forma, é uma parcela da bancada do agronegócio, mas está defendendo o interesse da grande indústria. Que o agronegócio não vende para a escola, você não vende soja, você não vende o milho diretamente da fazenda, você vende o composto que nem sei como chama, esse negócio que é processado, parece leite, mistura com água, a coisa mais fácil do mundo, você compra uma lata enorme daquele pó, mistura com água e dá para as crianças um pó

colorido cheio de açúcar com corante e tal. Superfácil, quem vai ganhar com isso? Somente a grande indústria.

FIAN: Quando a senhora fala de uma construção que é mais rica na medida em que ela é mais complexa, e também na necessidade de coordenar essas reações mais emergenciais a situações graves ou até extremas... Faz muita falta uma instância como o Consea [*Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*], não é?

Campello: Com certeza, o Consea e as câmeras inter-setoriais. Porque o Consea é esse olhar da sociedade civil tensionando o Estado, dizendo “Olha, o Pnae está piorando, a agricultura familiar isso e aquilo” – isso o Consea e os Conseas, porque tem o Consea federal que era orquestrado com os Consea estaduais e muitos municípios e tudo mais –, mas a intersetorialidade era garantida também pelo Sisan. O Consea era a cabeça do Sisan, Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o sistema que organizava o governo federal, estados e municípios. Então, por exemplo, tinha a Caisan [Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional], que também não funciona mais, que tinha 18 ministérios, então tinha lá o MDS [Ministério do Desenvolvimento Social, extinto] dizendo “Gente, olha só, não está funcionando, o MEC [Ministério da Educação] não está garantindo tal coisa, o dinheiro está indo e tem poucas escolas, caiu a compra da agricultura familiar”, aí tinha o MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário, extinto] dizendo “Olha, tem tal coisa, quem sabe a gente mudai isso, muda aquilo”, discutindo as regras, não é?

Você comentava essa regra do aumento do valor por agricultor para a venda, aparentemente parece uma coisa interessante, mas tem que discutir isso. Será se eles não estão aí no caminho de excluir os pequenos e incluir os médios produtores?

É impossível você fazer um programa bem feito com esse nível de complexidade sem escutar os atores que estão operando lá na ponta. O que é o sistema? É como o SUS, cada um tem uma atribuição nesse processo. Esta destruição é a verdadeira destruição da integração, porque a integração não é somente entre diferentes áreas, também é entre diferentes níveis”

FIAN: Tem vindo para o centro da discussão de segurança alimentar a ideia de uma sindemia global, que a senhora aborda com ênfase na sua aula magna na Cátedra Josué de Castro. Pode falar um pouco mais disso? 

Campello: Só lembrando, na verdade a gente já vivia três pandemias: a pandemia da obesidade, a da fome e uma da emergência climática. É o que a gente chamava de sindemia global, a articulação entre essas três pandemias que têm tudo a ver.

FIAN: E que ainda se cruzam com o colapso anunciado da biodiversidade.

Campello: Exatamente, essas três pandemias se retroalimentam com impactos generalizados. As últimas grandes viroses no mundo foram originadas exatamente da devastação sobre ambientes protegidos, não é? O ebola, várias outras doenças que ganharam amplitude, ameaçaram a humanidade, como é o caso do coronavírus da Covid-19, têm muito a ver com o impacto de sistemas alimentares devastando florestas.

E essa tragédia acelerou a sindemia. Por quê? Um colega, Paulo Castro, faz o estudo mostrando que, com esse aumento dos preços preços de produtos pouco processados e naturais, provavelmente a gente vai ter os ultraprocessados mais baratos, que isso ia acontecer em um horizonte de dez anos e já está acontecendo. As pessoas não só estão mais pobres, estão com mais fome, e quando buscam produtos estão prioritariamente tendo acesso a produtos ultraprocessados. Então a gente vai ter como uma saída da pandemia da Covid, que está sendo muito mais demorado do que qualquer um de nós imaginávamos, uma ampliação da sindemia ao contrário do que a gente achava, não é?



Aumentou a fome, aumentou a obesidade, aumentaram as queimadas, a devastação da Amazônia e de outros biomas, e o que a merenda escolar tem a ver com isso? Tudo, ela talvez seja um microcosmos mostrando para o mundo que é possível enfrentar essas três pandemias simultaneamente com compras públicas. A educação, a criança está protegida da fome pelo menos uma parte do dia, no caso do Brasil são 43 milhões de crianças. É difícil imaginar qualquer outra política mais eficiente do que essa no acesso à alimentação, com comida de verdade, ou seja, comida que respeita não só a quantidade, a qualidade, a variedade, a questão cultural. Faz isso fortalecendo os circuitos curtos, gerando renda no campo, dinamizando a economia local e regional, reduzindo as emissões de carbono, reduzindo desperdício no transporte.

FIAN: A gente vê como importante nesse quadro a noção da captura corporativa. Como conseguir operar essa transformação urgente, colocar a agroecologia no centro da agenda com a oposição das grandes empresas?

Campello: A captura corporativa acontece inclusive nesse nível micro. Por que as escolas distribuía esse pó para misturar com água? Porque eles iam lá e falavam: “Muito mais fácil você fazer isso, é muito mais nutritivo etc. do que você fazer. Em vez de vocês fazerem por exemplo uma canjica na escola, distribuir esse flan aqui que é muito mais fácil”.

FIAN: “E que é enriquecido...”

Campello: “E que é enriquecido por vitaminas e não sei o quê.” Tem essa coisa corporativa até lá na beirada, a escola vai lá e dá um brinde para a diretora... Você

tem que convencer a merendeira de que o que ela está fazendo foi salvar essa criança, ela tem que aprender a comer canjica, ela tem que gostar de arroz doce, de pé de moleque, que dá muito mais trabalho fazer. Faz parte da nossa cultura e tal, além do arroz, do feijão, da verdura. É muito mais fácil você dar um suco açucarado do que espremer a laranja.

Então tudo isso tem essa corporação micro, mas tem a grande briga, quem mais resistiu às compras públicas quando a gente tentou implantar foi a grande indústria.

Por quê? Imagina perder um mercado do tamanho da Argentina que estava no bolso delas, vendendo bolacha, biscoito, suco açucarado, *porcariito*. Nem é todo o mercado, mas perderam uma parte grande. Indiretamente é o agro que atua muito fortemente, e quando você olha as emendas que estão sendo feitas para mudar o Pnae são da bancada do agronegócio, mas na verdade o grande interessado é quem? O multimilionário, a grande indústria de alimentos mundial que hoje não é mais uma indústria nacional, ela é mundial, ela financia uma parte gigantesca dos parlamentares. Não só a indústria de refrigerante.

FIAN: Agora entrando muito forte no conteúdo escolar, elegeram como uma prioridade, “Vamos contar do nosso jeito aqui”.

Campello: Exatamente. A integração talvez seja a parte mais difícil de ser medida no desmonte, eu consigo medir quanto eu diminuí a agricultura familiar, avaliar a perda nessa fiscalização. Mas o desmonte da integração, que eu [*Estado e sociedade*] demorei dez anos para construir, é intangível. O valor, o nosso presidente volta a aumentar, agora, o agricultor

“Setenta e cinco anos depois a gente volta a falar das mesmas coisas. Naquele episódio dramático das pessoas indo para posto de saúde porque estavam doentes, não, estavam com fome. Josué conta no seu livro que quando ele começou a trabalhar descobriu que operários estavam doentes e a doença era fome. Não é *doença fome*, fome é uma questão econômica e política”

que vendia para a escola e que teve esse circuito interrompido provavelmente faliu, não é?

FIAN: Alguém comprou a terra dele.

Campello: Alguém comprou a terra dele, ele foi para a cidade, então tem todo um desmonte que a gente não consegue medir, até porque o governo federal tem a preocupação de esconder o que está acontecendo. Mas tem o intangível disso que é o processo de construção com cada gestor, a capacitação que nós demos para as merendeiras, para os professores, para os nutricionistas. Agora, também talvez seja a nossa principal força de resistência, porque você capturou uma diretora de escola para a ideia da comida de verdade, quando alguém chegar e disser “Olha, isso aqui é muito mais fácil”, ela vai falar “Não, mas isso não é apropriado para a nossa criança”.

O agricultor familiar quando começa a vender para a escola, é lindo o que acontece, porque ele se dá conta de que o que ele está fazendo vai transformar a vida dessa criança. Eles também não conseguem tirar isso da professora que aprendeu a usar o quilo de feijão para fazer conta de matemática, da diretora que passou a ter conhecimento de que essa criança vai ficar mais protegida para diabetes, para a hipertensão. A integração das políticas públicas é também um elemento de resistência à destruição do Pnae e do Estado, e da comida de verdade.

FIAN: Houve também as iniciativas de solidariedade que criaram ou aumentaram redes, muitas ligadas ao Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e à conferência popular da área...

Campello: Essa parte é fundamental, em grande medida foi o que segurou mesmo. Não só a parcela da população carente, mas iniciativas vindas das próprias escolas de como organizar cestas, nós temos exemplos maravilhosos. Essas ações de solidariedade, que não vieram das grandes corporações, vieram da própria periferia, solidariedade entre iguais, essas medidas não podem substituir o Estado, não é? É a política pública que garantirá que essas crianças possam ter acesso à comida de verdade de forma a garantir o seu direito, o direito à alimentação adequada.

FIAN: A Cátedra Josué de Castro organizou um extenso seminário sobre os 75 anos de *Geografia da fome*. Não é chocante ver mais de metade da população privada do que ele chamou de “o primeiro direito”? 

Campello: Setenta e cinco anos depois a gente volta a falar das mesmas coisas. Naquele episódio dramático das pessoas indo para posto de saúde porque estavam doentes, não, estavam com fome. Josué conta no seu livro que quando ele começou a trabalhar descobriu que operários estavam doentes e a doença dos operários era fome. Em 1940, aí o povo volta a ter uma doença que chama fome, não é *doença fome*, fome é uma questão econômica e política.

O professor [*Ladislau*] Dowbor, vale muito a pena assistir à palestra dele ontem, pega a renda do Brasil e divide pelo número de pessoas, e fala “Bom, a gente tem R\$ 11 mil por mês, não tem justificativa para as pessoas passarem fome, o Brasil produz 3 quilos de comida por dia por habitante”.

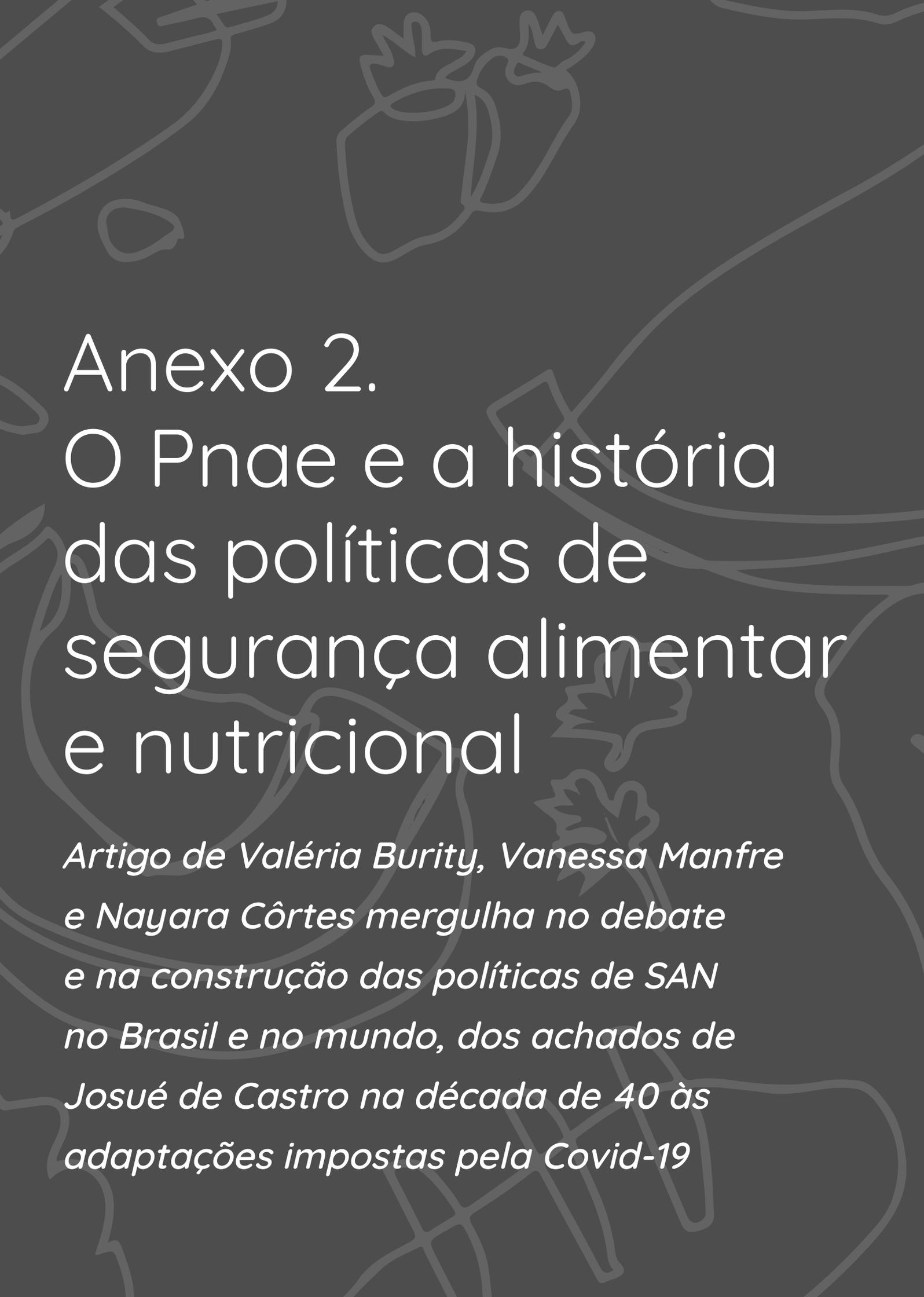
Estamos voltando ao Mapa da Fome. O Brasil saiu dele por um conjunto de políticas: a valorização do salário mínimo, o aumento de empregos formais, o Bolsa Família, a aposentadoria rural e o aumento da aposentadoria do Brasil, combate a preço alto e regulação para produtos básicos, fortalecimento da agricultura familiar, o Pnae, o Consea, o Sisan. Então nós temos aí um pacote de políticas e uma delas que é estratégica e é básica, que é proteção de renda. O programa que eles estão criando [*Auxílio Brasil*] acabou com o Bolsa Família e não o substitui porque é o oposto, ele destrói as bases, que são o quê? Exatamente a integração, o alívio à fome e à pobreza articulado com educação e com saúde. Ele destrói a base da construção coletiva com municípios, ele não trabalha junto com assistência social, trabalha via aplicativo.

A destruição é um passo atrás para que a gente não tenha um programa de renda básica nunca no Brasil. Então nós retrocedemos 20 anos.

Na íntegra em:

fianbrasil.org.br/entrevistas-pnae





Anexo 2.

O Pnae e a história das políticas de segurança alimentar e nutricional

Artigo de Valéria Burity, Vanessa Manfre e Nayara Côrtes mergulha no debate e na construção das políticas de SAN no Brasil e no mundo, dos achados de Josué de Castro na década de 40 às adaptações impostas pela Covid-19





Buscar Artigos



Edição do mês
Edição Fevereiro 2022

Comprar

O primeiro direito e a alimentação escolar

Acervo Online | Brasil

por **Valéria Burity, Vanessa Manfre e Nayara Côrtes**

21 de junho de 2021

compartilhar



O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) vem sofrendo ameaças por conta de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que pretendem descaracterizar o programa, ao impor o fornecimento de determinados itens e retirar a prioridade da aquisição de alimentos de assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas

visualização



O primeiro direito é o de não passar fome, afirmou Josué de Castro ao receber o Prêmio Internacional da Paz, em 1954. Em sua obra referencial, *Geografia da Fome*, o brasileiro olhou para a fome coletiva, aquela que de forma endêmica ou epidêmica atinge um número massivo de pessoas. Olhou para a fome total, presente em regiões afetadas por extrema miséria, mas também para a fome parcial, a chamada *fome oculta*, marcada pela falta de acesso a alimentos nutritivos – uma forma de alimentação que mata lentamente mesmo quem come todos os dias. Décadas depois, apesar de alguns avanços, a fome cresce, afetando centenas de milhões de pessoas em todo mundo. E cresce pelos mesmos motivos que denunciou o autor: “esta situação de desajustamento econômico e social foi a consequência da inaptidão do Estado político para servir de modelo equilibrante entre os interesses privados e os interesses coletivos”.

Em 1966, quando foi firmado o Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais (Pidesc), no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), estar livre da fome e da desnutrição foi colocado como um primeiro passo, que demanda medidas urgentes e imediatas por parte dos Estados, de quem é obrigação final respeitar, proteger e satisfazer a todos os direitos humanos. No entanto, para além desse passo, a alimentação *adequada* é inserida como um dos requisitos para um padrão de vida que ultrapassa em muito a condição de viver livre da fome. Muitos documentos seguiram definindo o que era entendido como “adequado” (que inclui tanto as necessidades fisiológicas individuais como sociais e culturais de cada povo), definindo a sustentabilidade como um requisito fundamental para garantir a alimentação adequada para as atuais e futuras gerações e sublinhando as formas como o Estado deveria realizar este direito. Neste ponto, é definido que os Estados “têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome, mesmo em épocas de desastres, naturais ou não” e que devem realizar todos os recursos disponíveis para que se “alcance, de forma progressiva, a total realização do direito à alimentação adequada”, o que “impõe a obrigação de que isto seja feito de forma tão rápida quanto possível”. No Brasil, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional cria um sistema que tem o objetivo de garantir o direito humano à alimentação adequada. Diante de tantas normativas sobre este direito tão óbvio, do qual depende a vida e a realização dos demais, é quase inacreditável que a humanidade tenha se acostumado a um cenário permanente de fome e miséria, em que os períodos com redução no número de famintos desembocam em novas fases de aumento do contingente que não tem a dimensão mais básica desse direito fundamental assegurada.



A edição mais recente de O Estado da segurança alimentar e nutrição no mundo (Sofi), lançada em 2020, afirma que desde 2014 os números que indicam fome e insegurança alimentar e nutricional passaram a subir. O número de pessoas que enfrentam a fome aumentou – já são 680 milhões – e para 2 bilhões de pessoas a insegurança alimentar severa ou moderada é uma realidade. Além disso, 3 bilhões de pessoas não podem arcar com uma alimentação saudável. O relatório analisou dados de 2019, portanto antes da pandemia. Para 2021, em razão da Covid-19, a FAO prevê mais 80 a 130 milhões de pessoas submetidas à tortura cotidiana da fome.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) mostrou que, em 2017/2018, 10,3 milhões de pessoas passavam fome no Brasil. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan), registrou 19 milhões (9% da população) nessa condição no final de 2020. Na pesquisa “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil”, realizada na mesma época, 15% dos domicílios aparecem em situação de insegurança alimentar grave.

Cabe ressaltar que no fim do ano passado as famílias em geral recebiam auxílio emergencial de R\$ 300, e as mães solo, R\$ 600. O benefício foi suspenso por três meses e retomado em abril de 2021 com valores ainda menores (R\$ 350 para mães solo, R\$ 250 para famílias em geral e R\$ 150 para pessoas que moram sozinhas), o que indica que neste ano o cenário deve ter se agravado.

Todas as pesquisas apontam que a condição de insegurança alimentar é mais grave na população negra, em domicílios que têm as mulheres como referência, na população rural e nas regiões Norte e Nordeste.

E a fome que cresce, e que mata, especialmente pretos e pobres, não é um raio no céu azul. A pandemia chega ao país em um cenário de terra arrasada, que já apresentava o crescimento exponencial da pobreza, da extrema pobreza e da fome.

Especialmente após o golpe de 2016, quando, em nome da responsabilidade fiscal, houve a adoção da Emenda Constitucional 95, que gerou um desmonte das políticas públicas sociais e de segurança alimentar e nutricional, responsáveis por tirar o país do Mapa da Fome em 2014. Vivenciamos um contexto de retrocessos, expressos pelo desmonte de programas como o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) –

que fortalece a agricultura familiar e camponesa e viabiliza as compras públicas de alimentos destinadas a populações em vulnerabilidade –, além de programas de garantia do acesso à água no Semiárido. Para piorar o cenário, o governo federal extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), órgão fundamental no enfrentamento da fome, responsável pelo controle social e pela participação da sociedade na formulação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas da área.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) é uma das poucas políticas que resiste a esse cenário e se torna ainda mais relevante. Para muitos estudantes, a refeição fornecida pela escola é a única ou a principal do dia, representando, portanto, uma estratégia fundamental de promoção da segurança alimentar e nutricional e de combate à fome.



Alimentação escolar servida na ocupação da Escola Estadual Caetano de Campo. (Rovena Rosa/Agência Brasil)

A pesquisa “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil” mostrou também que a insegurança alimentar é mais grave em lares com crianças de até 4 anos (70,6%) e que houve uma piora na qualidade da alimentação da população durante a pandemia, com redução na frequência de consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Diante desses dados, fica ainda mais evidente a importância do Pnae em combater a fome dessas crianças e contribuir para a alimentação e a nutrição adequadas, com impacto positivo não só na saúde dos estudantes, mas também no desenvolvimento cognitivo.

Vale lembrar que essa política tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis. Para aprender bem, é preciso comer bem.

Vale lembrar que essa política tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis. Para aprender bem, é preciso comer bem. Nesse sentido, uma boa nutrição na infância é fundamental para a formação de habilidades do indivíduo que irão repercutir positivamente na fase adulta, resultando em boa saúde, maior nível de escolaridade e maior renda. Dessa forma, o Pnae contribui para romper o ciclo de pobreza e impacta o desenvolvimento do país.

Desde o início da sua história, o Pnae foi se consolidando como uma política fundamental de segurança alimentar e nutricional. A alimentação escolar surgiu, no Brasil, num contexto de fome e de desnutrição. Os estudos de Josué de Castro foram decisivos para que se iniciasse o debate acerca do fornecimento da alimentação nas escolas pelo governo brasileiro, na década de 1940. Na década seguinte, o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição tinha como foco ações de assistência alimentar e nutricional direcionadas ao público materno e infantil, escolares e trabalhadores. E é nessa circunstância que o governo institui, em 1955, a Campanha da Merenda Escolar, caracterizada pela distribuição de alimentos – doados por organismos internacionais – a uma parte dos estudantes, com frequência irregular.

As primeiras décadas foram marcadas por uma alimentação com qualidade bastante inferior àquela preconizada atualmente. À medida que o programa foi avançando, especialmente após a descentralização da gestão a estados e municípios, os itens industrializados, enlatados, formulados ou em pó foram dando lugar aos alimentos frescos e regionais. E, hoje, não é qualquer alimento que pode ser ofertado.

Para além de garantir que os estudantes estejam livres da fome, o poder público tem a obrigação de prover o acesso a alimentação e nutrição adequadas. Esse é o teor da primeira diretriz do Pnae, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares, que atendam às necessidades nutricionais em conformidade com a faixa etária e estado de saúde de cada estudante. Cabe a nutricionistas responsáveis técnicos planejar um cardápio pautado nas orientações e regras de aquisição e oferta estabelecidas na Lei 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE 6/2020, tendo como base a utilização de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Foi para a defesa de tais pilares que a

FIAN Brasil lançou o projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade.

A determinação de promover saúde torna-se ainda mais relevante num momento em que as crianças e adolescentes enfrentam o risco de infecção pelo vírus Sars-CoV-2. Além da crise sanitária, muitas famílias perderam a renda durante a pandemia – o que se somou à escalada no preço de itens básicos como arroz e feijão – e tiveram a qualidade da alimentação prejudicada, passando a consumir mais produtos ultraprocessados, reconhecidamente prejudiciais à saúde.

O Pnae é universal e deve atender a todos e todas estudantes da educação básica da rede pública em todos os estados e municípios brasileiros, somando 41 milhões de estudantes, com um orçamento da ordem de R\$ 4 bilhões anuais. Entretanto, sabe-se que muitos alunos e alunas têm sofrido violações do direito à alimentação e à nutrição adequadas desde que as aulas presenciais foram suspensas em decorrência da pandemia de Covid-19.

Embora o governo federal, atendendo à Lei 13.987/2020, tenha autorizado a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Pnae aos pais ou responsáveis dos estudantes, em muitos locais ela não ocorreu, não foi realizada de maneira universal ou teve frequência irregular e intermitente. Muitas entidades executoras deixaram de adquirir alimentos da agricultura familiar, dando preferência à aquisição de alimentos de grandes atacadistas e redes de supermercados. Com a quebra desse mercado histórico e legalmente garantido a milhões de pequenos/as produtores/as de alimentos, rompeu-se outro elo desse ciclo virtuoso.

Segundo a pesquisa já citada da Rede Penssan, 12% dos domicílios rurais viviam em situação de fome no final de 2020, fortemente relacionada à insegurança hídrica, onde ela ocorria. O estudo chama a atenção, ainda, para o impacto da redução dos preços de comercialização da produção agropecuária na situação de segurança alimentar da população do campo e sugere que sejam feitos estudos futuros para avaliar a quebra de produção e escoamento desses produtos. A frequência de insegurança alimentar moderada e grave dobrou nos municípios em que houve queda nos preços, quando comparada aos demais. Isso significa que, nesse contexto, contar com o Pnae como comprador teria ainda mais efeito sobre a segurança alimentar das famílias agricultoras. Em muitos locais, não foi garantido sequer o cumprimento dos contratos já assinados de aquisição.

Ouvindo 168 grupos de agricultores familiares e pescadores artesanais de 108 municípios da Região Nordeste e do Semiárido, a Articulação do Semiárido (ASA) e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) constataram que 44% desses grupos deixaram de fornecer para o Pnae em 2020.

Em 2021, vivemos um cenário de incertezas e de aprofundamento da miséria. Mesmo durante a suspensão das aulas presenciais, o poder público tem a obrigação de garantir o direito à alimentação e à nutrição adequadas aos estudantes, seja por meio da oferta de refeições na escola ou por meio da distribuição de alimentos. Deve, ainda, retomar as compras de alimentos da agricultura familiar, promovendo condições de vida dignas também para esse grupo.

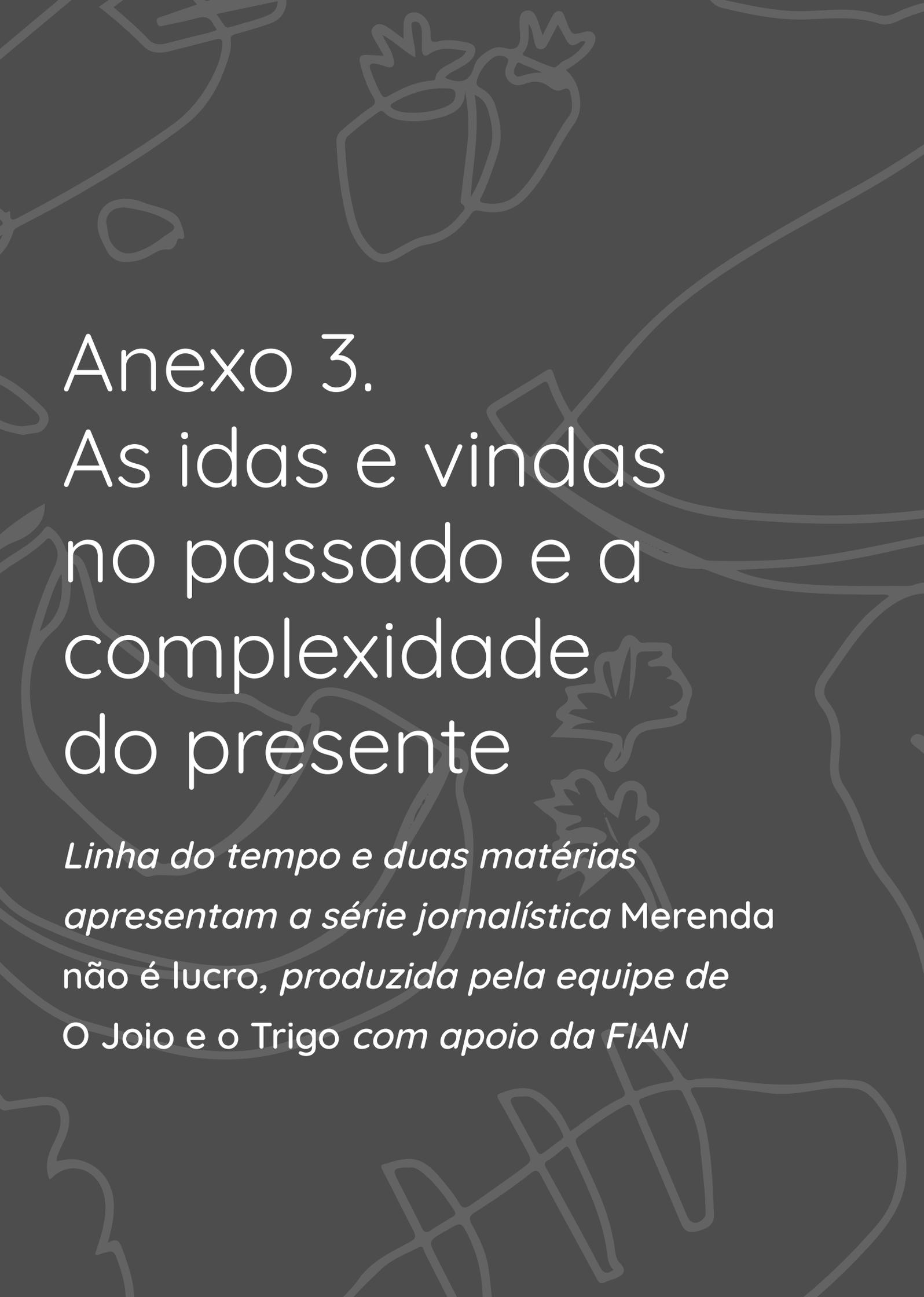
Não bastasse a prolongada calamidade, o Pnae vem sofrendo ameaças por conta de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que pretendem descaracterizar o programa, ao impor o fornecimento de determinados itens e retirar a prioridade da aquisição de alimentos de assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas. A resistência a essas tentativas desencadeou a mobilização de mais de 40 organizações.

Não há combate à fome sem políticas públicas. A sociedade precisa estar atenta e unida para cobrar do poder público a retomada das políticas que foram destruídas e a proteção do programa de alimentação escolar, que promove esse direito cuja garantia é degrau indispensável para a construção da dignidade humana plena.

Valéria Burity (secretária-geral), Vanessa Manfre (coordenadora do projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade) e Nayara Côrtes (assessora de Direitos Humanos) integram a FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas.

Online em:

bit.ly/artigoDiplo



Anexo 3.

As idas e vindas no passado e a complexidade do presente

*Linha do tempo e duas matérias
apresentam a série jornalística Merenda
não é lucro, produzida pela equipe de
O Joio e o Trigo com apoio da FIAN*



o joio e o trigo

Jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder



Da política ao prato: entenda a história da merenda escolar

Mylena Melo

São décadas de altos e baixos que nos colocam onde estamos hoje, com um programa que atende milhões de estudantes, mas tem destino incerto na pandemia. Veja nesta linha do tempo.



O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é responsável pela oferta de alimentação escolar a todos os estudantes da educação básica pública do Brasil. Atende cerca de 41 milhões de pessoas, com repasses financeiros aos 27 Estados e 5.570 municípios, que chegam à ordem de R\$ 4 bilhões anuais. Para muitos desses estudantes, a refeição que se faz na escola é a única ou a principal do dia.

Considerada uma das mais relevantes políticas de garantia do direito à alimentação, também é uma das mais antigas. Sua trajetória é longa e acidentada. Por décadas foram criados, modificados e extintos inúmeros órgãos oficiais para garantir a merenda. Interesses dos mais diversos estiveram em jogo. Na verdade ainda estão.

Com a pandemia, o programa passa por um dos seus momentos mais difíceis. E ainda há mais desafios por vir: os municípios têm gestores novos, que ainda não estão habituados à logística de execução do PNAE (que não é nada simples), e já se fala em volta às aulas. Mas o silêncio é ensurdecedor quando o assunto é a merenda nesse novo esquema de aulas com revezamento de estudantes.

No dia em que o aluno estiver em casa vai ter merenda? Vai ter cesta básica? Ou só come quem está na escola, e quem fica em casa tem seu direito à alimentação escolar violado? O FNDE chegou a publicar uma cartilha com orientações para a execução do programa nesse contexto, mas ela não responde a nenhuma dessas perguntas. As recomendações são apenas quanto a higienização, uso de máscaras e distanciamento. Para entender como chegamos até aqui, o **Joio** resumiu mais de 60 anos de história do PNAE na linha do tempo a seguir.



Anos 40

Plantando a semente

A possibilidade de criar um programa público de alimentação escolar já era debatida em fóruns desde o início da década. Em 1945 o governo de Getúlio Vargas instalou a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), cuja função era estudar o estado nutricional dos brasileiros, trabalhar pela correção de defeitos e deficiências da dieta por meio de campanhas educativas e contribuir para o desenvolvimento da indústria de alimentos desidratados. Vale lembrar que nesse ano terminava a Segunda Guerra Mundial e os alimentos desidratados eram parte do cardápio do Exército, então precisavam encontrar novos mercados com o fim do conflito.

No entanto, não houve iniciativas concretas de intervenção nacional nesse momento.



Anos 50

Menu importado

O grande marco da década foi o programa “Alimentos para a paz”, aprovado nos Estados Unidos em 1954. O governo norte-americano comprava o excedente de seus produtores para doar ou revender a outros países. Na

prática, era um subsídio que servia para estabilizar os preços do mercado interno, ao mesmo tempo em que possibilitava a entrada de técnicas e alimentos dos EUA no mercado mundial. O programa incluía produtos agroindustrializados como leite em pó e margarina, mas também cápsulas de vitaminas e tabaco.

Os acordos de cooperação internacional que surgiram a partir daí impulsionaram o então presidente brasileiro, Café Filho, a criar em 1955 a Campanha da Merenda Escolar (CME), considerada marco de origem do PNAE atual. No ano seguinte, Juscelino Kubitschek assume a Presidência e muda o nome da CME para Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME). A intenção era centralizar e nacionalizar a aquisição e distribuição de alimentos. Para financiar o programa, criou um fundo com recursos da União, de Estados e municípios, e de doações.

Houve um primeiro ciclo de expansão, no qual mais da metade dos municípios foram atendidos pela CNME, mas depois, especialmente entre 1960 e 1963, a adesão caiu para 30%.



Anos 60

O agro à espreita

A partir de 1965 a CNME passou a ser chamada de Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) e incorporou também a educação alimentar entre suas atribuições. Com essa mudança, foi lançado o Programa de Almoço Escolar, cujo objetivo era alterar a ideia de “merenda” para servir verdadeiras refeições aos estudantes, incluindo também os alunos de cursos supletivos, e de parte do ensino secundário e dos pré-escolares.

Mas a participação de organismos internacionais na intermediação do envio de alimentos para a merenda escolar foi caindo gradativamente, e a partir de 1965 o país começou a enfrentar dificuldades em atingir suas metas de fornecimento. Com o fim do programa “Alimentos para a paz”, no início dos anos 70, o Brasil precisou repensar a estratégia de abastecimento da alimentação escolar. O setor empresarial agrícola nacional via no vácuo deixado pelos EUA uma janela de oportunidade para a venda institucional – de preferência centralizada no governo federal. E duas organizações de produtores, recém-criadas, faziam lobby para que isso virasse realidade: a Associação Brasileira de Alimentação Escolar (Abae) e a Associação Brasileira de Indústrias de Alimentação (Abia).



Anos 70

Cartel do rango

Em 1972 o ditador Emílio Médici cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), vinculado ao Ministério da Saúde, com a tarefa de formular o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan).

Foram publicadas duas versões do Pronan. A primeira, de 1973, era superficial e não resolvia o problema. A segunda, de 1976, passou por seguidos cortes orçamentários e descontinuidades operacionais. Além disso, apesar de estabelecer como diretriz o apoio ao pequeno agricultor e a aquisição regionalizada de alimentos, na prática manteve um cartel. No final da década, apenas 12 empresas forneciam para a CNME. Em 1979, quatro empresas somavam mais de 70% do total de aquisições de alimentos: as nacionais Nutrimental (da barrinha de cereal Nutry), Pratika e Liotécnica, e a holandesa Nutricia, pioneira no mercado de fórmulas infantis que hoje faz parte do grupo Danone.

Nesse mesmo ano, que marcou o final da vigência do II Pronan, o governo federal passou a adotar pela primeira vez a nomenclatura de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com previsão de fornecimento de uma refeição diária durante o período letivo (180 dias/ano) a todos os alunos matriculados na rede pública e filantrópica de ensino fundamental.



Anos 80

Transição à vista

Depois de mais de 20 anos de regime militar, o país estava afundado em uma grave crise econômica e social. Em 1985 acaba a ditadura e começa a ser construída a Constituição de 1988, que reconheceu a alimentação como direito do estudante e dever do Estado. Em todo o país debatia-se a construção de um novo sistema para implementar políticas sociais, mais descentralizado, com o governo federal provendo instrumentos e recursos para que os governos estaduais e municipais fizessem a execução.

O cenário de instabilidade política do início da década obrigou os governos subnacionais a colocarem a mão na massa para garantir a merenda – política antes totalmente centralizada no governo federal, que decidia o cardápio, fazia as compras e distribuía os alimentos para todo o território nacional. Essa experiência inspirou mudanças no PNAE.

A CNAE já havia sido extinta em 1981. Em seu lugar foi criado o Instituto Nacional de Assistência ao Educando (Inae), que se tornou responsável pela administração financeira e normatização da execução do PNAE. Dois anos depois ele foi incorporado à Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que comandou o Programa de Municipalização da Merenda Escolar (PMME) entre 1986 e 1988. A compra de alimentos básicos e in natura passa a ser regionalizada através de convênios, enquanto as aquisições de produtos industrializados mantinham-se centralizadas pela União.

A adesão dos municípios foi tímida, em parte porque existia um esvaziamento técnico e financeiro das estruturas estatais, em parte porque os empresários da indústria alimentícia pressionavam pela manutenção da centralização. Em 1988 só 184 municípios faziam parte do programa.



Anos 90

Quem tem fome tem pressa

O início do governo Collor trouxe mudanças para todas as políticas sociais, assumindo um viés de desresponsabilização do Estado. Ele interrompeu o processo de municipalização do PNAE e nomeou para presidente do Inan um representante da Associação Brasileira da Indústria de Nutrição (Abin). Na metade do mandato, Collor sofreu um impeachment e quem assumiu a Presidência foi seu vice, Itamar Franco.

O programa de alimentação escolar passava por uma crise. Em 1991 surgiram denúncias de desvio de recursos que resultaram na abertura da CPI da Fome. No ano seguinte, só foram ofertados alimentos para 38 dias letivos. O governo federal precisava dar uma resposta. Até porque crescia a mobilização popular em torno da fome – com destaque para a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, liderada por Herbert de Souza, o Betinho.



Anos 2000

A virada

No início da década aconteceram fatos importantes para a história do PNAE, como a retomada do Consea, que havia sido extinto dois anos depois de ser criado, e a criação dos Centros de Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (Cecanes), uma rede de apoio técnico para a implementação do programa, formada a partir de convênios com instituições federais de ensino superior. Mas o que mais marca a trajetória do programa nesse momento é a Lei nº 11.947, publicada em 2009, que proporciona uma ampla reformulação do PNAE.

O texto que deu origem à normativa foi construído a partir de um grupo de trabalho com integrantes do Consea e FNDE. Muitos atores estiveram envolvidos nas negociações por trás da lei. Especialmente organizações e categorias ligadas à execução do programa, como o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e outros.

Alguns dos pontos mais importantes da nova lei são a ampliação do atendimento, incluindo alunos do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA); o reajuste do valor médio da refeição (usado para calcular os repasses) e a exigência de destinar pelo menos 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE para a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Uma resolução publicada meses depois ainda estabelece que fornecedores provenientes de assentamentos da reforma agrária, quilombolas e indígenas têm prioridade.



2010-2020

Da terra ao prato

Após a publicação da nova lei foram realizados mais de 20 seminários com gestores públicos de Estados e municípios, para promover uma melhor adaptação ao sistema. Até 2009 o programa havia se expandido em sua execução. Quase todos os municípios e Estados já aderiam ao PNAE. Mas a lei trouxe uma mudança considerável na outra ponta da cadeia: no fornecimento dos alimentos. Ao incluir a agricultura familiar, o grupo dos fornecedores se expandiu, e o processo de execução do programa se tornou mais complexo.

Aos poucos, o percentual de compra da agricultura familiar foi aumentando. Em 2010 foi menos de 5%, mas em 2016 já era de 25%, considerando todo o território nacional. Nos municípios, porém, as realidades são diversas: há os que batem a meta (mais de 2.500, de acordo com dados do FNDE de 2017), os que não batem (mais de 2 mil) e os que não compraram nada da agricultura familiar (mais de 700).

Esse ainda é um dos principais desafios na execução do programa. Somam-se a ele a terceirização, os cortes orçamentários e a falta de reajustes do valor per capita – o último aconteceu em 2017 e desde então o FNDE repassa só 32 centavos para cada refeição oferecida no ensino fundamental, médio e EJA.

Existem duas formas de gestão que podem ser adotadas: a mista e a terceirizada. No caso da gestão mista, a unidade subnacional – denominada no âmbito do PNAE de entidade executora (EEx) – adquire os alimentos não perecíveis e transfere parte dos recursos financeiros para as escolas, que, por sua vez, se responsabilizam pela aquisição dos alimentos perecíveis. Na gestão terceirizada, a EEx elabora o cardápio e contrata empresas especializadas para operacionalizar a alimentação escolar, integralmente ou em parte.



2020

O ano da peste

Quando as infecções por coronavírus começaram a se alastrar, e as escolas foram fechadas, Estados e municípios tinham os caixas abastecidos por recursos do PNAE, mas milhares de estudantes ficaram sem merenda, justamente quando mais precisavam da garantia do direito à alimentação saudável e adequada.

Só em abril o governo federal aprovou uma resolução permitindo que se fizesse a distribuição dos alimentos diretamente às famílias dos estudantes. Depois disso, foram sugeridas mais de 20 emendas parlamentares ao texto. As mais preocupantes tentavam normalizar a distribuição dos recursos da merenda via cartão ou transferir a distribuição dos alimentos a entidades filantrópicas e religiosas.

Quem sofreu com essa história toda foram os estudantes e os agricultores que fornecem para o programa. A experiência do “cartão-merenda”, adotado em alguns municípios, foi um exemplo. Na cidade de São Paulo eram depositados, em média, R\$ 55 para alunos do ensino médio e fundamental. Para alunos da educação infantil, R\$ 100. Valores que não sustentam nem uma semana de almoço. Para o agricultor, o cartão significa o fim da venda para o PNAE, já que a responsabilidade da compra é transferida do Estado para as famílias. Para piorar, ainda há atrasos na liberação do crédito no cartão, como aconteceu em fevereiro de 2021. As mesmas polêmicas se estendem a outros municípios que aderiram ao modelo. Tanto é que alguns já substituíram o cartão por “kits de alimentação” ou cestas básicas – caso do município de São Carlos (SP), que anunciou a mudança em 2021.

Durante os meses de agosto e setembro, a Articulação do Semiárido (ASA) e a FBSSAN ouviram mais de 160 grupos de agricultores e pescadores que fornecem alimentos através do PNAE no Nordeste: 44% deles não conseguiram vender sua produção para o programa em 2020. Há experiências de municípios que mantiveram a compra e que até aumentaram o volume de alimentos adquiridos da agricultura familiar, mas são exceções, em locais onde há muita mobilização dos agricultores e vontade política dos gestores.

Fontes

- [Programa Nacional de Alimentação Escolar \(PNAE\) – Dados da agricultura familiar](#)
- [Programa Nacional de Alimentação Escolar \(PNAE\) – Histórico](#)
- [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada \(IPEA\)](#)
- [Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional \(FBSSAN\) e a Articulação do Semiárido \(ASA\)](#)

Online em:

bit.ly/linhadotempoPnaeJoio

o joio e o trigo

Jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder



Alimentação escolar em risco na caótica volta às aulas nas escolas públicas brasileiras

Redação

Descaso com recursos do Pnae foram comuns durante meses de escolas fechadas; agora, alimento escolar serve até como chantagem para atrair estudantes

MERENDA
não é **LUCRO**

apoio



FIAN
BRASIL

Em junho deste ano, Vânia dos Santos, trabalhadora doméstica e moradora da comunidade da Pedreira, em São Paulo, recebeu uma ligação da escola onde o filho de 9 anos estuda, o Centro de Educação Unificado Alvarenga. A escola sondava se ela tinha interesse em mandar o menino para assistir aulas presenciais, que eram retomadas em formato híbrido – quando a turma é dividida em grupos menores, onde em uma semana um grupo tem aulas na escola e, na outra, em casa. Vânia tinha interesse. O celular dela é o único aparelho eletrônico com acesso a internet em casa e nem sempre consegue carregar as plataformas digitais em que o filho deveria se conectar com os professores. “O meu celular é velhinho. Não consigo baixar mais nenhum aplicativo e a bateria não dura nada. Ele não estava conseguindo acompanhar as aulas”, conta.

Na semana em que Vânia atendeu a essa ligação, houve uma explosão de casos de covid-19 em pessoas ligadas à comunidade escolar do bairro, o Jardim Apurá. Segundo a dona de casa – que também é diarista, mas que está desde o começo da pandemia sem poder trabalhar fora para ficar com os filhos, houve casos de crianças contaminadas que chegaram a ser hospitalizadas. Um professor que faleceu em decorrência do novo coronavírus. E uma voluntária, muito próxima de Vânia, que ajudava no retorno às aulas presenciais, também adoeceu. “Falei que não ia mandar meu menino. Eles disseram que não era obrigatório e fiquei com muito medo. Não ia arriscar meu filho por causa de vaga”, explica.

Algumas semanas depois dessa primeira ligação, a escola tornou a telefonar. Dessa vez, para perguntar da filha mais velha, de 11 anos, que estuda na mesma unidade. “Como os casos tinham baixado, a gente já não estava ouvindo falar mais [de histórias de pessoas contaminadas], e a minha menina é muito estudiosa e pediu muito pra voltar, resolvi mandar [a filha de volta para a escola]. Vi que com esse esquema de menos alunos e com os voluntários, que ajudam a garantir que os meninos fiquem longe um dos outros, usem a máscara certinho, limpem as mãos, me senti mais segura”, explica a diarista, que tem 33 anos e mais dois filhos gêmeos, de 4 anos.

No município de São Paulo, o retorno às aulas presenciais em formato híbrido não era obrigatório. No início do ano, quando as escolas podiam receber até 35% dos alunos matriculados, a média de comparecimento, segundo o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), era de apenas 18%.

Inicialmente, a baixa adesão das famílias ao retorno no formato híbrido revela a desordem e a transferência de responsabilidades dos programas educacionais nos diferentes momentos da pandemia. Segundo Thalita Pires, conselheira do CAE em São Paulo, os alunos que retornaram às escolas eram os que menos precisavam, ou seja, crianças e adolescentes que estavam acompanhando as aulas online porque tinham celular e computadores com conexão à internet, espaço e tempo adequado de estudo, apoio em casa e se alimentavam bem.

Uma das hipóteses levantadas pela conselheira, com base no que ela acompanhou junto com as famílias, é a de que “levar e deixar uma criança na escola é algo que exige organização familiar. É preciso alguém que leve e busque em determinados horários. As famílias mais vulneráveis não têm emprego fixo, não tem horários regulares, muitas vezes, não tem uma avó ou uma vizinha com quem contar. Essa volta em que o aluno vai para a escola e fica duas horas não funciona. Para a mulher, que no final é quem tem que resolver esse pepino, é melhor o esquema que ela já montou com a criança em casa do que ter que abrir mão de uma diária de trabalho, ou cortar o dia dela ao meio, e levar a criança um dia sim, no outro não, e por poucas horas”, explica a conselheira.

O marido de Vânia é pedreiro e tem trabalhado no último ano em “bicos”, sem contrato fixo. Desde de abril/maio de 2020, a família recebia um cartão merenda de R\$ 55 por filho matriculados no CEU, e mais R\$ 100 pelos gêmeos, que estão na Educação Infantil. Somados, então, eram R\$ 310 para alimentar os quatro com refeições que antes eles faziam exclusivamente na escola. Quem faz “mercado” sabe que R\$ 310 não dá nem para uma semana de almoços e lanches para quatro crianças, sem colocar nessa conta a janta, que na creche as crianças também recebem.

Neste segundo semestre, o Brasil começou a receber alunos nas escolas na maior parte do país. Em setembro, todos os 27 estados já deveriam ter retomado o ensino em formato híbrido.

Foram 57 semanas de escolas fechadas, aumento significativo na evasão escolar, defasagem de aprendizagens dos estudantes que retornam e protocolos ainda insuficientes para evitar o aumento de casos e mortes em meio à nova variante delta, que já circula no país.

Em relação às redes municipais, que são responsáveis pelos anos iniciais do Ensino Fundamental, uma pesquisa da Confederação Nacional de Municípios (CNM), de julho, mostrou que apenas uma parcela muito pequena (17,7%) ainda não tinha previsão de retorno às aulas. Quase um terço das prefeituras (29,5%) tinham reaberto as escolas ainda no primeiro semestre e 38,5% planejavam o mesmo em agosto.

São Paulo, Espírito Santo e Rio Janeiro, estados que já foram o epicentro da contaminação por covid-19 no Brasil, liberaram para as escolas retomarem as atividades presenciais com todos os alunos matriculados, sem esquema de rodízio. Porém, a responsabilidade por tomar essa decisão era do diretor da unidade escolar, não da secretaria de Educação. Decisão que depende, como sabemos, das condições que cada um tem para garantir a segurança dos escolares. Se houver um surto de contaminação, quem será cobrado? Os governos não respondem.

A União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) afirma, a partir de uma pesquisa feita em julho, que 40,4% dos municípios não tinham protocolos de segurança sanitária para o retorno. Que dirá meios para garantir a aplicação de medidas eficientes de combate a contaminação por covid-19.

É possível, mas veja bem

Com base em dados de dezembro de 2020 dos Estados Unidos e da Europa, a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) afirma que as escolas não são locais de maior contágio do que outros ambientes que as crianças e adolescentes frequentam, desde que todas as medidas para evitar a contaminação sejam garantidas.

O retorno às escolas é possível, afirma o médico pediatra e sanitarista Daniel Becker, que é consultor de fundações e governos. Ele diz que a nova variante delta ainda não é um impeditivo para a retomada.

“Deveria haver um imperativo moral no investimento na educação. Os recursos deveriam ir em massa para adequações das escolas com pequenas reformas e compra de máscaras PFF2 para os trabalhadores e também alunos. Os estudantes ficaram largados à própria sorte enquanto a população toca a vida como se nada estivesse acontecendo”, ressalta.

De refeição ao kit e a caridade: o que virou a alimentação escolar

Além dos cartões alimentação, ou cartões de merenda, cujos recursos vêm exclusivamente do caixa próprio de estados e municípios – como os que Vânia recebeu – há ainda as cestas entregues às famílias com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Todo mês, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE), uma autarquia do Ministério da Educação, deposita na conta dos entes federados uma parcela referente ao número de alunos matriculados na rede. Esse valor per capita varia conforme o ciclo de ensino.

O dinheiro serve como complementação de recursos e não pode ser convertido em voucher, como é o caso dos cartões de merenda. Ao menos 30% dos recursos devem ser usados com alimentos da agricultura familiar, com preferência para agricultores que pertençam à própria comunidade onde está localizada a escola. Essa é uma forma de dinamizar a economia local; quilombolas e indígenas também têm a prioridade de venda.

Com a pandemia, as escolas fechadas e a obrigação expressa na lei de continuar oferecendo a alimentação escolar para os estudantes, a reação de boa parte dos gestores não foi a de buscar soluções de garantia do direito constitucional à alimentação adequada e da compra da agricultura familiar, mas a da política pública mais simplista: o cartão.

“Que é também a política pública mais cara. Uma coisa é a prefeitura comprar uma tonelada de arroz de um produtor. Ela vai pagar bem mais barato no quilo do arroz que a gente paga no supermercado. O CAE foi contra essa política, porque alimenta muito menos gente com muito menos comida. E se é possível mandar comida para escola preparar a merenda, é possível mandar o alimento para formar cestas e serem distribuídas na mesma escola. Não consigo entender esse argumento de que a é uma logística impraticável a de distribuição de cestas”, afirma Thalita Pires.

A coordenadora-geral do Pnae no FNDE, Karine dos Santos, conta que, no início, lá nos meses de abril e maio de 2020, a pressão dos representantes das secretarias de Educação estaduais era para que a legislação do Pnae fosse modificada, e o recurso pudesse ser repassado diretamente às famílias nos cartões e aplicativos de pagamento.

Keyla Santos da Graça, mãe solteira de três crianças, desempregada, e moradora da comunidade do Cigano, na cidade de Santo André, em São Paulo, recebeu o cartão com saldo de apenas um dos filhos, o mais velho, e só durante o ano passado. Em janeiro deste ano, o cartão deixou de ser carregado. Ela não foi informada pela escola sobre o que ocorreu. “Acho que eles não deram mais conta de pagar, né? Aconteceu isso com as cestas dos mais novos também.” Keyla nos disse que não sabia que é um direito dos filhos receberem a alimentação escolar ainda que eles estejam estudando remotamente e que o cartão era uma ajuda.

Em São Paulo, a entrega de cestas de alimentos às famílias de estudantes matriculados em escolas públicas, durante a pandemia, não foi uma política permanente, e os itens das cestas distribuídas eram insuficientes. Agora, com a volta às aulas, governo do estado condiciona acesso a alimentação à presença na escola, retirando liberdade de escolha das famílias.

Mais pobreza e menos alimento na mesa

Com o decreto que fixou o estado de calamidade pública, publicado pelo governo federal em 2020, as regras para o uso dos recursos do Pnae foram flexibilizadas pelo FNDE “para não prejudicar os órgãos executores da política e salvaguardar os recursos públicos, uma vez que havia uma série de condições e dilemas novos trazidos pela pandemia”, destaca a coordenadora-geral do Pnae no FNDE, Karine dos Santos.

Com isso, as secretarias de Educação dos estados e municípios ficaram desobrigadas a usar os recursos do Pnae em 2020, podendo reprogramar o dinheiro para este ano. E foi isso mesmo que aconteceu em diversos lugares.

No Amapá, os recursos referentes às parcelas de 2020 e 2021 ainda não foram usados e o estado não informou como pretende gerenciar o recurso. No Pará, o dinheiro do programa também não foi usado em 2020 e começou a ser gasto agora, para encher as despensas das escolas no momento de retorno dos estudantes. Em Pernambuco, a mesma situação: o dinheiro do Pnae foi usado apenas no curto período de aulas anteriores à pandemia. A partir de meados de março e início de abril foram para o caixa do governo.

“A alimentação escolar”, lembra Vanessa Schottz, nutricionista, professora adjunta do Curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e integrante da Articulação Nacional de Agroecologia, “é uma das principais estratégias de combate à fome num momento como esse, em que o Inquérito Nacional de Segurança Alimentar [desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar] mostra que há uma parcela significativa da população brasileira em algum grau de insegurança alimentar e nutricional, e no grau mais grave, onde já há situações concretas de fome.”

Insegurança alimentar é quando alguém não tem acesso pleno e permanente a alimentos. Hoje, em meio à pandemia, mais da metade da população brasileira está nessa situação, nos mais variados níveis: leve, moderado ou grave. E a insegurança alimentar grave afeta 9% da população – ou seja, 19 milhões de brasileiros estão passando fome.

“Com pouquíssimas políticas no âmbito federal de combate à fome, a alimentação escolar é um programa de grande relevância do ponto de vista nutricional. É fundamental que os alunos recebam a merenda, seja quem tá em casa assistindo aula no modelo remoto seja quem tá assistindo aula presencialmente na escola”, completa a professora e nutricionista.

Alimentação escolar é uma obrigação, mas cumpre quem quer

Embora muito municípios e estados não tenham provido alimentação escolar para todos os alunos da rede, adotando critérios de vulnerabilidade social como inscrição no Bolsa Família e no

CadÚnico, ou tenham cortado as cestas e cartões no ensino híbrido, deixando de fornecer o alimento nos dias que o aluno não vai à escola, essa decisão não é amparada por nenhuma lei.

A lei 13.987 prevê que a alimentação seja fornecida todos os dias a todos os alunos que estão em aulas. “Ou seja, se o aluno está em casa ou na escola, ele tem direito aquele alimento, e a escola, com seu grupo de nutricionistas e quadro técnico, tem que pensar a melhor forma de fornecer esses alimentos nessa realidade”, enfatiza Karine.

O repasse, reforça a coordenadora do Pnae, é feito em parcelas pelo FNDE. Portanto, todo mês cai na conta dos municípios e estados. Se os gestores estão usando ou não, ou cumprindo com os critérios do programa, o governo federal saberá um ano depois, na prestação de contas. Os órgãos executores do programa, que são as prefeituras e o governo estadual, trabalham sem serem fiscalizados. A forma que a sociedade tem hoje de cobrar a execução do programa, aponta Karine, é a denúncia ao Ministério Público.

Chantagem

O desejo expresso das secretarias de Educação de que os alunos voltem a fazer o caminho para a escola foi condensado no pronunciamento do Ministro da Educação, Milton Ribeiro, ao dizer que “a volta às aulas não poderia estar condicionada à vacinação completa de toda a comunidade escolar.”

Ao que tudo indica, esse também é o desejo dos pais e dos próprios estudantes. O ônus da pandemia para a Educação “é imenso. Há evasão para o mercado de trabalho, perdas de habilidades, proficiência, rede de proteção e alimentação”, reforça o pediatra Daniel Becker. A discordância é sobre em que condições voltar. E nesse desacordo, a alimentação escolar, justamente por ser tão fundamental às famílias, têm sido usada como peça de barganha e constrangimento.

Por meio de nota, Rondônia e Sergipe indicam que o dinheiro dos cartões e as cestas não serão cortadas para os alunos que não voltarem para o formato híbrido. Há ainda aqueles que estão, por ora, mantendo esses repasses diretamente para as famílias com a retomada das aulas na escola, levando em conta que há dias em que os alunos estão em casa e nesses dias eles também precisam comer, como informaram a secretarias da Bahia, de Minas Gerais e do Piauí.

Mas a tendência tem sido a de condicionar a alimentação escolar à presença dos alunos na unidade. Ou seja, o estudante que estiver tendo aulas remotas, seja porque o ensino está em formato híbrido, seja porque a família optou por não mandá-lo presencialmente em nenhum dia, deve ir até a escola para poder se alimentar e os cartões são imediatamente cancelados.

É o caso das escolas do estado de São Paulo, do Amapá, Distrito Federal, Maranhão, Pará, Paraná, Pernambuco, do município de Boiçucanga, no litoral paulista, e da cidade do Rio de Janeiro.

No Rio, a prefeitura firmou um acordo judicial em 2020 – após se negar a fornecer alimentação em qualquer formato e depois a fornecer cestas alvo de denúncias dos movimentos de mães de que os alimentos chegavam estragados – a fornecer um cartão no valor de R\$ 55. Esse acordo foi intermediado pela Defensoria Pública e a Coordenadoria da Infância. Na época, o valor foi avaliado como insuficiente, conta Guilherme Pimentel, ouvidor-geral da Defensoria Pública do Estado do Rio insuficiência de alimentos nas escolas está acontecendo no Rio de Janeiro”, garante o ouvidor.

Para receber as denúncias, a ouvidoria criou grupos de WhatsApp, por onde esses relatos “chegam no volume de centenas, viram relatórios e com esses relatórios criamos contraprovas às alegações das secretarias de que as cestas estão sendo entregues, os cartões carregados certinho, e por aí vai”, explica Guilherme.

Mães, alunos, políticos, movimentos sociais e o próprio Judiciário têm se organizado nas redes sociais com a hashtag #AlunoCariocaComFome. São relatos e fotos do que (não) tem sido servido nas escolas e a reivindicação de que a aglomeração nas escolas não pode ser uma opção, muito menos a única, para os estudantes se alimentarem.

O médico Daniel Becker é a favor do retorno às aulas presenciais e fez recomendações para a prefeitura do Rio, como a compra de máscaras PFF2 para todos os trabalhadores; ajudou a montar ainda um documento com os parâmetros necessários para que esse retorno seja seguro, o que inclui pequenas reformas das unidades escolares. No entanto, é contra a medida da prefeitura de condicionar a alimentação à presença.

“As famílias têm o direito de escolher o que é o melhor para elas, ainda mais num mundo pandêmico. Usar o alimento como coerção é absurdo. Há situações específicas em cada casa, com presença de idosos, pessoas com comorbidades. Elas têm de ter essa opção”, reconhece o médico.

E quem se contaminar com a covid-19?

Adicionado ao drama das famílias que têm de escolher entre se sentirem seguras ou alimentarem os filhos, está uma pergunta que nenhuma secretaria de Educação sabe responder: se o aluno estiver com suspeita de covid-19 ou com a confirmação da contaminação e for afastado da escola por 14 dias, ele receberá cestas de alimentos ou ficará privado da alimentação escolar?

Não encontramos em nenhuma das cartilhas pensadas para o retorno às aulas, inclusive às elaboradas especialmente para as questões nutricionais e de manipulação dos alimentos, entre elas a do FNDE, do governo federal, protocolos específicos para esta situação, que deve se tornar cada vez mais comum.

Há o risco, como aponta a nutricionista Vanessa Schottz e o ouvidor Guilherme Pimentel, que estão em contato mais próximo das famílias, do aluno ir à escola mesmo contaminado porque precisa se alimentar, o que coloca em risco toda a comunidade escolar.

Bahia

No estado da Bahia a alimentação também é usada como umas das estratégias para trazer os alunos de volta para as escolas, mas pela suplementação e não subtração de oferta, ainda que essa suplementação esteja baseada no vazio de compras do Pnae em 2020.

Vamos lá: para os alunos da rede estadual, o estado oferece um cartão no valor de R\$ 55 por aluno. Todos recebem. Não há critério de vulnerabilidade. O dinheiro do Pnae não foi usado em 2020, mas reprogramado para ser gasto agora, quando as cozinhas das escolas voltaram a funcionar. Portanto, não houve entrega de cestas e kits com alimentos para as famílias no ano passado e nem neste.

O superintendente de planejamento operacional da rede escolar, Manoel Calazans, afirma que o estado faz uma ampla campanha para que os alunos retornem à escola. “Nós estamos perdendo alunos para o mercado de trabalho. Não dá pra ficar mais seis meses sem escola, o prejuízo vai ser enorme. Estamos perdendo alunos para outros arranjos e a escola fica em segundo plano.” alega.

A busca ativa dos alunos inclui duas refeições servidas na escola – almoço e janta ou café da manhã e almoço (antes da pandemia era apenas uma) e os estudantes que comprovarem frequência nas aulas recebem um cartão chamado de Bolsa Presença, no valor de R\$ 150. É importante reforçar: a inclusão de mais uma refeição na programação foi feita à custa dos recursos do Pnae não usados em 2020.

Como falamos, a reprogramação dos recursos do programa de um ano para o outro é possível, mas só até 30% da verba. Em 2020, com o decreto de calamidade pública, os gestores tiveram a opção de reprogramar todo o recurso para 2021, o que não poderá se repetir em 2022. Isso significa a possibilidade de uma explosão de compras neste final de ano, de alimentos da agricultura familiar com a reabertura total das escolas. Mas as vendas só serão possíveis para os agricultores e famílias de estudantes que, de alguma forma, conseguiram se virar em 2020.

As merendeiras, responsáveis por colocar a mão na massa e transformar esses programas em refeição para a molecada, sabem bem a diferença entre uma comida no prato e a promessa de um kit alimentação que pode chegar ou não. Maria Santana é merendeira na Escola Municipal Rui Barbosa Veredas, em Tabocas do Brejo Velho, sul da Bahia. Em 2020, ela afirma que os alunos receberam apenas um kit de alimentos e boa parte dos era de produtos processados ou ultraprocessados, como atum enlatado, macarrão, bolacha e achocolatado.

“Eu conheço os meninos [da escola], sei que nem todos têm condições de comer bem em casa como eles comiam na escola. E na cidade tem muitos agricultores, então, era só comprar da gente da cidade. Mas nem sempre é assim que funciona. Tem muita burocracia”, conta a merendeira.

Para Maria, cuja vida há mais de trinta anos é dedicada a cozinhar para que os estudantes possam ter boas refeições, a pandemia – e a desorganização na distribuição dos alimentos escolares – foi uma angústia enorme, que ela espera, agora, chegue ao fim.

Leia todas as matérias do especial

Merenda não é lucro

bit.ly/especialPnaeJoio

o joio e o trigo

Jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder



Entre abandono e alternativas: indígenas e quilombolas seguem enfrentando insegurança alimentar e bolsonarismo

Redação

Pandemia serviu de pretexto para governos aumentarem as compras de ultraprocessados e enfraquecer culturas alimentares tradicionais

MERENDA
não é **LUCRO**

apoio



FIAN
BRASIL

A falta de resposta emergencial a uma pandemia, obviamente, é sinônimo de agravamento da insegurança alimentar. Especialmente no Brasil, país que historicamente flerta com a fome e que só piora com Jair Bolsonaro na presidência da República. Entre as comunidades afetadas, a situação mais séria é a de povos indígenas e quilombolas. [Mapas e números](#) mostram que esses grupos têm uma taxa de mortalidade maior do que o restante dos brasileiros.

Um retrato nítido dessa gravidade está na tentativa de flexibilização da preferência para indígenas e quilombolas na aquisição de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), além da imposição de alguns produtos, casos do leite e da carne suína, como obrigatórios entre as compras feitas pelo programa. Isso, mesmo em regiões e para povos que não têm o costume de consumi-los.

Medidas em tramitação no Congresso Nacional também tentam dificultar o mínimo de 30% de aquisições da agricultura familiar, elencando novas obrigações nas compras do Pnae.

A essas tentativas se somam à suspensão das compras, medida de muitos prefeitos logo no início da pandemia, o que amplia os riscos aos elos mais importantes – e vulneráveis – que deveriam ser contemplados pelo Pnae: os pequenos produtores da agricultura familiar, já que muitos tiram a sobrevivência dos recursos do programa, e os alunos mais pobres, que têm na merenda escolar a principal refeição do dia.

Os quilombolas, por exemplo, já tinham pouco acesso a políticas públicas. Com o governo Bolsonaro e a pandemia, o cenário degradingou. Projetos de lei com temas da agricultura familiar foram vetados pelo presidente, o que atingiu em cheio a soberania alimentar e a renda dessas comunidades. Várias famílias enfrentam condições de vulnerabilidade extrema, já que a principal fonte de renda está nos alimentos plantados nas terras onde vivem.

Do Tocantins, a líder do Movimento Quebradeiras de Coco Babaçu, Maria do Socorro Teixeira Lima, resume uma situação que se aplica a pequenos agricultores que são a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes.

Ela diz que o percentual do Pnae para a agricultura familiar muitas vezes não é destinado aos pequenos produtores e, como é “verba carimbada”, acaba retornando aos cofres federais. “Aqui, em Praia Norte, onde moro, não existe nenhum produtor que acessa esses recursos [Pnae e PAA] para a agricultura familiar”, afirma a liderança do coletivo, que têm mulheres quilombolas entre as integrantes.

Maria aponta a falta de interesse do poder público de se aproximar dos agricultores e encontrar soluções conjuntas. “Temos produção de farinha, feijão e tapioca que poderiam entrar [no Pnae], por exemplo, mas nunca dá certo. O dinheiro bate e volta”, ressalta.

A liderança das quebradeiras de coco garante que em São Miguel do Tocantins, município próximo, alguns produtores conseguem acessar o PAA, mas não o Pnae. “Em Sítio Novo, ainda conseguiram um pouco [do PAA], mas ainda é bem controlado”, revela.

Sobre o agravamento da vulnerabilidade social e econômica, os integrantes da Cooperativa Central dos Produtores Rurais e da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira (CooperCetral VR), em São

Paulo, também têm muito a contar. Ali, há outro caso emblemático de como a agricultura familiar tem dificuldades de acessar recursos públicos.

A organização reúne 12 cooperativas da região. Três delas, de quilombolas. Segundo Isnaldo Lima da Costa Junior, diretor-tesoureiro da entidade, as vendas institucionais são 100% do negócio das cooperativas associadas. “No dia 23 de março do ano passado, parou tudo. Algumas das associadas passaram a sobreviver de reservas que tinham e outras precisaram de apoio de organizações parceiras, como o Instituto Socioambiental [ISA]”, comenta.

Para Isnaldo, a venda para as prefeituras passa por um trabalho de convencimento dos gestores públicos, mas não só. As organizações da agricultura familiar precisam de condições para ocupar espaços. “Existem vários assentamentos que ainda não acessam a política pública [o Pnae]”, avisa.

A especialidade dos cooperados é a banana, mas Isnaldo avalia que é importante que outras associações se organizem para oferecer produtos variados, deixando o “pacote” mais atrativo para as prefeituras.

No âmbito da cooperativa, já se trabalha para que as associadas possam aumentar o acesso ao programa. “A central acaba tendo, ainda, um papel de uniformizar os procedimentos para ajudar as cooperativas a participar de chamadas públicas e apresentar projetos”, explica.

Alternativa no Amazonas

Para vencer o tipo de barreira enfrentada em Tocantins e no Vale do Ribeira, um projeto no Amazonas apoia o acesso dos povos indígenas e tradicionais aos recursos. A Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa) foi uma iniciativa do procurador da República Fernando Merloto Soave.



Isnaldo Lima da Costa Junior, diretor-tesoureiro da CooperCetral VR. Foto: Abam

“Em 2016, ele visitou uma aldeia Yanomami e viu que faltava merenda, mas os estudantes estavam comendo produtos da própria aldeia, como açaí, caldeirada e peixe frito. E passou a pensar como seria possível remunerar os moradores para o fornecimento de alimentos para a escola da comunidade”, conta Márcio Menezes, assessor técnico da Catrapoa, que faz parte do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Amazonas (Cecane/Ufam/AM), um braço do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no estado. Ele passou a atuar ao lado do procurador no projeto.

Um dos bloqueios para que vendas assim fossem efetivadas era a falta de documentos exigidos pela vigilância sanitária, de acordo com o assessor da Catrapoa. A solução foi uma nota técnica de recomendação (emitida pelo Ministério Público Federal no Amazonas em 2017) que autorizava a aquisição desses produtos se fossem para autoconsumo, ou seja, para a própria comunidade tradicional ou originária em que foram produzidos. “É um respeito à cultura local. Além disso, ao entrarem no Pnae, as comunidades passam a ter a possibilidade de preencher os requisitos necessários para se tornarem fornecedores para escolas de fora da comunidade, para as quais não vale o conceito do autoconsumo”, diz Márcio.

A iniciativa foi desenvolvida em uma parceria de órgãos federais, estaduais e municipais com líderes das comunidades e outras organizações. E a Catrapoa recebeu, neste ano, o Prêmio Innovare de boas

práticas no Judiciário, na categoria Ministério Público, e se tornando modelo para outros estados das cinco regiões do país.

Pará e Roraima já instalaram comissões inspiradas na iniciativa e outros dez estados estão em processo de criá-las. A ideia também pode se tornar lei. O senador Jaques Wagner (PT-BA) apresentou, em março deste ano, o PLS-880/2021, que institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais, que trata, entre outros temas, da compra desses alimentos pelo Pnae.

Bolsonarismo ultraprocessado

Em outubro do ano passado, uma construção coletiva reuniu advogados quilombolas e de diferentes organizações de direitos humanos em uma *ação* que provocou o Supremo Tribunal Federal (STF) a obrigar o governo federal a desenvolver políticas específicas às populações indígenas e quilombolas.

Pressionado, Bolsonaro e companhia não fizeram mais do que se esperava deles: ações improvisadas que beneficiaram as empresas do agronegócio e as grandes fabricantes de ultraprocessados.

Cestas básicas foram distribuídas para essas comunidades sem levar em conta a cultura alimentar dos povos e a alimentação saudável. De outro lado, o presidente já havia vetado a inclusão de agricultores familiares não inscritos no Cadastro Único, mesmo que se enquadrassem nos requisitos, bem como assentados da reforma agrária, extrativistas e pescadores artesanais no auxílio emergencial.

Membro da Comissão Nacional de Soberania e Segurança Alimentar dos Agentes da Pastoral Negros do Brasil e da Rede Josué de Castro do Nordeste, o pesquisador Edgard Aparecido Moura destaca que as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), já indicavam, em setembro do ano passado, um crescimento na insegurança alimentar, principalmente entre as mulheres negras e indígenas.

“O impacto da merenda escolar é muito grande no Brasil, são mais de 41 milhões de estudantes na rede pública. Se levarmos em conta, também, o Mova, de alfabetização de adolescentes e adultos, o número chega próximo a 47 milhões”, afirma Edgard. “Muitos desses alunos têm a alimentação escolar como principal refeição do dia”, diz o pesquisador, que integrou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), extinto por Jair Bolsonaro no primeiro dia de mandato.

Com a suspensão das aulas, inúmeras escolas interromperam o fornecimento da alimentação escolar Brasil a fora e as prefeituras suspenderam a compra dos produtos sob a alegação de insegurança jurídica. A interpretação era de que, sem aulas, não haveria motivo para manter as aquisições.

O FNDE editou uma resolução para que as compras continuassem, inclusive com os 30% para a agricultura familiar. “Qualquer interrupção já significou um prejuízo grande para os produtores, porque os produtos in natura e com baixa industrialização têm um prazo de validade menor, sem falar na dificuldade que eles têm de vender para outros mercados”, explica Edgard Moura.

Uma solução comum entre as prefeituras foi passar a fornecer kits de alimentação para os alunos. O cartão de supermercado, alternativa usada, acabou fazendo com que as pessoas optassem por ultraprocessados, até por uma questão de preço mais baixo.

Porém, a opção pelos kits não foi suficiente para garantir que as prefeituras mantivessem frutas e verduras na alimentação dos alunos. “As famílias estavam com menos recursos pela pandemia e tinham de usar o kit para a alimentação de todos. Era importante, inclusive, um complemento para dar conta dessa situação, argumenta Edgard.

Sem planejamento, a opção recaiu sobre cestas básicas prontas, com alimentos de mais fácil manipulação e conservação, como os ultraprocessados.



Pesquisador Edgard Moura, membro da Comissão Nacional de Soberania e Segurança Alimentar dos Agentes da Pastoral Negros do Brasil e da Rede Josué de Castro do Nordeste

Coordenadora do projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade, da Fian Brasil (Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas), Vanessa Manfre, diz que a produção dos kits reforçou desafios que já estavam presentes no Pnae antes, como a necessidade de integração de políticas da educação com as secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e órgãos técnicos de auxílio à agricultura familiar.

“O nutricionista precisa conhecer os hábitos alimentares da região em que atua e elaborar um planejamento que leve em conta o mapeamento da produção agrícola e a sazonalidade de cada cultura”, argumenta Vanessa, que é nutricionista, mestre em Nutrição em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).

Essa ação passa, também, pelo convencimento de diretores, de conselhos de pais e da coordenação pedagógica nas regiões onde a compra de perecíveis é feita diretamente pelas escolas. “A gente sabe que é mais difícil trabalhar com produtos menos processados, exige mais cuidados com a manipulação e a estocagem, além de um acompanhamento para a fiscalização dos produtos no momento da chegada, para ver se eles estão em conformidade. É preciso ficar evidente para todos os agentes envolvidos a vantagem desse investimento em uma alimentação mais saudável”, pondera a nutricionista.

Ela destaca ainda a importância da compra de produtos da agricultura familiar, ainda mais em tempos de crise, para a segurança alimentar dos próprios produtores. “A gente está falando do direito dos alunos à saúde e à alimentação saudável, mas, também, de garantir a segurança alimentar das famílias no meio rural e ter mais um instrumento para o fortalecimento da economia local”, conclui.

Leia todas as matérias do especial **Merenda não é lucro**

bit.ly/especialPnaeJoio





A **FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas** completou duas décadas e tem como missão contribuir para um mundo livre da fome e da má nutrição, no qual cada pessoa possa desfrutar plenamente dos seus direitos humanos, em particular o Dhana, com dignidade e autodeterminação. É uma seção da FIAN Internacional, atuante em mais de 50 países.

O **direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana)** é entendido como a garantia de que todos os seres humanos possam usufruir de sistemas alimentares soberanos e regenerativos em que prevaleçam a soberania e segurança alimentar e nutricional em todas as suas dimensões, a autonomia dos povos, os direitos das mulheres e o respeito às diferenças étnicas e raciais, bem como, em última análise, o usufruto de todas as potencialidades da vida humana.

Para a FIAN, o Dhana só se realiza se houver respeito aos sujeitos de direito, aos demais seres vivos deste planeta, à democracia e à soberania dos povos. A ideia de **comida de verdade** é uma bandeira que se liga a toda essa compreensão.

As escutas, diagnósticos e interações ao longo do projeto Crescer e Aprender com Comida e Verdade, focado no Pnae, trouxeram novos elementos para o nosso trabalho. Em 2022 e 2023 buscaremos mapear a **relação entre os sistemas alimentares e as desigualdades** no Brasil para contribuir com seu enfrentamento por meio de incidência nas políticas de compras públicas e outras frentes coletivas.

Quer conhecer essa história e seguir com a gente nesta caminhada?

fianbrasil.org.br

Webinários, lives, aulas em vídeo, episódios de podcast, debates, documentários, reportagens... Você encontra esses e outros conteúdos no nosso **YouTube**.

As **publicações** são um dos principais instrumentos da FIAN Brasil para divulgar direitos – em especial o Dhana – e contribuir para que sejam cumpridos. Produzimos informes (relatórios de documentação e denúncia) e materiais explicativos e formativos.

Compartilhamos atualizações constantes sobre atividades nossas e de entidades e movimentos parceiros, além de notícias ligadas aos temas que a FIAN Brasil e a FIAN Internacional acompanham.

Inscreva-se no nosso canal!

youtube.com/FIANBrasil

Baixe e leia de graça!

fianbrasil.org.br/biblioteca

Siga a gente!

facebook.com/FIANnoBrasil

instagram.com/fianbrasil

“O Pnae é um programa maravilhoso e insubstituível, que leva saúde para crianças e adolescentes”

Bela Gil
Apresentadora

“É inaceitável que um país como o Brasil seja incapaz de alimentar suas crianças de forma adequada”

Flavio Valente
FIAN

“A gente precisa garantir a segurança alimentar e nutricional não só dos estudantes, mas também de quem mora no campo”

Luciana do Nascimento
MovEM-Rio

“Nossas crianças precisam de uma alimentação que não só as nutra fisicamente, mas as nutra de afeto, de memórias”

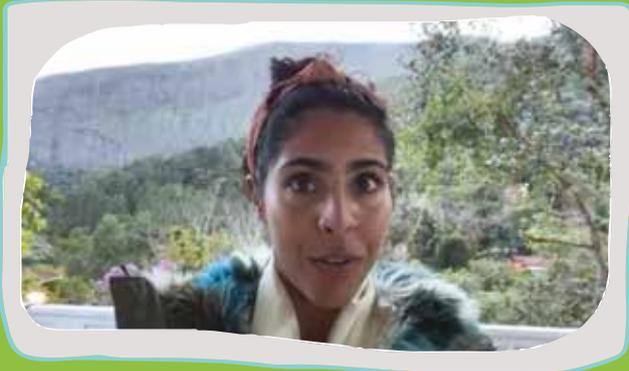
Ivan Vilela
Músico

“A comida está nos adoecendo, e precisamos de políticas robustas para enfrentar essas distorções ligadas às grandes corporações”

Paula Johns
ACT

“Pelo direito das crianças da rede pública ao futuro, nós seguimos defendendo esse prato na mesa com qualidade”

Vivi Reis
Deputada federal

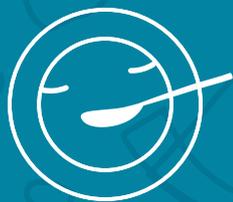


Nós defendemos
comida de verdade
na escola!

**Defenda
você também!**



Assista em: bit.ly/playlistPnae



crescer e aprender com comida de verdade

Pelo direito à alimentação e à nutrição adequadas na escola

Este livro reúne as atividades realizadas e materiais produzidos no projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade – pelo Direito à Alimentação e à Nutrição Adequadas na Escola, que teve como objetivo contribuir para a promoção desse direito humano, conhecido pela sigla Dhana, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Presente em todas as escolas da rede pública do país, o Pnae atende 40 milhões de estudantes e tem quase 70 anos de história.

O Crescer e Aprender, desenvolvido ao longo de 2021, teve como foco a restrição aos produtos alimentícios ultraprocessados e o incentivo a uma maior participação da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para as escolas públicas. Foram ações de produção de conhecimento, formação, articulação, sensibilização e incidência, num contexto fortemente impactado pela pandemia de Covid-19 e pelo desmonte das políticas sociais, marcado ainda por tentativas de captura do cardápio escolar.

Responsável pela iniciativa, a FIAN Brasil é uma organização com duas décadas de atuação e que tem como missão contribuir para um mundo livre da fome e da má nutrição, no qual cada pessoa possa desfrutar plenamente dos seus direitos humanos.

Todas as escutas, diagnósticos e interações reafirmaram a importância do Pnae, uma das maiores políticas de alimentação escolar do mundo, que faz bem para a cidade e o campo – e a necessidade de defender esse programa que é referência para vários países.

Também trouxeram novos elementos para nossa atuação em 2022 e 2023, num projeto que buscará contribuir para o enfrentamento das desigualdades no Brasil a partir dos sistemas alimentares. Esse é o fio condutor de cinco entrevistas, publicadas aqui pela primeira vez, com figuras centrais no debate da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN).

Saiba mais: fianbrasil.org.br



**FIAN
BRASIL**

Financiamento:

**Global Health
Advocacy Incubator**

